

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**MODAS E MODOS DOMÉSTICOS: OS MANUAIS DE INSTRUÇÃO
FEMININOS E A EDUCAÇÃO DA MULHER – DÉCADAS DE 1950 E
1960**

DYEINNE CRISTINA TOMÉ

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**MODAS E MODOS DOMÉSTICOS: OS MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS
E A EDUCAÇÃO DA MULHER – DÉCADAS DE 1950 E 1960**

Dissertação apresentada por Dyeinne Cristina Tomé ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gomes Machado

MARINGÁ
2013

DYEINNE CRISTINA TOMÉ

**MODAS E MODOS DOMÉSTICOS: OS MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS
E A EDUCAÇÃO DA MULHER – DÉCADAS DE 1950 E 1960**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) – UEM

Prof. Dra. Maria Teresa Santos Cunha – UFDESC

Prof. Dra. Ivana Guilherme Simili – UEM

AGRADECIMENTO

O trabalho que aqui apresento é o resultado de uma longa caminhada. Neste momento manifesto minha gratidão a Universidade Estadual de Maringá, instituição que me abrigou por tantos anos.

A Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, por orientar estimulando minha autonomia, por contribuir de diversas formas para o meu crescimento, tornando-se também uma amiga;

As Professoras da banca de qualificação e defesa. Ivana Guilherme Simili, amiga querida e uma das principais responsáveis por eu estar aqui hoje, por sempre ter acreditado em minha capacidade e, especialmente, por ter me ensinado a trilhar os caminhos da pesquisa. E a profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha pelas orientações valiosas que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho;

Ao professor Dr. Célio Juvenal Costa pela relevante colaboração no exame de qualificação, pelas observações e ajuda a respeito do trabalho e, principalmente, pelas conversas e companhia agradável;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, em especial ao Hugo e a Márcia, sempre prestativos e a todos os professores do PPE e do curso de Pedagogia da UEM;

Ao Grupo de Estudos Norbert Elias (GENE), pelas discussões proporcionadas, que de uma foram ou de outra contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e pelos momentos agradáveis;

Ao Núcleo de Educação a Distância da UEM (NEAD), muito mais que uma ocupação, uma oportunidade formativa;

Especialmente a minha família, aos meus pais, Neuza e Darci, que, com toda a simplicidade, me ensinaram a valorizar os estudos. Ao meu Irmão Douglas a minha cunhada Sandra e as minhas sobrinhas Jéssyca e Júlia, pelo suporte e pelo carinho. E prometo a partir de agora me fazer mais presente nos almoços de Domingo.

A todos os colegas de mestrado, que me apoiaram com amizade e carinho. Ao longo desses dois anos tive a grande felicidade de poder contar com amigos verdadeiros que estiveram presentes comigo na caminhada, em especial, a querida amiga Raquel Santos Quadros pela amizade sincera.

A o Eduardo, companheiro e cúmplice de meus devaneios, agradeço pelo amor, carinho, companheirismo e por tornar a caminhada, não só menos sofrida, mas também possível.

A todos muito obrigada.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **MODAS E MODOS DOMÉSTICOS: OS MANUAIS DE INSTRUÇÃO E A EDUCAÇÃO DA MULHER – DÉCADAS DE 1950 E 1960**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2013.

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo o de examinar os ensinamentos e as normatizações veiculadas no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 pelos manuais de instrução femininos – “Economia Doméstica e Puericultura”, “Aprenda a ser Esposa e Mãe”, “Noções de Economia Doméstica”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” e “Coleção feminina” – . Considerados como artefatos que fazem parte das pedagogias culturais, ensinam, por meio de seus conselhos e dicas, determinadas formas de ser, de ver, de estar e de agir no mundo. Assim, educavam as mulheres a partir de normas e representações sociais, que se mostravam inocentes e não intencionais, acerca de um modelo de feminino e feminilidade compreendido como ideal. É a respeito dessa relação entre processo de educação e representações de um padrão ideal de mulher, centrado no casamento, no lar e na aparência física, que se pretende tratar no presente estudo. Sendo assim, tais manuais de instrução femininos são direcionados às mulheres casadas ou em vistas de adquirir matrimônio, alfabetizadas, urbanas e pertencentes às classes sociais mais abastadas. Com base nos ensinamentos veiculados pelos manuais de instrução femininos, o casamento, compreendido como sinônimo de felicidade eterna e indissolúvel. Com isso, a conservação e manutenção dessa instituição era tarefa de toda mulher que pretendesse ser agraciada com o título de boa esposa e excelente dona de casa; contudo, para isso, era necessário que tivessem domínio em relação às prendas domésticas, fossem peritas no bom relacionamento conjugal e nunca deixassem de lado a boa aparência física. Nesse sentido, compostos de indicações e orientações minuciosas, os manuais cumpriram um importante papel na educação das mulheres ao regular e controlar impulsos, tendo em vista a adequação dos comportamentos e das ações femininas ao que era considerado e aceito como função própria do gênero durante o período investigado.

Palavras-chave: Manuais de instrução femininos; Mulher; Dona de casa; Esposa.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **FASHIONS AND DOMESTIC MANNERS: THE INSTRUCTION MANUAL FOR WOMEN AND FEMALE EDUCATION - DECADES OF 1950 AND 1960.** 145 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2013.

ABSTRACT

The present study has as main objective research and teaching norms conveyed by some female instruction manuals - "Home Economics and Child Care", "Learn to be Wife and Mother", "Notions of Home Economics," "Good manners (In Family): home, health, beauty and personality, "Personal Appearance: advice to my daughter "and" feminine collection "- in Brazil during the 1950s and 1960s. Considered as an artifact belonging to the cultural pedagogies, teach, through their advice and tips, certain ways of being, seeing, living and acting in the world, educated women from social norms and representations, which showed innocent and unintentional, about a female model and femininity understood as ideal. It is from this relationship between education process and representations of an ideal standard of women, centered on marriage, home and physical appearance, to be treated in this study. Thus, these instruction manuals are targeted women or married women to acquire marriage views, literate, urban and belonging wealthier social classes. Based on the teachings conveyed by instruction manuals female, marriage, understood as a synonym for eternal happiness and indissoluble was the biggest goal in life and the future of any one. Thus, preservation and maintenance of this institution was the task of every woman that wishes to be awarded the title as good wife and excellent housewife, however, it was necessary to have that area in relation to housewives, were adept in good marital relationship and never put aside a good physical appearance. In this sense, composed of detailed directions and guidelines, manuals seek to regulate and control impulses in view the suitability of female behavior and actions, it was considered and accepted as a proper function of the genre during the period investigated.

Keywords: Instruction Manuals female; woman; housewife; Wife.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	17
2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: OS PRIMEIROS MANUAIS E A EDUCAÇÃO PARA A CIVILIDADE DOS MODOS.....	18
2.2 UMA QUESTÃO ANTERIOR À CONSTRUÇÃO DO OBJETO: A CHEGADA DA CIVILIDADE AO BRASIL	27
2.3 APRESENTAÇÃO DO OBJETO: OS MANUAIS E SUA GRAMÁTICA	38
3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL FEMININA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960..	57
3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	58
3.2 AS DÉCADAS DE 1950 E 1960 E AS MULHERES	74
3.2.1 Naquele tempo... ..	82
4. MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA MODELO DE MULHER IDEAL	92
4.1. MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS: E A REPRESENTAÇÃO DE UM MODELO DE FEMININO E FEMINILIDADE	93
4.1.1 Prendas domésticas.....	98
4.1.2 Felicidade conjugal.....	112
4.1.3 Cuidados com a aparência	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS.....	139

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se insere na linha de pesquisa da História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Desde o momento de sua construção, alguns pressupostos que definem tal investigação já foram delimitados com o intuito de nortear o caminho a ser percorrido. O campo de estudo é a educação, porém a pesquisa se propõe a compreender como os ensinamentos e as normatizações veiculadas pelos aqui significativamente chamados “manuais de instrução femininos”, assumidos como objetos de estudo, educavam as mulheres a partir de normas e representações sociais, que se mostravam inocentes e não intencionais, acerca de um modelo de feminino e feminilidade compreendido como ideal.

O campo educativo o qual a pesquisa se propõe a investigar fica a cargo dos estudos culturais aos quais se dá o nome de pedagogias culturais. Tal noção se estende por todos os domínios das práticas culturais, atingindo todos os âmbitos da esfera social, centralizando-se na mídia e nos processos educacionais que vão além do espaço escolar. A ideia de pedagogia cultural permite considerar como educativo as mídias impressas, as revistas, os filmes, a televisão, os desenhos animados, a música e a publicidade, de modo geral. De acordo com Salerno e Cunha (2011), esses aparatos são considerados educativos por ensinarem determinadas formas de ser, de ver, de pensar e de agir e porque tais artefatos culturais, ao colocarem em circulação determinadas representações, constituem-se como materiais capazes de produzir identidades e subjetividades, além de construírem e moldarem comportamentos. Desse modo, considerando os manuais de instrução femininos como artefatos que educam e produzem modos de pensar, agir e de ser no mundo. O foco central desta pesquisa é a demonstração do modo como se estabelecem essas funções pedagógicas que criam identidades femininas pautadas nas representações e normas emanadas de ideias e de valores socialmente hegemônicos acerca de um modelo de mulher ideal, durante as décadas de 1950 e 1960.

O título da dissertação – “Modas e modos domésticos: os manuais de instrução femininos e a educação da mulher – décadas de 1950 e 1960” – foi motivado pelo intuito de mostrar como tais manuais, também chamados manuais de economia doméstica ou

manuais de administração do lar, contribuiriam para educar e reforçar qual deveria ser o papel e lugar das mulheres na sociedade e quais os comportamentos adequados para que elas fossem consideradas como modelos ideais de feminilidade. É a respeito dessa relação entre processo de educação e representações de um padrão ideal de mulher, no singular, centrada no casamento, no lar e na aparência física, que se pretende tratar no presente estudo. Sendo assim, os manuais de instrução femininos serão considerados como dispositivos culturais que educam e definem modos de ser e agir em suas leitoras.

Acompanhando a circulação de alguns desses manuais ao longo das décadas de 1950 e 1960, é possível dizer que a escolha de tal período se deu por razões e acontecimentos observados anteriormente, mas que foram fundamentais para tornar as questões observadas ao longo do recorte tão importantes para a pesquisa.

Durante as décadas de 1920 e 1930, delineava-se um debate, conforme argumenta Cardoso (2009), entre os discursos conservadores e os feministas, acerca do lugar das mulheres na sociedade brasileira. Nesse contexto, de um lado, procurava-se limitar o feminino ao universo privado e, do outro, fomentava-se sua participação nos espaços públicos, especialmente sob o argumento de que o acesso à educação, ao trabalho e ao voto era direito da mulher. A partir da década de 1930, após a conquista do direito de votar, houve um resfriamento no acalorado discurso feminista. No período de 1940, com os impactos causados pela Segunda Guerra Mundial, o trabalho feminino torna-se valorizado, por meio das experiências das mulheres norte-americanas e inglesas, diante das afirmativas sobre a inferioridade feminina diante dos homens. Contudo, com o fim da guerra, as discussões acerca da presença da mulher em espaços públicos, lazeres, educação e trabalho, por exemplo, aparecem de forma bastante superficial.

Nesse sentido, a educação e o trabalho feminino adquiriram significados, ora positivos, ora negativos. A partir da década de 1950 e no decorrer da década de 1960, a efervescência do movimento feminista mudou de configuração. A grande preocupação do período passou a ser as relações conjugais e tudo que circundava esse universo. Os discursos normativos acerca da importância da mulher no espaço doméstico e da incorporação de comportamentos adequados ao feminino ganham força na sociedade. Desse modo, considera-se que os manuais de instrução femininos assumem importante papel no processo de adequação e conformação de identidades e de papéis exclusivamente femininos.

O instrumento de análise empregado para o estudo dos manuais não é o valor literário ou a qualidade artística do material, e sim a possibilidade de investigar essas obras, tomando-as como guias ou códigos que ditam regras e normas dos comportamentos mais adequados, de acordo com o que é estabelecido socialmente às mulheres, sem, contudo, deixar de levar em consideração as especificidades e as características próprias desse gênero de livro.

As décadas de 1950 e 1960 são marcadas por um contexto de intensificação da modernidade, da urbanização e da industrialização no Brasil. Com isso, a vida da mulher nesse período é permeada pela ambiguidade entre o moderno e o tradicional. Nesse contexto, os manuais de instrução femininos assumem um importante papel, posto que, por meio de seus ensinamentos e conselhos, buscam impor valores e padrões de comportamentos adequados às mulheres na sociedade. Com base nessa compreensão, a maioria das leitoras dos manuais de instrução femininos era constituída por mulheres urbanas das classes sociais mais abastadas. As mulheres das classes menos favorecidas sempre tiveram mais liberdade e puderam circular livremente pelos espaços públicos, pois desde as sociedades pré-capitalistas, elas trabalhavam fora para ajudar no sustento da casa.

Para compreender melhor como se deu o processo de desenvolvimento dos manuais de instrução femininos, estes serão considerados como herdeiros dos manuais de civilidade, que surgem por volta do século XVI. Para isso, será discutido, com base nos estudos de Norbert Elias, em especial, no livro *O Processo Civilizador* (1994), as transformações ocorridas no conceito de civilidade dos costumes e dos hábitos. Com a universalização, que torna os comportamentos mais polidos e cortesês, durante o processo de criação dos Estados, surge a necessidade de criar códigos que pudessem orientar as pessoas para isso. A partir daí, é possível observar uma relação entre o surgimento do indivíduo moderno e a difusão e proliferação dos manuais de comportamento.

No final do século XIX, esses manuais de civilidade e etiqueta chegam ao Brasil em pleno processo de urbanização, com o objetivo de civilizar e europeizar o povo brasileiro. A partir do século XX, eles passam a ocupar, com bastante frequência, as estantes das Escolas Normais ou a fazer parte dos currículos oficiais para a formação de professoras.

Assim como os manuais de etiqueta e civilidade, buscavam, antes de tudo, regular os comportamentos e inculcar hábitos de polidez e urbanidade nas pessoas em geral. Os

manuais de instrução femininos, por meio de suas orientações e normas, ajudavam a pensar qual era o lugar destinado à mulher na sociedade. Nesse sentido, nas décadas de 1950 e 1960, acreditava-se que as verdadeiras funções femininas eram as de esposa, mãe e dona de casa, e que qualquer outro tipo de atividade deveria estar submetido àquelas.

Assim, o casamento era o objetivo maior na vida da maior parte das mulheres. Compreendido como sinônimo de felicidade eterna, era o futuro desejado pela maioria das moças solteiras e, para as já casadas, a possibilidade de uma unidade familiar indissolúvel. Com isso, a presença da mulher em casa era considerada fundamental para a manutenção de uma família estruturada e para a garantia de um casamento feliz. O homem deveria atuar no universo público, buscando assegurar a sobrevivência material da família e o bem-estar da mulher e dos filhos. Enquanto isso, as mulheres deveriam ser valorizadas pelo bom desempenho de suas funções domésticas. Para isso, os manuais de instrução femininos em circulação na época correspondiam a importantes instrumentos de auxílio para o bom desempenho das atividades femininas dentro do lar, além de contribuir com as mulheres no cuidado com a aparência e com a beleza, elementos também considerados essenciais para a manutenção do casamento. Isto porque era responsabilidade das mulheres “[...] manter sempre acesa a chama do desejo, conservando-se femininas, belas, jovens e sedutoras, sem, contudo, chamar a atenção de outros homens”. (CARDOSO, 2009, p. 125).

Diante disso, foram escolhidos, como fonte de estudo, seis manuais que circularam durante o período: “Economia Doméstica e Puericultura” (1954), “Aprenda a ser Esposa e Mãe” (1955), “Noções de Economia Doméstica” (1957), “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade” (1963), “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” (1965) e “Coleção feminina” (1968). Tais manuais se propunham a oferecer ensinamentos e regras sobre a vida prática no lar e sobre os cuidados com a aparência. Considerados como livros compostos por preciosos conselhos sobre instruções femininas, poderiam ser utilizados tanto pelas donas de casas mais experientes, podendo estas recorrer a eles em caso de dúvida, quanto pelas iniciantes, as jovens noivas ou as recém-casadas.

Nesse sentido, compostos de indicações e orientações minuciosas, os manuais buscavam regular e controlar impulsos, tendo em vista a adequação dos comportamentos e das ações, em relação ao que é socialmente aceito. As orientações por eles veiculadas são para que as mulheres, de acordo com o que são considerados atributos e atribuições femininas, assumam seu lugar apropriado na sociedade.

Diante do exposto, busca-se, neste estudo, responder à seguinte questão, que é referência primeira de toda a presente investigação: Quais eram as orientações presentes nos manuais de instrução femininos, compreendidos como leitura de entretenimento, e como contribuíram para educar as mulheres do período?

Compreendidos como mecanismos de formação, esses manuais inscrevem-se dentre os processos de constituição de identidade da mulher durante os anos de 1950 e 1960. O tema não é atual e tem uma história que remete ao século XVI, quando houve um intenso esforço no sentido de controle das pulsões, submetendo as pessoas às normas de civilidade. A partir daí, há uma intensa proliferação de manuais de boas maneiras, compostos por várias orientações, regras e modelos a serem seguidos, que visavam ensinar como cada pessoa deveria se comportar nos espaços públicos e até privados, de modo a estabelecer padrões de sociabilidade que estavam de acordo com as determinações de cada momento.

A justificativa para a pesquisa que se segue aponta que os manuais de instrução femininos do período investigado são considerados como leituras que educam. Elaborados de forma bastante didática, se valem de fórmulas simples, porém com objetivos específicos e bem claros, tornando mais acessível a compreensão e a incorporação de seus conteúdos normatizadores por suas leitoras.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as orientações presentes nos manuais de instrução femininos em circulação durante as décadas de 1950 e 1960, com vistas à formação feminina por eles pregada e cuja base era um modelo de mulher considerado ideal. Considera-se que tais manuais, em função de suas características particulares, desempenham papel regulador e reprodutor de representações do feminino e de feminilidades socialmente hegemônicas.

Os objetivos específicos são: refletir sobre o modo como foi produzido o conceito de boas maneiras e, com ele, a necessidade de criar literaturas de orientações para a aprendizagem de tais normas; apresentar o papel social atribuído à mulher durante o período estudado; compreender o caráter educativo e normatizador veiculado pelos manuais de instrução femininos em circulação no período, tomando a mulher como tema central dessa educação.

Quanto à metodologia, a pesquisa bibliográfica é norteadora para a construção do referencial teórico que se apresenta em três capítulos, incluindo, como fonte de estudo, os seguintes manuais: “Economia Doméstica e Puericultura”, “Aprenda a ser Esposa e Mãe”,

“Noções de Economia Doméstica”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” e “Coleção feminina”, escolhidos a partir da relevância dos conteúdos abordados por eles para a pesquisa. Como a intenção do estudo é buscar a compreensão do processo de constituição de um modelo de mulher ideal, que se dá a partir de seu desempenho nas atividades domésticas, consideradas como naturais ao gênero, escolheu-se, entre os manuais em circulação nas décadas de 1950 e 1960, os que evidenciavam, como proposta educativa, a conformação e incorporação, por suas leitoras, desse padrão hegemônico de mulher.

A organização da investigação, em função da metodologia adotada, obedeceu à divisão em cinco seções: I. Introdução; II. A construção da pesquisa; III. A representação social feminina nas décadas de 1950 e 1960; IV. Manuais de instrução femininos e a construção de um modelo de dona de casa ideal; V. Considerações finais.

A segunda seção mostra a construção da pesquisa. Para tanto, buscaram-se os referenciais para o desenvolvimento do presente estudo, que, de forma breve, apontou inicialmente para a constituição do conceito de refinamento dos modos, tomando como ponto de partida sua emergência nos séculos XII e XIII durante a Idade Média, e sua ligação com a evolução do gênero de literatura dos manuais de boas maneiras, a partir do século XVI, tomando, como base de estudos, o material teórico desenvolvido por Norbert Elias. Além disso, será explicitado como se deu a entrada e a circulação desses conceitos de civilidade no Brasil, levando em consideração os preceitos históricos, sociais e econômicos que contribuíram para compreender a importância da presença dos manuais de civilidade para o desenvolvimento individual das pessoas e do país. Ao tomar como ponto de referência os estudos de Cunha (1999, 2010 a, 2010b, 2010 c), foi possível observar como foi ocorrendo a circulação desses manuais desde sua chegada ao Brasil até a sua importância, sua utilização, suas aplicações e as modificações pelas quais foram passando no decorrer das décadas.

Na terceira seção, aborda-se a função atribuída à mulher nas décadas de 1950 e 1960 e quais formas de representação do feminino e da feminilidade predominavam no período. Observa-se que, apesar do processo de crescimento urbano pelo qual passava o país e, com ele, conseqüentemente, a modernização das relações de gênero, as representações do feminino continuavam a apontar para uma vivência da mulher centrada na maternidade, no casamento e no lar, considerados naturais e universais. Para isso, faz-se

a opção, especialmente, pelos estudos de Bassanezi (1996, 2010).

Além disso, essa seção mostra como as representações de feminilidade foram se constituindo ao longo da história no Brasil, no que tange à questão da educação e do trabalho feminino. Revela como vão se construindo, desde o período colonial brasileiro, os discursos que significavam as mulheres como mães, esposas e donas de casa, como inferiores intelectualmente em relação ao sexo masculino. E que, apesar da ideia de inferioridade feminina, no início do século XX, a mulher foi elevada à condição de mãe social.

A quarta seção da pesquisa articula os manuais selecionados e seus ensinamentos a respeito do modelo de mulher ideal hegemônico. Para isso, foram focalizados os elementos por eles considerados como fundamentais para a constituição desse padrão de mulher.

2. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Educar um homem é formar um indivíduo, educar uma mulher é formar as gerações do porvir.

(*Edouard Laboulaye* – Aprenda a ser esposa e mãe, 1955, p. 5)

Para a construção desta pesquisa, foi necessário buscar, na história e na historiografia das boas maneiras e da civilidade dos modos, a explicação para os comportamentos considerados socialmente adequados e bem vistos ao longo de cada período histórico. Todas as sociedades no decorrer dos séculos criam preceitos e regras com o objetivo de nortear as relações entre as pessoas e os grupos. Apesar de nem sempre emanarem do Estado, alguns desses princípios impunham normas que, se não fossem seguidas, implicariam sanções, que iam da marginalização à desaprovação daqueles que não as respeitassem.

A história da civilização dos modos está ligada às normas de comportamento social e envolvem não somente as questões relacionadas à etiqueta e ao refinamento das formas de agir, mas, sobretudo, a ética e o valor interno dos indivíduos e as características existentes em suas relações com os outros. Para Boris Fusto (2005), as boas maneiras fazem parte da chamada “cultura das aparências” e abrange uma gama de sentidos, entre eles, a análise de gestos, de falas, de atitudes adequadas em determinados ambientes, quase sempre determinando uma separação de grupos ou classes entre formas de comportamentos refinados ou grosseiros.

Dessa forma, os padrões estabelecidos pelo código das boas maneiras são expressos em proibições sociais, ou por modelos a serem seguidos, que nada mais são do que os sentimentos ritualizados e institucionalizados em desagrado, repugnância, vergonha. Sentimentos estes que foram introduzidos, mantidos e reproduzidos, tornando-se naturais na cultura e na vida social, e expressos de formas diferenciadas na conduta dos indivíduos.

Os círculos de normas e regras a serem seguidos são colocados com tanta ênfase aos indivíduos, que tais determinações acabam por modelar os hábitos e as relações que regem a vida em sociedade. Segundo Elias (1994), aqueles que não se submetem aos

padrões de comportamentos socialmente exigidos, correm o risco de viver à margem ou serem excluídos de uma vida civilizada.

Com isso, os manuais ou guias acabam por desempenhar um papel fundamental nesse processo educativo, adquirindo importância como reguladores, orientadores e modeladores de atitudes e comportamentos. Papel este que se intensifica a partir do século XIV, chegando até a contemporaneidade também sob a roupagem de livros de autoajuda. Nesse sentido, o objeto deste estudo está vinculado à investigação das orientações presentes em manuais e guias de instruções femininas publicados no século XX, nas décadas de 1950 e 1960. Livros estes veiculadores de ideias e incorporadores de determinadas atitudes, que contribuem para a normatização de condutas e a formação de personalidade, no que se refere ao comportamento feminino.

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: OS PRIMEIROS MANUAIS E A EDUCAÇÃO PARA A CIVILIDADE DOS MODOS

A cultura do refinamento dos modos floresceu na Europa entre os séculos XII e XIII, constituída essencialmente pela aristocracia. De acordo com Ribeiro (1983), o homem bem polido não era apenas uma pessoa bem-educada, era alguém que expressava seus costumes, de modo a obter prestígio, poder e atribuições de respeito junto às cortes. Constituía-se em uma necessidade vital para todos os cortesãos, já que representava a exclusão de todas as expressões consideradas plebeias ou grosseiras.

As cortes começaram a criar costumes responsáveis pela elaboração de uma arte que representou os hábitos e os costumes a serem seguidos. A realidade social dos nobres era regida por um código de ética próprio da cavalaria que, aos poucos, foi abrindo espaço para atividades desvinculadas da política e da guerra. A vida social da nobreza passou a ser composta por novos costumes. As cortes passaram a ser vistas como escolas da boa educação (MACEDO, 2002).

Como revela Elias (1994), nas cortes, a etiqueta não correspondia a um simples adereço e sim a um instrumento fundamental. Em sociedades como essas, nas quais as marcas exteriores tornavam-se símbolos de *status* e prestígio, a demonstração de certo

controle sobre sentimentos e a manifestação de sensações era algo imprescindível. Elias (1993) afirma que as cortes foram se transformando em modelos concretos e centros formadores e disseminadores do estilo. Tanto que sua importância como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento ia muito além de todas as demais formações sociais existentes até então. Fausto (2005) reforça essa ideia, afirmando que, mais do que isso, os bons modos constituíam uma análise da passagem de um padrão de comportamento medieval, expresso pelo conceito de cortesia, para outro chamado civilizado, que coincide com o Renascimento, os surgimento da modernidade e a criação do Estado.

Elias (1994) reforça a ideia, ao afirmar que, ao longo desse processo de transformação e inovação designado pela Renascença, o que era considerado “apropriado” e “inapropriado” nas relações sociais mudou em certa medida. Mas tal ruptura não foi marcada por uma brusca exigência de novos comportamentos, opostos aos antigos. A tradição é mantida em vários aspectos pela vida em sociedade, assumindo o conceito de civilidade para indicar um “bom comportamento” social. O autor revela que as regras enfatizavam: “[...] façam isto, não façam aquilo. Mas de modo geral muita coisa era tolerada” (ELIAS, 1994, p. 91).

Elias (1994) explicita que esse processo de transformação de uma sociedade “não civilizada” ou “incivilizada” para outra considerada civilizada se deu de forma lenta, gradual e constante, e que a mudança ocorrida no comportamento humano durante o processo social pode ser compreendida em seus aspectos elementares. As convenções de estilo, o controle das emoções, o gosto pela cortesia, a importância da boa conversa, a eloquência da fala; isso tudo, inicialmente, foi se configurando dentro da sociedade de corte, depois foi se transformando de comportamento individual para um comportamento social mais amplo. Fausto (2005) assinala que essas mudanças, ao mesmo tempo em que são reflexos e mola impulsionadora de novos costumes e aspirações e que, a princípio, estiveram submetidas às classes privilegiadas, posteriormente, aos poucos, espalham-se para os círculos mais amplos da sociedade.

Nesse momento, com a modificação que vinha ocorrendo na estrutura da sociedade, com o novo modelo de relações entre os indivíduos, criava-se lentamente a compulsão de policiar as próprias ações. E, juntamente com isso, é posto em movimento o modelo de comportamento desejável. O controle do comportamento, segundo Pilla (2004), passa a ser

ensinado desde os primeiros anos, formando o que será denominado uma segunda natureza, ou seja, formando uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual o indivíduo não poderia resistir, mesmo que desejasse. É em meio a essa teia de ações que o indivíduo é levado a comportar-se corretamente por meio de um controle consciente, somado a um complexo aparelho de controles socialmente exigidos.

É nesse contexto de civilizar os modos e refinar os costumes que surgem os primeiros manuais de civilidade que, por meio de suas regras e normas sobre bons modos e conduta refinada, oferecem orientações para o comportamento humano, em especial aos hábitos adequados para determinados espaços da sociedade. Sempre voltados para o aspecto da vida social, estendem-se aproximadamente sem interrupções pelo século XIII aos séculos XIX e XX. Chega-se, assim, até o objeto de estudo proposto por esta pesquisa: alguns manuais de instrução femininos em circulação durante as décadas de 1950 e 1960.

A maior parte desses livros não tinha um valor literário em si, porém, se eles forem analisados a partir de um determinado período, praticamente, todos tentaram condicionar-se a eles e a suas normas e regras, de modo que se pode enxergar neles um grande valor histórico. Dessa forma, suas instruções sobre o comportamento correto adquiriram especial importância. Além de lançarem luz sobre elementos do processo social que ocorreu no passado, mostrando com exatidão padrões de hábitos e comportamento a que uma sociedade, em determinada época, procurou condicionar seus costumes, esses tratados e guias são, em si, instrumentos de modelação e de adaptação das pessoas a modos de agir exigidos pela estrutura da sociedade na qual vivem.

Ao reforçar essa ideia, Schwarcz (1997) afirma que, de modo paralelo a essas conformações de comportamento, toma força um novo gênero literário dedicado às boas maneiras. Com o gradual aumento e expansão da indústria editorial, tornam-se populares alguns tratados, cuja finalidade era estabelecer modelos e regras de sociabilidade. Vale lembrar, como mostra Pilla (2004), que antes do advento da imprensa, os livros eram bastante raros e caros, dificultando a sua aquisição.

As regras sociais, que, durante a Idade Média, eram transmitidas de boca em boca, por meio de pequenas trovas ou provérbios fáceis de memorizar, começam, de maneira mais intensa, a partir do século XVI, a ser publicadas e traduzidas em várias línguas e países. Redigidas de maneira bastante clara e direta, eram dedicadas à “ciência da civilização” e tinham por intuito introduzir a seus leitores as singularidades que

constituíam a vida social. A organização dessas obras era particular, pois tais tratados possuíam uma estrutura que favorecia uma leitura e uma consulta rápida, objetiva e fácil (SCHWARCZ, 1997).

De acordo com Pilla (2004), desde a Antiguidade grega, existia um tipo de literatura pedagógica que visava ensinar “bons modos”. Preceitos como os da temperança, sobriedade e de sociabilidade já estavam presentes nos “Versos Dourados”, de Sólon e Pitágoras; no “De Officiis”, de Cícero; e no “Tratado da Educação da Juventude”, de Plutarco. Sem falar nos famosos dísticos da Escola de Salerno, que foram muito difundidos na Idade Média e mesmo durante a Renascença. Dentre as obras que circulavam a partir do século XIII na Europa, pode-se citar o manual atribuído ao velho Catão e chamado “Catão”, que, segundo a autora, parece ter tido um papel bastante importante, devido ao número de autores que iriam imitá-lo mais tarde.

Outro manual que surge nessa época e que se diferencia dos demais, por se tratar de orientações sobre o comportamento feminino, chamava-se *Ornatus mulierum* (O ornamento da mulher), escrito na Inglaterra, em torno de 1250. Segundo Macedo (2002), nele havia 88 dicas ensinadas por mulheres da Itália, a respeito do modo como produzir cosméticos naturais, por meio da utilização de produtos do cotidiano. Entre as dicas, encontrava-se esta receita:

A sarracena de Messina fazia assim para dar cor ao rosto: misturava ervilhas e as umedecia em água, esmagando-as depois de ter tirado a pele. Em seguida, ela as diluía num ovo branco – o que dá resultado menos satisfatório com o leite de jumenta. Ela deixava secar ao sol, até que virasse pó. Depois, misturava com água morna e passava no rosto a loção obtida (RUELLE *apud* MACEDO, 2002, p. 74).

Até o século XV, os tratados eram direcionados, especialmente, para a instrução de noviços em mosteiros, ou para a instrução de jovens em colégios, e já faziam menção às boas maneiras em geral. Entretanto, nenhum desses livros do gênero havia demonstrado grandes preocupações em escrever de forma original sobre o assunto. Suas intenções eram trazer preceitos tradicionais sobre como desempenhar comportamentos socialmente aceitos, bem como lembrar tudo aquilo que deveria ser evitado (PILLA, 2004).

Em 1530, Erasmo de Rotterdam publica, em Basiléia, sua obra “A civilidade pueril”, considerada o primeiro manual a compilar, com ordem e método, os preceitos de

conduta que pareciam ser mais importantes ao autor naquele momento. Como veículo de afirmação e de caracterização do conceito de civilidade, essa obra de Erasmo, com o tempo, transformou-se em um grande sucesso, capaz de influenciar um gênero literário que se afirmará ao longo dos séculos, ou seja, os códigos de conduta. Sobre isso, Elias (1994) afirma que Erasmo conseguiu tratar com naturalidade das questões mais elementares e sutis da vida social e das relações humanas, conseguindo expressar algo que atendia a uma necessidade social da época (ELIAS, 1994).

Para Rainho (1997), o tratado de Erasmo versa, basicamente, sobre o comportamento das pessoas em sociedade e do decoro corporal externo. Ele o dedicou a Henri de Bourgogne, príncipe de Veere, e neto de Anne de Borselen, marquesa de Nassau, senhora que havia sido protetora de Erasmo na sua juventude, financiando seus estudos de teologia em Paris. Embora direcionado a um menino da nobreza, o livro não trazia a intenção de dirigir-se somente àquela categoria social; ao contrário disso, considerava importante que todos tivessem acesso aos preceitos ali contidos, observando cuidados especiais em relação aos gestos, às atitudes, posturas, revelando, assim, uma preocupação do homem por inteiro.

Essa visão é compartilhada por Elias (1994), quando defende que o tratado de Erasmo representa uma notável elevação do patamar de vergonha e repugnância, que começou a se formar na alta classe secular, em comparação com períodos anteriores, e que, por outro lado, se confronta com tempos mais recentes. Ou seja, ele trata com naturalidade coisas que, mais tarde, tornam-se embaraçosas, quando mencionadas.

Há gente que, mal se aproxima da mesa, mete a mão na travessa [...] Não tocar, de imediato, no prato servido, não só para não ostentar gula, mas ainda por causa do perigo, por vezes conexo. Se introduzido na boca, sem devido cuidado, o alimento muito quente, resulta ser necessário ou cuspir fora ou queimar a goela. Ambas as reações são tão ridículas quanto mortificante (ROTTERDAM, [1930?], p. 142).

Nesse aspecto, o conceito de civilidade, lembra Elias (1994), significou e traduziu toda uma sociedade que se delineava a partir do final da Idade Média ocidental. E é a partir dessa ideia que se deve compreender a importância da obra “A civilidade pueril” como uma obra de referência que marcou um ponto importante na longa trajetória do processo civilizador; configura-se, pois, em uma obra capaz de influenciar os modelos de conduta

por muito tempo.

Segundo Pilla (2004), a partir do século XVI, a sociedade europeia passou a apresentar uma hierarquia social bem mais rígida, com uma nova aristocracia, formada por pessoas de origens sociais diversas. Desse modo, exigia códigos de conduta que retratassem o comportamento social de forma mais uniforme, sobretudo, com o intuito de garantir as representações de uma classe. Muitas das atitudes que até a Idade Média eram, em grande medida, toleradas passam a ser exigidas, aumentando o nível de coação entre as pessoas. Isso pode ser observado pelo crescente interesse e pela preocupação das pessoas em serem civilizadas, adequando maneiras, controlando gestos e garantindo, com isso, um bom convívio entre seus iguais.

Ao passo que aumentavam as pressões e o controle social exercido sobre a nova aristocracia, os códigos de comportamento vão se tornando mais rigorosos. E é nesse contexto que foram escritos outros títulos que também versam sobre as civilidades, como, por exemplo, o “Galateo”, de Giovanni della Casa, em 1558. Essa obra, ao contrário da que foi escrita por Erasmo, destacava, sobretudo, a raridade, a elegância e o bom gosto inato do cortesão ideal. Segundo o autor, tais encantos não se aprendiam, as pessoas simplesmente os possuíam e, ao vê-las, logo poderiam ser identificados. Dessa forma, Della Casa acreditava que o desempenho social não era resultado somente da aprendizagem, pois considerava a civilidade como algo inato, não podendo, pois, ser aprendida (PILLA, 2004).

O “Galateo”, conforme os estudos de Pilla (2004), foi escrito na perspectiva de um cavalheiro mais velho que instrui e educa um jovem. Ensina sobre o comportamento apropriado, as maneiras e os hábitos adequados ao discurso e as várias coisas que devem ser evitadas em sociedade. Nessa obra, Della Casa oferece conselhos para a aquisição de virtudes, como a modéstia, a destreza individual e a capacidade. Ao analisar os comportamentos, aponta aqueles que agradam e os que desagradam.

[...] não fica bem mostrar a língua nem cutucar demasiadamente a barba como muitos têm costume de fazer, nem soltar suspiros e ais, nem tremer ou sacudir-se (o que igualmente costumam fazer alguns), nem espreguiçar-se e, espreguiçando-se, exclamar docemente: - Ai!Ai! - como camponeses que despertam no palheiro (DELLA CASA, 1999, p. 92).

O exagero, segundo ele, é sempre desagradável, pois acreditava que as atitudes deveriam ser comedidas e equilibradas, pois as atitudes e imagens externas ou públicas

eram uma reflexão do interior do homem. O autor, com isso, valoriza e ressalta as vantagens do desenvolvimento de atitudes adequadas, dizendo: “E se os modos agradáveis e gentis têm força para provocar a benevolência daqueles com os quais convivemos, os modos boçais e rudes, ao contrário, incitam os outros a nos odiar e desprezar” (DELLA CASA, 1999, p. 5).

Nesse sentido, Ribeiro (1983) destaca que houve um desenvolvimento, sempre linear, que foi modificando os modos considerados naturais, como cuspir, soltar gases, arrotar, os quais passaram a ser vistos como atitudes indecorosas. O autor enfatiza que há uma grande tendência por parte dos manuais em retratar a importância de suportar os incômodos e os desconfortos com paciência. Com isso, os homens começam a deixar de exercer tais costumes em público, pois poderiam desagradar as pessoas sensíveis. Schwarcz (1997) acrescenta que, junto à civilidade, vinha o aumento da vergonha e do embaraço sob a forma de refinamento. É devido a isso que, em nome da etiqueta, se sobressaem as regras de higiene enquanto comportamentos correspondentes à civilidade.

Contudo, a justificativa higiênica para um bom comportamento ou um comportamento socialmente adequado passa a fazer parte das orientações presentes em boa parte dos guias publicados posteriormente. Os manuais das décadas de 1950 e 1960, aqui analisados, trazem a questão da higiene e da boa saúde, relacionando-a aos cuidados com o corpo, com a boa aparência e com a beleza, apresentados como garantia de sucesso e felicidade na vida e no casamento. Segundo Gilda Helena (1955), beleza e saúde são dois fatores tão intimamente ligados que, pode-se dizer, uma é o reflexo da outra e “Cuidar da saúde é ter meia beleza garantida” (HELENA, 1955, p. 171). Sobre isso, Pinheiro (1965) completa: “Está visto que o culto a beleza aumenta o bem estar e a possibilidade de ser feliz” (PINHEIRO, 1965, p. 19).

Ao retornar aos séculos XVI e XVII, de acordo com os estudos de Revel (2010), outros manuais de civilidade que circularam pela Europa nesse período, a maioria deles em linguagem mais pedagógica, invadiram as escolas, servindo tanto para a aprendizagem das maneiras civilizadas em geral, como ao ensinamento da leitura e da escrita. Essas obras, com o intuito de adestrar os corpos, impõem uma prática de policiamento nas escolas católicas, transformando seus preceitos em disciplina sistemática e autoritária.

Outro tipo de orientação ganha destaque. Em 1583, é publicado o livro “A Perfeita Mulher Casada” de autoria do Frei Luis de León. Nesse manual, escrito em homenagem a

uma mulher distinta da sociedade de Salamanca na Espanha, o autor expõe o pensamento da época a respeito da figura feminina, sobretudo a casada. Baseando-se em textos bíblicos, ele indica, por meio de orientações, o modelo de mulher ideal dentro dos padrões éticos e religiosos da Idade Média e do período Renascentista. O livro corresponde a um tratado moral, no qual revela como a mulher do século XVI era vista e idealizada pela sociedade da época. As intenções do autor era mostrar quais as qualidades da verdadeira mulher de valor.

Mas vejamos porque o Espírito Santo chama a boa mulher de mulher de valor, e depois veremos com quanta propriedade a compara e antepõe às pedras preciosas [...] Para que entendamos que isso é verdade, a chamou o Espírito Santo com este nome, que encerra em si tão variado tesouro. Porque, mesmo sendo a mulher naturalmente delgada e frágil mais que qualquer outro animal, como se fosse um coisa quebradiça e melindrosa, e como na vida de casada está sujeita a muitos perigos e se oferecem a cada dia trabalhos e dificuldades muito grandes, exposta a contínuos dissabores e zangas, e, como diz São Paulo, vida onde o ânimo e o coração estão divididos como alheios entre si, acudindo ora os filhos, ora o marido, ora a família: para que tanta fraqueza saia vitoriosa da contenda tão difícil e longa, é necessário que para ser uma boa mulher casada esteja cercada de um nobre esquadrão de virtudes, como são as virtudes que já dissemos e aquelas que em si abraça a propriedade deste nome (LEÓN, [1583?], p. 23).

Por meio dessa passagem, é possível perceber que o autor procura exaltar a imagem da verdadeira mulher de valor, santificando-a e, até mesmo, elevando-a a modelo absoluto de pureza e inocência, aproximando-a, desse modo, à imagem da mãe suprema, a Virgem Maria. Essa representação da mulher santificada, dócil e dedicada, na qual se exalta um grande espírito de sacrifício, também é possível ser observada em alguns dos manuais de 1950 e 1960. O manual escrito por Gilda Helena em 1955, por exemplo, retrata bem essa visão de mulher como símbolo máximo de doação, aquela que se anula em nome do outro. Nele, a autora ensina:

Você se revelará mulher, quando sentir uma ânsia incontida de amar os que a cercam, uma volúpia de sacrificar-se pelos que sofrem, o delírio da dedicação, a sublimidade da renúncia.
A mulher é o sorriso da alegria alheia, a lágrima dos que choram, a súplica das misérias de outrem, a esperança dos que se sentem desesperar (HELENA, 1955, p. 277-278).

Pilla (2004) deixa claro que, a partir do século XVII, multiplicam-se os títulos que tratam das civilidades. E a maior parte deles tinha como objetivo ensinar um convívio adequado na corte, usando a relação da aprendizagem das boas maneiras com a moral e, considerando sempre como ponto fundamental, o respeito em relação aos outros. São exemplos as obras: “O guia dos cortesãos”, de Nervèze (1606); o “Tratado da Corte”, de Refuge (1616); o “O honesto homem ou a arte de agradecer à corte”, de Nicolas Faret (1630); “O novo tratado da civilidade que é praticado na França entre as pessoas honestas”, de Antoine Courtin (1671).

A partir de meados do século XVIII, a trajetória dos manuais de civilidade vive um contrassenso, segundo Revel (2010): ao mesmo tempo em que cresce seu êxito, diminuía a posição da civilidade. A civilidade passa a ser vista como uma polidez empobrecida. Essa nova representação pode ser observada, de acordo com o autor, em uma frase de Voltaire dedicada a *Zaïre* em 1736, em que opõe os dois termos: “Essa polidez não é uma coisa arbitrária como o que se chama de civilidade, é uma lei da natureza”. Dessa forma, a civilidade começa a ser considerada como algo que interessava somente “[...] às pessoas de condição inferior” (REVEL, 2010, p. 204), ou seja, por se dirigir a todos, a civilidade, era vista, pela elite, como algo vulgar e destituído de profundidade.

A partir do século XVIII, é possível verificar que alguns títulos se preocupam em resguardar o estilo da alta sociedade, cada vez mais ameaçada pelos círculos burgueses. Um exemplo disso foi a preocupação demonstrada por F. Calières em 1963, ao elaborar um tratado com a intenção de ajudar a distinguir melhor as formas sociais. “Os burgueses, os provincianos, os pedantes são grandes fazedores de reverência: atormentam as pessoas com seus eternos cumprimentos e com civilidades incômodas [...]” (REVEL, 2010, p. 204). Percebe-se, com isso, que, para muitos, a civilidade havia perdido o sentido humanista de Erasmo, convertendo-se em uma superficialidade, em simples aparência que podia ser construída artificialmente e, por isso, passível de ser destituída. Nesse sentido, era necessário estar atento à verdadeira civilidade, aquela que era a portadora dos bons preceitos cristãos, prevenindo-se, então, da falsa civilidade, símbolo da afetação enganosa.

De acordo com Pilla (2004), é nesse contexto que surgiu a figura de Rousseau, que criticava e denunciava os excessos do comportamento polido como um grande agente de estatelamento das relações humanas. Pensando nisso, criou o personagem “Emílio”, que era retirado do mundo para aprender a nele viver. Essa tendência era percebida pelos novos

rumos tomados pela educação das elites francesas, que passaram a acreditar que era no seio da família que se aprendiam os valores morais e as regras de convívio social. A partir disso, os manuais tinham como desafio preservar a importância dos velhos gestos e, ao mesmo tempo, preparar os indivíduos para as novas condições sociais, políticas e econômicas, além do compromisso com a ética e a moral.

Com a proposta de serem democráticos, os manuais dos séculos XIX e XX tomam para si o compromisso de oferecer conselhos sobre refinamentos e polidez, sob as inspirações dos ideais de simplicidade e igualitarismo, demonstrando certa aversão à rigidez, à pompa e ao luxo exagerado. A forma fácil e didática como os manuais desse período apresentam seus preceitos é prova dessa busca da simplificação. Destinados a todos que deles necessitassem, serviam não só como divulgadores de comportamentos considerados corretos, mas, especialmente, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização. Esse “novo” gênero literário dedicado à ciência da civilização toma força na Europa e nas Américas, graças, sobretudo, ao crescimento editorial. Esses códigos, apesar de sua nova roupagem, traziam consigo o desejo do estabelecimento de regras e modelos para a vida nessa nova sociedade que se delineava.

2.2 UMA QUESTÃO ANTERIOR À CONSTRUÇÃO DO OBJETO: A CHEGADA DA CIVILIDADE AO BRASIL

A partir da segunda metade do século XIX, começou a circulação de alguns manuais de civilidade no Brasil. Era por meio desses tratados que se espalhava a civilização europeia no país. Todos os seus conselhos eram levados em consideração, tudo que correspondia à arte de civilizar era bem-vinda.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, a paisagem do país começa a mudar. É nesse momento que as cidades ganham novo impulso, a convivência social se intensifica com os novos acontecimentos, tais como: os bailes, os teatros, os concertos e os jantares (SCHUWARCZ, 1997). Era preciso aristocratizar, adotar costumes e valores que pudessem, ao mesmo tempo, nivelar aos pares europeus e diferenciar do resto da

população, a camada social que ficou conhecida como a “boa sociedade”, como bem lembra Rainho (1995). Contudo, para que isso acontecesse, era necessário não só buscar o refinamento das maneiras e a sofisticação dos gostos, mas também abandonar os rústicos costumes.

Segundo Schuwarcz (1997), o Brasil Imperial reproduziu nos trópicos uma corte bastante particular. A nobreza brasileira, tão jovem quanto a própria nação, aprendia às pressas as regras da vida na corte, buscando assemelhar-se com a da França. Na corte do Rio de Janeiro de 1860, a vida passou a ser pautada por novas rotinas e rituais. Uma roupa para cada ocasião, encontros em confeitarias, desfiles nos teatros, jantares e bailes. Essas eram as novas atividades que configuravam a nova vida da elite carioca.

Nesse processo de civilização dos modos, os cuidados com a higiene, as boas maneiras à mesa e a adequação para se vestir passam a valer tanto quanto um título de nobreza. É nesse contexto que se proliferam as chamadas leituras de civilidade. Com isso, os manuais se tornaram leitura obrigatória para aqueles que pretendiam fazer parte desse novo universo. Até mesmo alguns dos jornais em circulação no período, como “O Correio das Damas”¹, estamparam anúncios sobre manuais de civilidade e etiqueta para aqueles com pouca familiaridade com a vida na Corte (RAINHO, 1997).

Tais manuais traziam em seu corpo orientações e conselhos que pretendiam informar aos seus leitores os cuidados que deveriam seguir nos ambientes públicos e privados e procurava inculcar, por meio de sua leitura, normas e regras de controle a respeito de como portar-se socialmente, com elegância e cortesia, comportamentos próprios de uma natureza civilizada.

De acordo com os estudos de Cunha (2010 a), no final do século XIX, vários manuais de civilidade e etiqueta começaram a ser editados, sobretudo, quando a elite agrária começou a se deslocar para as cidades, formando uma nova burguesia e ocupando novos espaços. Acrescenta Schuwarcz (1998) que, em pouco tempo, esse estilo literário ganha destaque, mais especificamente nas décadas de 1880 e 1890, e a preocupação com as aparências é incorporada pelo mercado. Vale lembrar que se trata de um período importante para o mercado editorial, pois se difundia nesses anos o gosto pela leitura de forma geral e os fabricantes de livros começaram a comercializar um número grande de obras destinadas a um gosto literário bastante amplo e diverso. A divulgação dos manuais

¹ Jornal português que circulou no Rio de Janeiro de 1836 a 1850.

de etiqueta deu-se em um momento em que o Ocidente passava por um processo de alfabetização, e o avanço da indústria editorial atingia um número cada vez maior de leitores.

Um dos manuais mais conhecidos no período era o “Código do bom tom”, de autoria do cônego português identificado como J. R. Roquette. Publicado em Portugal, pela primeira vez, em 1845², tal manual tornou-se leitura obrigatória durante o Brasil Imperial, pois ele trazia regras e normas de como se comportar em vários espaços e acontecimentos sociais, em um momento em que a grande função da civilidade era de distinção social.

Tanta foi a importância desse tratado para a formação da nova burguesia brasileira que, segundo Cunha (2010 c), até mesmo Gilberto Freire, em sua obra clássica “Casa-grande & senzala”, faz menção a essa literatura utilizada para a educação e para a civilização da população brasileira daquele momento.

“A sociedade tem também sua gramática”, escreveu em 1845 o autor de certo Código do bom-tom que alcançou grande voga entre os barões e viscondes do Império. Os quais, para tomarem ar de europeus, não só deram para forrar os tetos das casas-grandes – até então de telha-vã – como para adotar regras de bom-tom francesas e inglesas na criação dos filhos. E adotá-las com exageros e excessos (FREIRE, 2006, p. 509).

A autoria do “Código do bom-tom” é atribuída a um aristocrata, bom pai, que, após ter perdido a esposa, resolve educar os dois filhos, um de cada sexo. Com isso, o pai busca aconselhar os filhos sobre polidez, civilidade, cortesia e urbanidade, ao mesmo tempo em que “[...] introduz o leitor nas novidades desses conceitos e atitudes” (SCHWARCZ, 1997 p. 21). Entretanto, quem ensina os leitores sobre os segredos da vida em sociedade é o homem da Igreja, que instrui, de maneira didática, os rituais de etiqueta.

Os manuais de civilidade, como mostra Cunha (2010 a), eram considerados sistemas de valores e ferramentas para a consolidação dos códigos morais e sociais, que eram compostos por vários conselhos, regras e orientações de conduta pessoal, com o objetivo de nortear as atitudes de cada indivíduo em relação a si mesmo e em relação aos espaços públicos e privados. Assim, a civilidade era algo distintivo para a compreensão dos esquemas reguladores da vida social, constituídos por um conjunto de regras e conselhos, como mostra o exemplo:

² Em 1900, já se encontrava na sexta edição.

O dono da casa não deve nunca gabar o que aparece à sua mesa, nem dar desculpas a respeito do jantar não ser suficiente, ou bastante lauto; é melhor que não diga nada, e que deixe aos convivas o cuidado de fazerem o elogio, que nunca deve faltar quando a mesa é bem servida. [...] Também não é de bom-tom apertar muito como os convivas para que comam, nem encher-lhes muito o prato; porém, como há muitas pessoas tímidas que não ousam aceitar à primeira vez, pode o dono da casa renovar a sua instância, mas deve sempre fazê-lo com graça e delicadeza (ROQUETTE, 1997, p. 224-225).

Outro manual de civilidade de bastante circulação no Brasil foi “O Tratado de Civilidade e Etiqueta”³ de autoria registrada com o pseudônimo de Condessa de Gencé, como mostra Cunha (2010 a). Por meio de consultas realizadas em bibliotecas da França e de Portugal, confirma-se o desconhecimento do verdadeiro nome da autora. A única informação que se tem é de que era de origem francesa.

No período em que foi escrito, era bastante comum a utilização de pseudônimos na autoria dos manuais de civilidade. Poucos apresentavam o nome completo, preferindo referenciá-lo com títulos nobiliárquicos ou eclesiásticos, pois tais títulos davam um ar de distinção e legitimidade à obra, opondo-se, muitas vezes, à classe de quem a escreve. Com esse pseudônimo, a Condessa publicou outros trabalhos, como o “Guia Mundano das Meninas Casadouras”, de 1910 (CUNHA, 2010 c).

As orientações feitas pela Condessa em sua obra são no sentido de reforçar comportamentos e hábitos de cortesia na sociedade e em casa. Assim, afirmava ela, ao

Fazer-se uma visita a alguém a quem se quer dar uma prova de deferência. D'onde se segue que se deve receber sempre bem as pessoas que nos visitam. Se, por acaso, há razões para quebrar relações, manda-se dizer pela pessoa que abre a porta que se não recebe. Deve-se uma hospitalidade graciosa às pessoas que estão, ainda que por um momento, em nossa casa. Deverão estas, pela sua parte, apresentarem-se corretamente e mostrarem-se dignas da honra que se lhe faz, recebendo-as (GENCÉ, 1912, p. 81).

Pode-se dizer que os autores dos manuais, nobres e clérigos, encontram-se em posição de mediadores e como pessoas qualificadas (pela origem ou pelo cargo) para avaliar as necessidades dos outros. Ou seja, os autores formavam um conjunto de

³ A primeira edição foi publicada em 1895 na França e, em 1909, foi publicada em português pela Livraria Editora Guimarães & Cia., de Lisboa. Em 1951, já se encontrava na 14ª. edição.

indivíduos que se dispunham a produzir e socializar um saber mais restrito e a prescrever regras, condutas e valores que circulavam nos meios ditos civilizados. Desse modo, esses manuais, cuja autoria é de alguém que porta um título de nobreza e cujo tema versa sobre etiqueta e civilidade, destinavam-se a uma elite desejosa em aprender boas maneiras, reforçando a ideia de um engajamento a mais dos leitores, pela possível legalidade de seu lugar de produção (CUNHA, 2010 b).

Alguns desses manuais, a partir da década de 1920, começam a ser divulgados e propagados como leitura indicada entre as bibliotecas das Escolas Normais. Muitas vezes, faziam parte do material didático utilizado nas aulas de Educação Moral e Cívica, Economia Doméstica e Higiene, disciplinas que faziam parte do currículo oficial para a formação de professores. Dessa forma, introjetar modos civilizados de conduta pessoal e etiqueta social eram características desenvolvidas como saberes escolares. Esse currículo, apesar das várias fases e mudanças governamentais pelas quais passou o país, estendeu-se até a década de 1960 (CUNHA, 2010 a).

Tendo em vista toda essa educação civilizadora dos modos, não deveria existir, para o professor, distinção entre a vida profissional e a vida particular. A sua moralidade e suas práticas de civilidade não deveriam se restringir à sala de aula. Seu comportamento deveria ser exemplar em todos os momentos e ambientes da sociedade. Sforzi (1996) reforça essa ideia, afirmando que, “[...] nos horários livres o professor deveria educar a comunidade [...]” (SFORZI, 1996, p. 115), não se pautando somente na transmissão de conteúdos escolares, mas também na educação de todos os momentos. Isso tudo está diretamente ligado a seus hábitos, a sua vestimenta, a seu lar e família, a sua forma de falar, a seu lazer e a todos os ambientes que frequenta. Seus gestos devem representar uma determinada concepção de mundo e de valores. Nesse sentido, as orientações da Condessa de Gencé são de que “[...] o professor deve sempre estar bem vestido, e com o máximo de aceio. Os collarinhos, os punhos, o lenço, devem estar irreprensivelmente limpos. Respeitará as crenças da casa onde dá lições. Não se mostrará familiar, nem importuno” (GENCÉ, 1912, p. 19).

A formação para o recato e para o civilizado, de acordo com Cunha (2010 c), era alvo de investimento pedagógico nas Escolas Normais, já que estas, na qualidade de instituição formadora, buscavam privilegiar os valores morais dos futuros professores, que eram compreendidos como os construtores da nação brasileira. Assim, esperava-se do

professor uma série de qualidades morais que comporiam sua figura e daria um sentido nobre à profissão.

Com isso, os manuais de boas maneiras e civilidade começam a ser incorporados às bibliotecas das Escolas Normais de modo mais intenso, a partir da década de 1920. Ou seja, os manuais fizeram parte de uma educação escolarizada, apesar de esse tipo de literatura já fazer parte da leitura de lazer, desde o século XIX. Com isso, os manuais de etiqueta e civilidade passam a ocupar um lugar de destaque na educação formal, constituindo-se em orientadores e normatizadores da vida cotidiana. Esses tratados fizeram parte do rol de leitura indicada para as moças de “fino trato”, que tinham em vista alcançar posições de boa moça, futura mãe de família e cristã dedicada (CUNHA, 2010 b).

Nesse sentido, os manuais pretendiam contribuir para a normatização de condutas, a regulação de comportamentos e a formação de caráter, salienta Cunha (2010 c). Eles tinham como proposta a consolidação de práticas, explicitadas por meio de um código de valores; a partir disso, numerosas prescrições eram estabelecidas e deveriam ser seguidas como regras do bem viver em sociedade. “Pode-se dizer que funcionavam como dispositivos textuais que atuavam na transformação das sensibilidades e como tal procuravam internalizar severos procedimentos de controle social” (CUNHA, 2010 c, p. 02).

Sobre o comportamento esperado em relação à personalidade feminina, Freire (2006) aponta para algumas regras de recato que predominavam no final do século XIX e início do século XX. A menina deveria ser comportada, não falar alto, ser acanhada e humilde. “Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente [...]” (FREYRE, 2006, p. 510).

Tendo isso em vista, na observação das disciplinas que compunham o currículo da Escola Normal, é possível notar ensinamentos voltados para as práticas civilizatórias e a moral. Entre os conteúdos ensinados, estavam aulas de como se comportar em público e como se dirigir aos superiores hierárquicos. “O manual era, pois, um livro de leitura escolar que, presente nos currículos, participava da construção de um repertório de atos plausíveis desde formular uma emoção e exprimir um desejo, a saber sentar-se para ler e escrever uma carta” (CUNHA, 2010 c). Com isso, é possível observar como esses conteúdos, voltados à civilidade, à urbanidade e aos bons modos, fizeram parte dos ensinamentos escolarizados.

Entretanto, devido as suas rigorosas e moralizadoras orientações sobre comportamentos e controle das sensações, a utilização desses manuais se tornou alvo de sátira e deboche. Escrito em 1917 e publicado somente em 1927 na França, dois anos após a morte do autor, a obra intitulada “Manual de civildade destinado às meninas para uso nas escolas”, é paródia dos manuais de educação e boas maneiras utilizados nas escolas. E, dentre as suas orientações, encontra-se: “Quando propuser brincar de pique ou pega-pega, não se ponha a rir. Todo gracejo com respeito a isso seria tipo licencioso” (LOUÏS, 2005, p. 28).

Pode-se dizer que o século XX foi um período que ficou marcado pelo grande surgimento de vários discursos, leis e produções escritas provenientes de diferentes campos da sociedade, como a Igreja, a própria escola, a Medicina, entre outros, que se mostravam preocupados com aspectos relacionados à higiene, à moral e à formação de cidadãos saudáveis e civilizados, aspectos estes indispensáveis para o desenvolvimento e crescimento do Estado. Com isso,

Amplamente divulgados no ambiente escolar os manuais mostram, com precisão, a sutileza e a agilidade de quem sendo breve, sabe ser profundo na transparência de transmissão de normas, condutas e valores, na clareza das ideias, na coerência da escrita, na envolvimento de imagens discursivas (às vezes até visuais) que se tecem em narrativas simples, quase coloquiais. Os manuais contêm mapas para um percurso (materializados em índices por assuntos, páginas numeradas, desenhos ilustrativos, exemplos edificantes) pretendem enraizar-se numa cultura de gesto e do agir e podem valer como preciosos elementos de auxílio para “o entendimento de práticas culturais que contribuíram para a constituição do indivíduo moderno” (CUNHA, 2010 b, p. 353).

Devido a isso, Cunha (2010 c) revela uma aproximação entre o conteúdo de tais manuais e os preceitos morais caros à Igreja Católica, que contribuíam para reforçar comportamentos e hábitos bastantes presentes em uma educação que se anunciava laica, republicana e positivista. A presença de militantes católicos na Associação Brasileira de Educação (ABE), nas décadas de 1920 e 1930, deu à entidade um caráter moral, evidenciando a presença de intelectuais que pertenciam à Igreja Católica na elaboração de políticas públicas para a educação. Com isso, os manuais de civildade reverberaram essas propostas, associando moral cristã a polidez e pureza de conduta. Mesmo em uma República laica, o incentivo era no sentido de alcançar um cidadão católico formado na

escola, em casa e na sociedade.

Outra ideia que vigorava no período e que estava relacionada aos ensinamentos dos manuais era a de que uma nação unida seria uma nação próspera. Esse pensamento reflete a proliferação de conselhos e regras presentes nos manuais de civilidade, que contribuíram para que as professoras em formação difundissem tais práticas em um Estado em formação, marcado pela diversidade cultural, que poderia se constituir em um empecilho para a formação de um povo culto e ordeiro (CUNHA, 2010 c). Sendo assim, os ensinamentos contidos nos manuais de civilidade representavam algo capaz de diferenciar comportamentos e atitudes de um determinado grupo social.

Além disso, os manuais, de modo geral, são orientados pelo princípio da hierarquização, o qual trata as diferenças sociais e os costumes com uma naturalidade quase biológica: “[...] a sociedade tem sua própria gramática, a qual é preciso estudar, do mesmo modo que se estudam leis e regras arbitrárias” (SCHUWARCZ, 1997, p. 21).

Embora a etiqueta possa ser considerada como uma “ciência da artificialidade ou das aparências”, o bom aluno é aquele que consegue fazer tudo com naturalidade, sem qualquer precipitação e age como se civilidade fosse parte integrante de sua individualidade mais profunda (SCHUWARCZ, 1997, p. 23).

Muitas das orientações presentes nesses manuais seguem as indicações e restrições dos manuais do século XVI, que orientam no sentido de conter as manifestações mais imediatas, tais como:

[...] reprimir o espirro (ou fazer o menor ruído possível), não coçar a cabeça e muito menos meter os dedos no nariz, não levar a mão à boca ou roer as unhas com dentes, nunca escarrar na casa, no fogo ou janela abaixo, jamais arrotar ou dar mostras de ter ventosidades no estômago [...] (SCHUWARCZ, 1997, 28).

Essas eram as exigências da polidez da qual nem uma sociedade moderna escapava, pois a arte de esconder e dissimular as sensações e os sentimentos nunca “saiu de moda”. Compreendidos como sinônimo de refinamento e do adestramento, os manuais serviram como difusores de ideias para a incorporação de certos comportamentos, contribuindo para a normatização de condutas e a formação de hábitos e personalidades.

A partir do século XIX, além dos manuais mais conhecidos, surgiram outros. Muitos deles escritos no próprio país, logo ganham destaque e legitimidade entre as

mulheres. Tais manuais versavam orientações que iam além das referidas sobre os bons modos e a etiqueta; eles propagavam as “atitudes corretas” acerca da feminilidade das moças de família do período: “refinadas”, sim, mas, sobretudo, preparadas para a responsabilidade de organizar bem o lar e zelosas do casamento. Com isso, o governo do lar era um novo campo abordado, o qual preparava as mulheres para a arte de serem boas donas de casa, mães e esposas, sem tirar de foco o cuidado com a aparência e a beleza.

De acordo com Pereira (2010), esses livros, classificados como manuais de utilidade prática, de economia doméstica, ou administração do lar, se assemelham aos manuais de etiqueta, dada a sua similaridade no formato e na disposição das informações. Ao lado dos guias de boa conduta, viabilizaram um direcionamento dessas práticas às mulheres que, além de oferecerem pinceladas sobre “boas maneiras”, ensinavam e auxiliavam as leitoras nas mais variadas atividades, inclusive, as domésticas. Desse modo, atuavam como orientadores de modelos a serem seguidos por um público feminino, sendo a organização doméstica e a administração dos comportamentos requisitos fundamentais para o desempenho do papel de uma dona de casa ideal.

Como aponta a autora supracitada, um dos primeiros desses manuais a ser publicado foi o intitulado “Livro das noivas”, escrito por Julia Lopes de Almeida⁴ e que, em 1896, já alcançava sua terceira edição. O livro é apresentado em três partes. A primeira e a segunda são direcionadas ao casamento e à importância do papel da esposa na casa e todas as obrigações e questões de ordem prática direcionadas à mulher, tais como: organizar a casa de maneira geral e cuidar da alimentação da família. A última parte retrata a importância da figura materna e às renúncias a que uma mãe deve se submeter para arcar com a “doce tarefa de ser mãe”, e que toda a elegância destinada a si mesma como mulher e ao lar habitado pelo casal se colocam em suspensão em favor da maternidade.

No início do século XX, Pilla (2008) prevê que, para a sociedade brasileira, as salas e os salões passam a ganhar a função de veículo informal de disputa de cargos e privilégios, em que se estreitavam e tratava-se de alianças e candidaturas políticas, estimulavam-se intrigas entre concorrentes, estabeleciam-se compromissos matrimoniais.

⁴ Como jornalista, fez parte do corpo de redatores do jornal “A Semana”, do Rio de Janeiro, do qual faziam parte também Olavo Bilac, Arthur Azevedo e Filinto de Almeida, que se tornou seu marido. Como escritora, foi autora de romances e produziu vários outros ao longo de uma carreira de mais de quarenta anos.

Com isso, as mulheres casadas ganhavam a possibilidade de contribuir para o projetar da família por meio de sua postura nos salões e na vida cotidiana. Sua imagem deveria refletir o cuidado do marido e dos filhos, a supervisão dos criados e a boa condução da casa. Nesse contexto, outro manual que versa sobre a administração do lar ganha destaque entre o público feminino: “O Lar Doméstico”, escrito por Vera Cleser em 1906, que traz, de forma bastante didática, uma série de informações sobre a organização da casa. Dirigido às mulheres bem intencionadas, indica o caminho do bom desempenho dos serviços domésticos⁵.

O manual “O lar feliz”, de 1916, citado por Pilla (2004), resume muito bem a intenção de obras desse gênero. Segundo a autora, o manual, publicado no mesmo ano do Código Civil da República, divulga, para um público amplo, o papel a ser desempenhado por homens e mulheres na sociedade, sintetizando e utilizando a ideia de “lar feliz”, como espaço estabelecido pelo privado e de domínio feminino.

Na década de 1940, são publicados “Minha casa” e “Noções de Economia Doméstica” por Isabel Serrano⁶, que trazem conselhos sobre a administração doméstica, em especial, por se acreditar que a esposa exerce grande influência quanto ao sucesso político e social do esposo. Para isso, a autora apresenta uma série de requisitos necessários à organização da casa, seguindo os princípios da ordem, do método, da limpeza e da estética, acrescentando que uma verdadeira dona de casa deveria portar, na administração de seu lar, os quatro “S”: simpatia, sinceridade, simplicidade e serenidade (PILLA, 2004).

É nesse sentido que se fortalecem os códigos de comportamento, os guias de administração do lar e os manuais de instrução femininos. Apesar de se apresentarem com objetivos muitas vezes diferenciados, mostram-se complementares, na medida em que pretendem codificar e orientar a vida cotidiana da dona de casa e os comportamentos adequados às mulheres do lar, ensinando-lhes a ciência dos saberes domésticos.

⁵ A obra é dividida em quatro partes. Na primeira, a autora contempla ensinamentos sobre a organização do que ela chama “movimento diário” do lar, que, diz ela, deve ser seguido principalmente pela ordem. A segunda trata das partes da casa: salas, quartos, cozinha, despensa, utensílios de cozinha, quintal e jardim. A última parte refere-se às “ocupações especiais”: a arte de comprar, normas referentes à limpeza de copos, pratos, xícaras e panelas.

⁶ A autora era professora e passou, no período em que escreveu as obras, a realizar conferências e cursos sobre formação social e familiar. Por considerar-se experiente nas atividades de mãe e esposa, decide, frente aos desafios do mundo e das notícias sobre a desgraça dos lares por falta de instrução das donas de casa, começar a se dedicar à educação feminina, dirigida tanto aos lares modestos como aos mais abastados.

A partir daí, outros manuais que se dedicam a tratar, por meio de dicas e orientações, assuntos referentes ao bom andamento do lar, à relação matrimonial, ao bem comportar-se, aos cuidados com a aparência, continuam a ser publicados e, cada vez mais, caem no gosto do público feminino. Ao lado desses manuais, surgem as revistas femininas, que, assim como esse tipo de literatura, têm como objetivo a insinuação de um determinado tipo de feminilidade.

A partir da década de 1940, com o desenvolvimento econômico e urbano crescente, ocorreu um alargamento do mercado de trabalho, que representou, para as mulheres de camadas médias e altas da população, uma maior presença no espaço público, mas que devia se realizar sob certo controle. Entretanto, a presença nas ruas entre as mulheres populares já se fazia desde o século XIX. Como aponta Pereira (2010), começa a crescer a participação feminina na vida pública, ainda que o tipo de feminilidade preponderante permanecesse representado por meio do “instinto materno”, “pureza”, “resignação” e “doçura”. Essa diferença começa a ser percebida em alguns dos manuais do período, que começam a incluir, em suas dicas, temas como a cortesia fora de casa, destacando-se o “bom comportamento” nas ruas, nos encontros sociais, nas lojas, nos espaços públicos em geral.

Apesar dessa nova abordagem feita por alguns manuais, acreditava-se que o lugar destinado à mulher era o lar; é nesse sentido que caminha a maior parte das orientações e dicas observadas nos manuais e nos guias de instrução femininos das décadas de 1950 e 1960. Alguns desses manuais serviram como fonte de reflexão para este estudo e, a partir disso, buscou-se reconhecer as normas contidas nas fontes como normas implícitas ou explícitas de uma educação capaz de conferir a imagem de feminino e feminilidade sob a regência do modelo de dona de casa ideal.

Para uma melhor análise e compreensão sobre a educação veiculada por esses manuais e quais suas intenções ao incutirem em suas leitoras determinados tipos de comportamento sobre o que é próprio e apropriado ao ser feminino, foram selecionados seis manuais que circularam durante o período e serão apresentados a seguir.

Seguindo o mesmo estilo didático, outros manuais de instrução femininos circularam pelo Brasil durante o período estudado (1950-1960). Todos imbuídos do mesmo espírito normatizador e educativo. Alguns deles com conteúdos mais voltados para as práticas sociais ou para as normas do “bem viver”, mas todos compartilhando as mesmas

funções sociais específicas: contribuir para a constituição de um modelo de mulher ideal.

2.3 APRESENTAÇÃO DO OBJETO: OS MANUAIS E SUA GRAMÁTICA

Como bem mencionou J. I. Roquette (1997), em sua obra “Código do bom-tom”, no século XIX, “a sociedade também tem sua gramática” (ROQUETTE, 1997, p. 59), os manuais também a tem. Eles são compostos por regras e normas que tornam sua leitura única e particular.

A esse respeito, a materialidade de um impresso cria condicionamentos sobre o sentido que ele emana, as formas e as representações dadas ao texto, o título, o tamanho da letra, o tipo de linguagem, as imagens utilizadas modelam as possibilidades de recepção e compreensão, podendo ser compreendidas “[...] como um conjunto de signos, como um suporte para representação ideológica” (CUNHA, 1999, p. 51), tornando sua leitura mais clara e atraente.

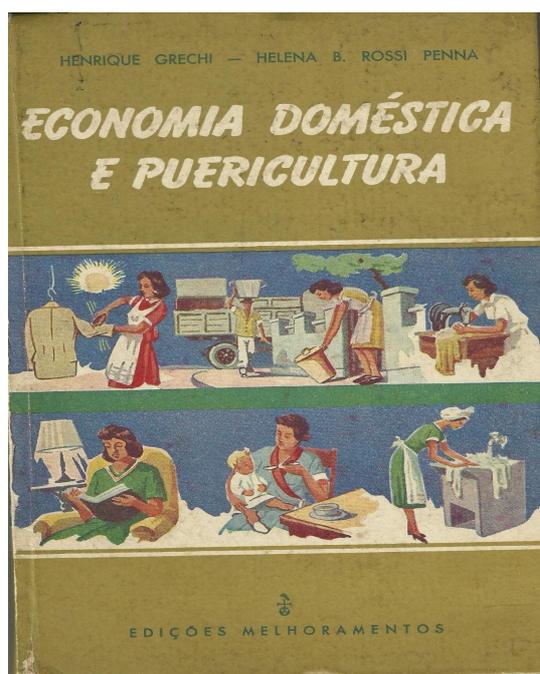
Entre as décadas de 1950 e 1960, no Brasil, a leitura de manuais e guias constituía-se em um tipo de leitura bastante popular entre as mulheres casadas e solteiras da classe média. Esses livros, que se destinavam como leituras de entretenimento e de formação, traziam em seus títulos indicações e representações de feminino e feminilidade, deixando bem claro a que público se destinava. Como observa Cunha (1999), a imagem publicitária dirige-se ao destinatário, ou seja, aquele que é capaz de consumir, definindo-o como alvo direto. Diante disso, as várias maneiras pelas quais o texto chega até seu leitor depende muito das formas com as quais ele se apresenta a seu público.

Com o objetivo de melhor compreender as questões a serem tratadas no presente trabalho, acredita-se ser necessária uma apresentação um pouco mais detalhada a respeito dos principais guias que se constituíram como fontes de análise: os manuais de instrução femininos que circularam no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 – “Economia Doméstica e Puericultura”, “Aprenda a ser Esposa e Mãe”, “Noções de Economia Doméstica”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” e “Coleção feminina”. Tais obras apresentam um tipo de gramática, da qual, é levada em conta a apresentação didática dos conteúdos, a autoridade

ao tratarem dos temas e o público a que se destinam. Deste modo, esses manuais se constituem de maneira diversa, com um objetivo comum: adestrar comportamentos e disciplinar condutas femininas, cujo foco era a formação de um modelo de mulher ideal, capaz de governar o lar, a família, satisfazer as necessidades do marido e manter a boa aparência.

Economia Doméstica e Puericultura

O primeiro manual, “Economia Doméstica e Puericultura”, publicado em 1954, tinha como finalidade principal dar conselhos às mulheres sobre como bem dirigir seu lar, a partir de sugestões e dicas sobre organização, arrumação e ordenamento das lides domésticas. Preceitos estes que já estão explicitados na capa do livro.



(Capa do Livro, 1954 – acervo pessoal da autora)

Essa obra foi escrita por dois professores: “Dr. Henrique Grechi, prof. Catedrático de Puericultura da E. I. ‘Carlos de Campos’ de S. Paulo” e “Helena B. Rossi Penna, Professora de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica do Ginásio Estadual ‘Antônio Firmino de Proença’ de São Paulo” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 3). Procura mostrar, logo

em suas primeiras páginas, que os autores são autoridades competentes e experientes para discorrer sobre o assunto.

O manual deixa claro, logo de início, quais as suas intenções, ao demonstrar as responsabilidades da mulher no desempenho das funções de dona de casa. Conforme os autores, “a principal finalidade do ensino de Economia Doméstica consiste na preparação das jovens para a direção do lar, com o aproveitamento de recursos disponíveis em melhoria de sua pessoa, dos membros de sua família e da comunidade em que vive” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11).

É possível perceber que o livro, além de uma leitura de entretenimento, tem características de um manual escolar, pois, ao final de alguns itens, os autores trazem sugestões de exercícios para uma melhor fixação dos ensinamentos, por exemplo: “As alunas poderão organizar um álbum, onde serão selecionados os assuntos interessantes, referentes aos estudos de Economia Doméstica” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11).

Dentre as funções a serem desempenhadas pelas donas de casa, destaca-se a organização, a higienização e decoração da casa e é justamente esse tema que traz relações comuns entre o grupo de manuais de instrução femininos. Todos eles tratam, de forma específica ou não, do tema arrumação e administração do lar, ou prendas domésticas, um dos objetos de investigação do presente estudo. Nas palavras de Grechi e Penna,

É interessante para a mulher procurar governar a casa e executar seus deveres, solucionando o problema dos afazeres domésticos com horários para os mesmos. No seu trabalho cotidiano, dirigindo sua atenção para particularidades que formam a série das ocupações domésticas, seja o preparo das refeições, os cuidados com as roupas, as compras, etc., deve a dona de casa reservar ainda algumas horas para seu descanso e recreação (GRECHI; PENNA, 1954, p. 30).

Para a realização a contento de suas atividades, a mulher necessitaria ter disciplina e ordem. De acordo com os autores, as atividades deveriam ser divididas da seguinte forma: “algumas donas de casa adotam o sistema da distribuição dos trabalhos de limpeza geral da casa, em dois dias”, ou então “a distribuição dos afazeres domésticos, de acordo com os dias da semana”; de modo geral, o trabalho da dona de casa ocuparia até doze horas por dia e o descanso mencionado na citação estaria reservado somente para “[...] tarde de sábado e no domingo” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 31).

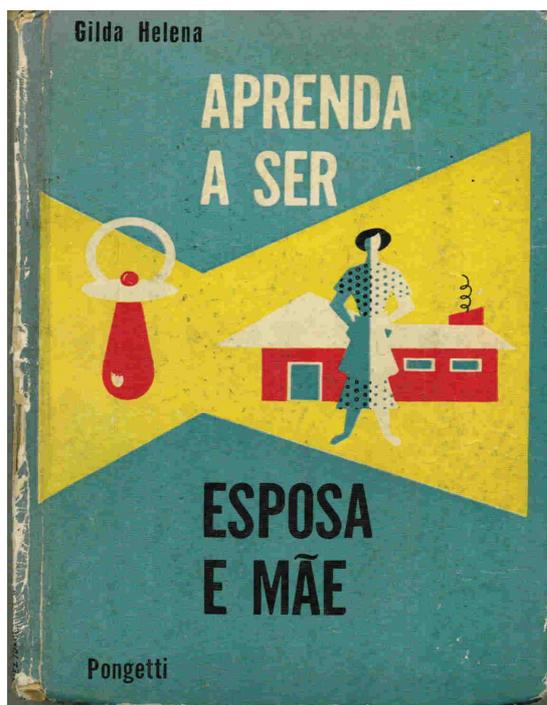
O manual traz uma série de informações essenciais à formação da dona de casa,

como a preparação de alimentos, contabilidade doméstica, noções de puericultura, enfermagem, serviço social e os cuidados, os preparos e a conservação das roupas. Neste item, os autores dão dicas sobre a composição do enxoval e afirmam que “com boa vontade e dedicação qualquer moça poderá confeccionar as peças simples do seu enxoval” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 43). Nesse sentido, o manual é completo, em relação ao intuito de capacitar a dona de casa para lidar com as complexas situações do cotidiano do lar, ao mesmo tempo em que permite à mulher traquejo para o desenvolvimento de suas habilidades domésticas.

Aprenda a ser esposa e mãe

O manual “Aprenda a ser esposa e mãe” de autoria de Gilda Helena, pseudônimo utilizado por Albertina Guimarães, foi publicado em 1955 e é composto por 299 páginas, que trazem conteúdos como a higienização da casa, como cuidar das roupas de cama, mesa e peças pessoais, sobretudo as peças íntimas, como preparar uma boa, econômica e saudável alimentação, além de revelar, para suas leitoras ou para suas “queridas amigas”, como gosta de chamá-las, alguns dos “segredos da cozinha”. Ainda dá dicas sobre como organizar o orçamento doméstico, conselhos sobre puericultura e noções de primeiros socorros, enfermagem e serviço social.

Já na capa, o manual revela a quem se destina: em um fundo azul claro, traz à frente o desenho de uma chupeta, a figura de uma mulher com avental e a imagem de uma casa, os quais se completam com o título “Aprenda a ser Esposa e Mãe”.



(Capa do Livro, 1955 – acervo pessoal da autora)

De acordo com a própria autora, o manual trata-se de “[...] um guia prático e seguro para as donas de casa [...]”, o qual traz vários “[...] conselhos e informações sobre a vida doméstica e social, receitas econômicas, higiene e saúde” (HELENA, 1955, p. 1). Informações que se encontram logo na folha de rosto, demonstrando às suas “queridas amigas” o teor dos conselhos que ali encontrarão.

A autora não deixa nenhuma pista a respeito de sua origem ou de quem possa ser. Em uma breve apresentação, ela logo estabelece um diálogo íntimo com suas leitoras, “Jovem amiga desconhecida”, mas sem mencionar qualquer coisa a seu respeito. De fato, em alguns momentos, a autora escreve como se ela fosse o próprio manual. Isso fica claro quando ela sugere: “A qualquer dúvida, corra a me procurar” (HELENA, 1955, p. 8). A “conversa” travada entre ela e as amigas leitoras caminha no sentido de aconselhá-las e alertá-las sobre as dificuldades da vida conjugal. Para isso, Gilda Helena procura mostrar os possíveis problemas que as leitoras encontrarão na árdua, mas sublime tarefa de ser dona de casa, fazendo uma analogia entre o desgaste dos utensílios domésticos com o desgaste da esposa. “Cada mancha que aparecer se avolumará em nuvem ameaçadora, no céu tranquilo de seu lar. Ao passo que as cortinas forem amarelecendo, irão também

empalidecer as efusões carinhosas com que você tanto sonhou durante o noivado” (HELENA, 1955, p. 8). Para que isso não ocorra, a autora alerta sobre o papel que a mulher deve assumir com o casamento: “Você até agora, minha amiguinha, foi a boneca mimada a quem o carinho materno furtava toda sorte de preocupações, de trabalho, de cansaço. Hoje a varinha do destino transformou a boneca em mulher” (HELENA, 1955, p. 8).

Com base nessas representações, Gilda Helena mostrará caminhos e truques para que a amiga leitora possa vencer as dificuldades e alcançar a plenitude da tão sonhada felicidade conjugal. “Você vai zelar pela sua casa, pelo bem estar de seu marido, pela felicidade de ambos” (HELENA, 1955, p. 8). É nesse sentido que seguem os conselhos e as regras dadas pela autora no decorrer do guia: “Consulte-me e encontrará sempre, nas páginas dêste livro que escrevi, especialmente, para você, a solução do problema que a preocupa no momento” (HELENA, 1955, p. 8).

É possível observar que, em muitos momentos, a autora, dentre os três manuais, demonstra um ideal de feminino e feminilidade mais conservador. Por vezes, seus posicionamentos e dicas buscam mostrar e orientar a mulher como uma “escrava obediente” do marido, especialmente, quando se refere ao casamento como o sonho e o destino de toda mulher. Assim, de acordo com essa concepção, as mulheres deveriam cuidar do bom andamento da casa, do marido e dos filhos, devendo ser “escravas de seu ideal”. Ideal que possui importância singular e que as torna o modelo ideal de mulheres.

Você é apenas uma promessa de mulher e, só será mulher, na realidade, quando sentir que o seu eu interior é um ser tão apagado, tão imanifesto, que você não o chega a perceber.

Alguém pôs em suas mãos a própria felicidade. Desde êsse momento você se deixou de pertencer; passou a ser guarda de um tesouro alheio e seus desejos, suas paixões, seus sonhos transferiram-se para plano secundário (HELENA, 1955, p. 277-278).

Além disso, o manual de Gilda Helena traz, de forma bastante clara, as diferenças existentes entre os papéis desempenhados por homens e mulheres. Em seu manual, os homens são caracterizados pelo que deles se espera: “inteligência, energia e tenacidade”. Já a mulher é representada como aquela que “[...] é e sempre será a eterna senhora daquele que a ama [...]” (HELENA, 1955, p. 8). Devido a essa natural diferença existente entre os gêneros, a mulher não deveria tentar se igualar ao homem, lembrando-se sempre do seu

verdadeiro destino. “Liberdade, independência, igualdade! são os teus cânticos de glória, mulher, conto que soa aos meus ouvidos como os hinos marciais que os soldados entoam, quando marcham para a guerra, quando avançam para a morte” (HELENA, 1955, p. 278). A passagem seguinte deixa bem clara a visão da autora a esse respeito, que chega a se valer do sarcasmo como forma de enfatizar a diferença nos papéis entre o homem e a mulher.

O que é possível apreender é que a casa corresponde a um sistema organizado, no qual o pai representa a personificação da figura suprema à qual cabe, senão todas, pelo menos, as resoluções mais complicadas do dia a dia. Já a esposa, tomada como exemplo de “ponderação”, “perseverança”, “brandura” e “amor”, adquire contornos invisíveis no interior do lar. Porém, a autora afirma que de “[...] mãos dadas, o homem e a mulher concretizam a força, o poder, a realização” (HELENA, 1955, p. 278).

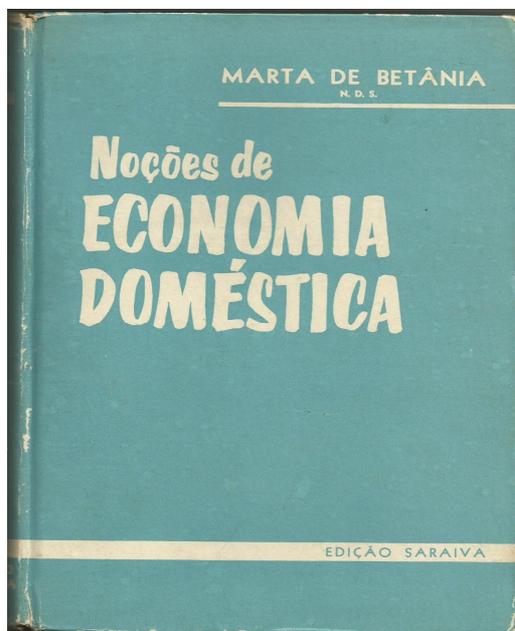
Noções de Economia Doméstica

“Noções de Economia Doméstica”, de Marta de Betânia, publicado em 1957, é composto por uma capa simples com fundo azul claro e letras brancas, dando a impressão de um céu. De todos os manuais, este é o mais religioso e moral. Logo no início da obra, a autora já deixa isso evidente, com a mensagem: “A felicidade é recompensa! O que podemos ou devemos fazer para merecê-la? ‘Ajuda-te, diz Nosso Senhor, e eu te ajudarei’” (BETÂNIA, 1957, p. 9). O manual tem como foco a educação da mulher, no que diz respeito à “arte de ser dona de casa” dentro dos mais respeitáveis costumes cristãos.

De acordo com Cunha (2012), Marta de Betânia era, possivelmente, o pseudônimo da autora, estratégia está bastante utilizada na confecção de manuais. Pela característica religiosa-cristã apresentada no manual é possível pensar que tenha inspiração em uma personagem bíblica. Marta de Betânia foi irmã de Lázaro e de Santa Maria Madalena. Considerada trabalhadora e responsável, como dona de casa que preparou uma ceia para Jesus, foi santificada no século I.

No prefácio do manual, Adelino José da Silva D’Azevedo apresenta o livro como uma obra “[...] a serviço do mais delicado setor da Educação, a da Mulher” e, segundo ele, “[...] Educação, como poderia ter dito Formação, pois que, lado a lado com uma norma fidalga de Cortesia, aparecem sugestivos ensinamentos de Higiene, de Economia, de Moral

de Cultura!” (BETÂNIA, 1957, p. 15). Nesse sentido, o manual de Marta de Betânia é rigoroso resumo dos mais variados assuntos sobre “os modos e as modas domésticas”.



(Capa do Livro, 1957- acervo pessoal da autora)

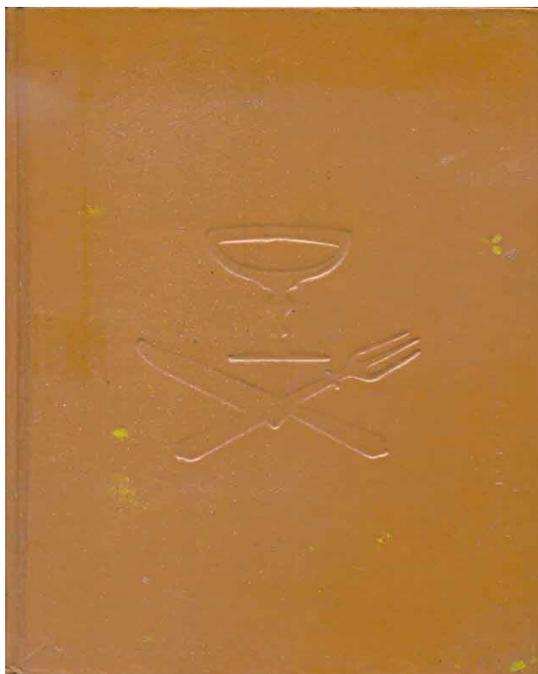
Além disso, o manual apresenta um estilo acessível, uma interpretação cristã e uma “[...] sobriedade do *savoir faire*, a palpável intenção do realmente querer ‘servir’, outorgam a este compêndio, a característica de manual imprescindível para o refinamento educacional feminino” (BETÂNIA, 1957, p. 15). Segundo Adelino José da Silva D’Azevedo, em meio aos “tão desvairados” tempos, capazes de comprometer a “família e o lar”, livros como os de Marta representam “[...] o centro irradiador de recuperação cristã da Civilização”.

A grande diferença entre esse manual e os outros é que ele é escrito em forma de perguntas e respostas, a partir das quais valores e padrões de conduta são transmitidos, versando, em suas dez partes, sobre assuntos que interessam a todos e que vão desde a definição de economia doméstica, noções de puericultura e enfermagem, passando por regras sobre a arrumação da casa e alimentação em geral, regras de civilidade, até a correspondência e o jogo, entre outros assuntos.

E finaliza o livro com o seguinte conselho: “A felicidade é recompensa! Façam por merecê-la” (BETÂNIA, 1957, p. 243).

Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade

Outro manual que se destaca nessa época, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, faz parte da coleção “Biblioteca do Lar” e é de autoria de Íside M. Bonini. Foi publicado em 1963 pela editora e impresso pela Gráfica e Editora Edigraf S.A de São Paulo, conhecida por publicar a coleção feminina “Enciclopédia do Meu Lar”.



(Capa do livro, 1963 – acervo pessoal da autora)

O manual de Íside Bonini destaca e orienta comportamentos que eram bem vistos na relação da mulher com a casa e com a vida conjugal. Para isso, o livro resgata alguns fragmentos do manual de 1896, “O livro das noivas”, de Julia Lopes de Almeida. Tal guia ganhou, segundo Pereira (2010), espaço e legitimidade que fizeram dele modelo de representação das atitudes consideradas corretas acerca da feminilidade das moças de família naqueles anos, ou seja, preparadas para a responsabilidade de bem organizar o lar e zelosas pelo casamento. Nesse sentido, é possível afirmar que as orientações presentes no

manual de Bonini compartilham dos mesmos ensinamentos deste manual do final do século XIX, ao passo que se busca um resgate das instruções por ele pregadas, as quais compreendem a mulher como portadora de uma missão e de um compromisso social a zelar, o bem estar e “progresso” da família. Assim, a autora inicia o primeiro capítulo com a seguinte afirmação, retirada do “Livro das Noivas”:

Não te resignes a ser em tua casa um objeto de luxo. A mulher não nasceu para adôrnos, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo do mundo inteiro! Vivendo do coração, exclusivamente, expomo-nos aos mais pungentes golpes. Foram para nós inventadas as dores mais cruéis foram-nos confiadas as mais delicadas missões. A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando espôsas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral [...] (BONINI, 1963, p. 15).

Sforni (1996) destaca que a harmonia social e os princípios de cidadania se desenvolviam no seio da família, cabendo, assim, à mulher a pesada, mas doce missão de cuidar e inspirar, no homem, o cidadão da pátria, os verdadeiros sentimentos morais e direcionar sua índole e costumes para o bem público. Para isso, a mulher deveria fazer do lar a verdadeira morada do afeto, do amor e do cuidado. Esta é a defesa feita pela autora, por meio das palavras do sociólogo Marden:

[...] O lar diz-nos em linguagem muda:
Sou o fundamento da vida nacional.
Sou o ponto de partida dos heróis e dos gênios do mundo.
A fonte donde promanam tôdas as virtudes cívicas.
Sou tudo quanto representa refinamento, cultura, pureza, desinterêsse, assistência, abnegação, sacrifício.
Em mim tem vívida realidade a máxima de “um por todos e todos por um”.
Sou pôrto seguro abrigo para as tempestades da vida.
[...] Porém, o que é um lar sem mulher? Deserto sem oásis, espiga sem grão, berço vazio, gaiola sem ave, fonte sem água, relógio sem corda, altar sem imagem, anjo sem asas, concha sem pérola, céu sem Deus (BONINI, 1963, p. 15).

É bastante comum encontrar, no manual, expressões como: “a administração e o governo da casa competem à mulher” (BONINI, 1963, p. 37). Assim, tudo que diz respeito ao “bom andamento” são encargo e obrigação feminina, já que ao marido cabe o sustento da família. A autora, a título de conselho, acrescenta:

Se a esposa não pode tornar luminoso e feliz o lar doméstico, de modo que o torne o mais limpo, doce e amado refúgio de seu marido, onde êle encontre consôlo e descanso das pernas e fadigas da vida exterior, então que Deus se amerceie do pobre homem, porque na realidade êle carece de um lar (BONINI, 1963, p. 15).

Esses são pontos de consonância com o manual anterior, que atribui à mulher a “missão sublime” de ser a “concretização do carinho, da dedicação, da tolerância, do perdão”, qualidades estas que fazem parte de sua natureza feminina.

Apesar de o manual expandir-se por variados assuntos, distribuídos em quatro capítulos, o interesse desse volume limita-se à esfera doméstica, lugar destinado à maioria das mulheres das classes mais abastadas dos anos de 1950 e 1960. O guia é apresentado em três partes. O primeiro e o segundo capítulo têm, como assuntos principais, os direcionados ao casamento e à importância do papel da esposa no lar e todas as obrigações direcionadas à mulher, como a administração da casa, que vai desde a sua decoração até a realização das atividades domésticas. Nessa parte do livro, a autora vai buscar, no Taylorismo, uma forma de exploração industrial, desenvolvido pelo norte americano Frederick Taylor, que tem como princípio a organização racional do trabalho, de modo a alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo despendido na atividade, uma melhor forma de disciplinar o trabalho doméstico. Assim, justifica a autora:

Por sua vez, a americana Cristina Frederick encontrou o meio de aplicar o taylorismo ao trabalho doméstico, a fim de auxiliar as donas de casa cujo trabalho, pela natural diversidade, deve ser submetido a um sistema disciplinado. Assim surgiu essa espécie de decálogo denominado: *As leis do rendimento normal*. Os princípios nos quais se baseia a ciência do rendimento normal são dez:

- 1o. - Idéias fundamentais.
 - 2o. - Bom-senso.
 - 3o. - Competência de conhecimento.
 - 4o. - Racionalização dos movimentos operadores.
 - 5o. - Racionalização das condições ambientais.
 - 6o. - Racionalização dos empreendimentos.
 - 7o. - Racionalização do horário.
 - 8o. - Apontamentos bem classificados.
 - 9o. - Disciplina.
 - 10o. - Salário normal
- (BONINI, 1963, p. 37-38).

A segunda parte do manual é dedicada às orientações relacionadas ao cultivo e à

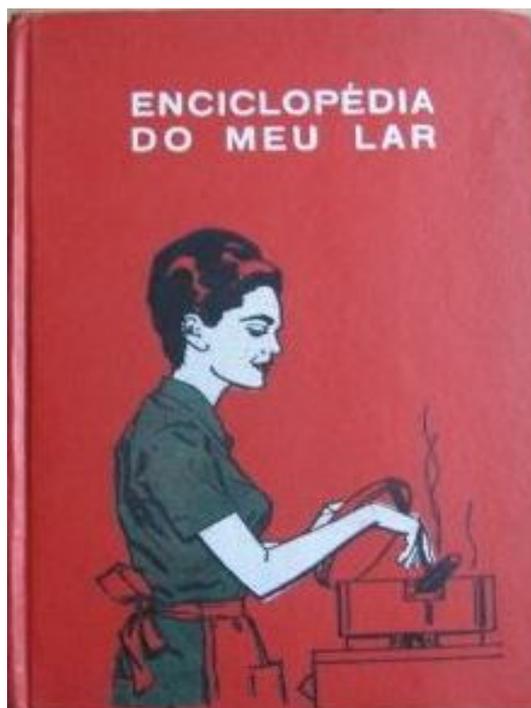
manutenção da beleza, o que está diretamente relacionado aos cuidados atribuídos à saúde, à higiene, ao vigor. De acordo com Bonini, a “[...] verdadeira beleza deve apoiar-se na saúde perfeita e no equilíbrio de tôda as funções naturais corpo, que só se conseguirá através dos meios que a natureza põe à nossa disposição” (BONINI, 1963, p. 50). Ou seja, os cuidados com o corpo são vistos como elementos que auxiliam na aquisição da beleza, considerada requisito indispensável para toda mulher.

O terceiro e último assunto abordado pelo manual diz respeito ao comportamento feminino. A autora se coloca à disposição com várias orientações e instruções sobre o trato com as pessoas da família, sobre como se comportar em situações cotidianas e esporádicas, acompanhando a leitora, desde o noivado, casamento, aniversários, bodas até as despedidas de morte.

Aparência Pessoal: conselhos à minha filha

Desde o título, o manual “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha”, escrito por Aracoeli Gonçalves Pinheiro, já dá ideia de seu conteúdo pedagógico moral. A primeira edição foi publicada em 1961 e a segunda (capa abaixo) em 1965 e faz parte da coleção chamada “Enciclopédia do meu lar”⁷.

⁷ O volume utilizado para a pesquisa é o primeiro. Por falta de informações a respeito da coleção, não foi possível afirmar quantos volumes a compõem. A única pista dada pelo livro fica no final do último capítulo, que anuncia: “A seguir, o 2o. Volume: A SAÚDE NA APARÊNCIA PESSOAL” (PINHEIRO, 1965, p. 222). Por meio de pesquisas, foi possível saber que outro volume que faz parte da coleção é sobre culinária e se chama “Arte Culinária Europeia” de autoria de Érika Auskaps.



(Capa do livro, 1965 – acervo pessoal da autora)

O manual traz, logo nas primeiras páginas, uma recomendação do Arcebispo de Belém, Alberto Paulo:

Não são somente os rapazes que sofrem a influência brutal dos dias que correm. Mesmo entre as moças, o ambiente vai destruindo as tradicionais características de delicadeza e bons modos. Surge, assim, em hora oportuna, este livro, brotado do zelo maternal [...] para constituir valioso acervo de conselhos que todas as mães deveriam transmitir a suas filhas, para mais sublimarem a função que Deus lhes confiou (PINHEIRO, 1965, p. 7).

Ter a indicação de uma autoridade religiosa pode significar uma maior legitimidade à obra, além de representar a influência da Igreja, no que diz respeito a uma educação voltada para a moral e para os bons costumes, ou seja, como o próprio arcebispo afirma, para a sublimação da função que Deus confiou a mulher.

De acordo com Balduino (2011), para a Igreja Católica, o modelo de feminilidade encontra-se no âmbito do sagrado; devido a isso, a mulher tem por vocação o cuidar das futuras gerações, devendo apresentar-se como um grande exemplo de mulher dedicada, meiga, doce, educadora natural, fazendo com que a mãe seja a imagem da virtude feminina por excelência. Desse modo, como mãe, a autora assume uma autoridade natural para

aconselhar sua filha sobre determinados assuntos, e também todas as suas filhas leitoras:

[...] tua mãezinha, diante de ti, via aberto o caminho para realizar aquilo que sonha: fazer de ti uma mulher, mas mulher no sentido pleno, para alicerce de uma vida feliz, para o progresso e engrandecimento da Pátria. Porque estou certa, minha filha, que o mais que o nosso Brasil ora precisa é formar mulheres capazes de desenvolver fielmente os seus deveres, que com filhas sabendo amar, obedecer e respeitar a seus pais; como esposas, sendo a mulher companheira de tóda hora, interessando-se e animando seu marido nos seus empreendimentos, rendendo-o de carinho, dignidade e respeito; como mãe sendo modêlo de virtudes, cujo exemplo inspire os seus cumprimentos exatos dos deveres que a lei impõe e a sociedade exige, para o bem comum. [...] propus-me escrever aqui êstes Conselhos que a ti dedico e com os quais espero ajudar-te e à tua geração a vencer mais facilmente, com felicidade, a estrada da vida (PINHEIRO, 1965, Dedicatória).

O discurso reforça a ideia de que a mulher tinha uma missão social a cumprir, que tornava a mãe símbolo máximo de mulher e, devido a isso, digna a dar conselhos. É possível perceber que tal concepção é bastante recorrente entre os manuais do período. Concepção esta que se apresentou com bastante força nas primeiras décadas do século XX, mas que permanece bastante presente no ideário sobre o feminino nas décadas de 1950 e 1960.

A autora se apresenta, no final do livro, como exemplo e capacitada educadora da “mocidade feminina” da qual faz parte a sua filha. Informações sobre sua vida são trazidas à tona como forma de legitimar sua propriedade ao falar do assunto e como forma de torná-la exemplo a ser seguido. Dessa forma, a própria autora descreve:

[...] eu me esforcei para mostrar como pode uma moça conseguir ser atraente, manter-se numa conduta correta, vestir-se adequadamente e com a devida decência e os meios que lhe permitirão sustentar bem alto as tradições e costumes que nos foram legados pelos nossos antepassados (PINHEIRO, 1965, p. 19).

Nesse sentido, o trecho demonstra a tradição do recato e da domesticidade, que deveria ser mantida e transmitida de mãe para filha.

No manual, o lar aparece quase como um destino ligado à mulher, no qual a organização da casa, assim como a responsabilidade pelos eventos sociais, a recepção de convidados, a coordenação dos empregados, a preocupação com uma boa aparência faziam parte do conjunto de expectativas e prerrogativas femininas.

Logo no prefácio, a autora faz os seguintes questionamentos: “Que espécie de dona de casa serás? Qual teu comportamento como esposa e mãe? Que tipo de lar poderá construir?” (PINHEIRO, 1965, p. 13). É ao longo da obra que a autora irá tratar de responder a tais indagações. Segundo ela, “podes avaliar, pois, o valor da preparação para os encargos naturais da vida. E é essa formação que pretendo te proporcionar através deste trabalho” (PINHEIRO, 1965, p. 15).

Coleção Feminina

A “Coleção Feminina” de Helena Sangirardi (1968) é composta de seis volumes, dispostos em uma capa dura na cor vermelha que exibe uma flor grande, muito semelhante a uma margarida, conhecida como a flor da inocência, e o nome da autora em grandes letras douradas. O livro não traz o nome da coleção na capa. Isso pode ser compreendido como uma estratégia de venda, pois a autora desse manual, diferente dos anteriores, era uma figura já bastante conhecida no cenário nacional. Seu nome na capa representaria a identificação imediata da leitora com a obra, garantindo, dessa forma, seu atestado de legitimidade no assunto.



(Capa do livro, 1968 – acervo pessoal da autora)

Helena Sangirardi já era conhecida do público por apresentar programas no rádio “Bazar Feminino”, no qual chegou a entrevistar figuras importantes, como Carlos Drummond de Andrade, e, pela Rádio Nacional, o programa chamado “Consultório Sentimental”, no qual dava conselhos às mulheres de todo o país, a respeito de seus relacionamentos com o sexo oposto. Na revista “O Cruzeiro”, participou, na década de 1950, do quadro “Lar doce lar”, dedicado a ensinar receitas culinárias às suas leitoras, e de um outro chamado “Da mulher para a mulher”, em que se escrevia sobre o casamento e a vida conjugal. Em 1956, a autora publica um livro de culinária chamado “A alegria de cozinhar”, que se tornou bastante conhecido e apreciado, até mesmo por Vinícius de Moraes, que escreveu um poema, homenageando uma de suas receitas⁸.

Apesar de ser uma pessoa bastante conhecida da mídia, Helena Sangirardi tinha uma visão bastante conservadora sobre os meios de comunicação. Segundo ela, o cinema, a televisão e as revistas estavam acabando com o amor verdadeiro entre um homem e uma mulher, “[...] com humor e sem amor, fêz do sexo uma arma perigosa, dando-lhe um cunho destorcido dos princípios reais”, ou seja, a “visão de um fato puro, simples e belo ficou desfocada pela exploração barata e comercial” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 69).

Apesar de serem considerados como uma leitura “moderna, científica e adequada” para as mulheres e expandir-se por vários assuntos, os conselhos presentes no manual de Helena Sangirardi recaíam sobre o universo doméstico, espaço confiado e destinado à maioria das mulheres urbanas da classe mais alta e leitoras de sua obra.

A “Coleção Feminina” é constituída por seis volumes, dos quais os três primeiros são dedicados à arte de cozinhar e os três últimos, a aconselhar as mulheres no que diz respeito à vida doméstica, ao casamento, ao relacionamento e aos cuidados com o corpo, a beleza e saúde. Foram nesses últimos volumes que o presente estudo buscou pautar suas reflexões.

Esse manual se diferencia dos demais, em razão de suas características estéticas e de visual, pois todos os seis volumes são compostos por muitas figuras e fotos, em sua maioria, coloridas. Foi possível notar que, desde a primeira página até a última, a imagem tem espaço privilegiado na obra, constituindo-se como parte central da narrativa. É fácil

⁸ Consulta em <http://indicefeminino.com.br/tag/helena-sangirardi/> e http://sonianovaes.blogspot.com.br/2006_12_01_archive.html (Acesso em 29/06/2012).

encontrar páginas compostas somente por imagens, enquanto que as constituídas somente por textos são poucas. Esse artifício é para que a mensagem seja compreendida por suas leitoras de maneira rápida e fácil. A composição das páginas foi cuidadosamente elaborada, com destaque para grandes imagens e textos sintéticos que reforçam a narrativa visual. Desse modo, as mensagens transmitidas são facilmente compreendidas porque as visualidades comunicam o que as mulheres devem saber e aprender.

Helena Sangirardi dedica um volume quase inteiro sobre “decoreção e conselhos gerais”, sobre arrumação e organização da casa. De acordo com Pereira (2010), a partir de 1920, com a aceleração do processo de urbanização, modernização e a chegada da iluminação, o rádio, os eletrodomésticos e, mais tarde, a televisão foram se tornando elementos decorativos de grande importância, pois passaram a representar signos de distinção e prestígio entre as famílias. Começa-se, com isso, a associar a mulher não somente às funções de bem desenvolver as prendas domésticas, mas também de zelar pela boa aparência desse espaço, no qual ela podia exercer o seu poder. Desse modo, ela passa a ocupar também o papel de decoradora da casa.

A partir da década de 1950, o gênero destinado ao “refinamento” dos interiores encontra seu espaço. Dos manuais em estudo, apenas dois não abordam o tema. Nesse sentido, o manual de Helena Sangirardi busca orientar as mulheres na elaboração dos espaços internos das casas, dando a elas a oportunidade de desenvolver o “bom gosto”, característica que só seria atingida por meio do domínio de diferentes estilos de arte visualizados no mobiliário, na pintura, escultura, tapeçaria, cortina, iluminação, entre outros.

Na verdade, a elegância de uma decoreção reside na escolha dos acessórios. Como elementos complementares, serão eles que darão vida e *aquecerão* a atmosfera da casa. [...] Nas cortinas, o aspecto decorativo freqüentemente se impõe à função utilitária. Mas é preciso cuidado, pois, cortinados mal escolhidos podem reduzir a nada a melhor das instalações (SANGIRARDI, 1968, p. 61-64).

Grande parte das fotos e figuras mostradas pelos seis volumes são de mulheres ou de símbolos, objetos, utensílios e ambientes diretamente relacionados ao feminino. Desse modo, pode-se dizer que a função principal dos manuais é reforçar a produção e reprodução de imagens de determinados tipos de feminilidade, consideradas socialmente apropriadas às mulheres, como respeitadas moças de família, excelentes donas de casas e a

necessidade de se manterem sempre belas.

Para além das diferentes possibilidades de interpretação, é importante salientar que tal material reforça estereótipos femininos pautados na valorização de um tipo de feminilidade ligado ao cultivo da beleza, pois as imagens apresentadas pelo guia trazem sempre mulheres belas, bem vestidas, bem maquiadas e jovens. Segundo a própria Helena Sangirardi, um dos objetivos de seu manual era “[...] de ensiná-la a cuidar de sua aparência, de sua pele, cabelos, a manter a linha, enfim a ser mulher, em tôda a acepção da palavra” (SANGIRARDI, 1968, v.5, p. 74). Mostrando que estar sempre bonita e com uma aparência agradável era algo fundamental para a mulher do período.

Além disso, os ensinamentos e conselhos trazidos pelo guia são indicados tanto para mulheres casadas, como para aquelas que estão em vias de contrair matrimônio. A tônica das orientações é sentida logo de início, com “a descoberta do amor”, “um compromisso sério”, “planificação da família”, “os deveres nossos de cada dia”. Para aquelas menos experientes nos assuntos relacionados ao casamento ou nos cuidados da casa, a autora dedica uma parte do livro aos “cursos de espera marido”, com indicações sobre alguns cursos especializados na preparação de uma futura dona de casa. Esses cursos preparatórios de futuras esposas tinham como objetivo ensinar às moças a arte da administração doméstica.

Devido às semelhanças entres os conteúdos abordados por esses cursos profissionalizantes em assuntos domésticos e os abordados pelos manuais, pode-se dizer que estes fazem, às vezes, papel de um “curso de espera marido” e, para as mulheres mais experientes, um curso de segura marido.

Dentre os muitos ensinamentos contemplados pelo guia, está “A Arca da noiva”, que traz instruções relevantes para as moças em vias de adquirir casamento. Tais instruções têm como objetivo orientar as futuras donas de casa sobre a preparação de seu enxoval, com dicas sobre como organizá-lo e o que deve e o que não deve ser levado em consideração. Para isso, a autora organizou “três tipos básicos de enxoval: um simples e funcional, um médio e outro luxuoso. Dependendo de cada uma, poderá haver opção entre os tipos sugeridos” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 47). Na realidade, a escolha dependerá do poder aquisitivo de cada noiva.

O guia em questão apresenta uma visão bastante romântica sobre o casamento, que vai além do simples relacionamento entre marido e mulher. A “Coleção Feminina” não

compreende o casamento como um doce e pesado fardo ao qual toda mulher está destinada, visão esta colocada por Gilda Helena em seu manual “Aprenda a ser esposa e mãe”, mas, ao contrário, o

Casamento significa, em primeiro lugar, união de amor. É uma prova concreta de social que o sentimento que une duas criaturas é destituído de laços fugazes e passageiros. Trata-se da conscientização real de um estado apaixonado, que tende a evoluir e produzir frutos (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 72).

O tom utilizado pela autora, quando se refere ao matrimônio, expõe um tipo de feminilidade no qual a mulher apresenta características de igualdade dentro de uma relação e não de passividade. No entanto, por meio de uma análise mais detalhada do manual, é possível perceber que ele ainda apresenta um modelo bastante conservador de mulher. Essa contradição no pensamento da autora fica ainda mais evidente quando afirma que

A mulher escolhida para espôsa, deve preencher os requisitos de espôsa propriamente dita, amante, mãe, companheira, amiga e confidente. Sem qualquer desses atributos, seria a mulher errada [...] (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 72).

Com base nos pressupostos apresentados pelos manuais de instrução femininos, é possível afirmar que, durante esse período, grande parte das mulheres das classes mais abastadas conhecia e consumia esse tipo de leitura. Muitos desses manuais estavam presentes no acervo de bibliotecas públicas ou nas bibliotecas das escolas, facilitando o acesso e a apropriação de conhecimentos e valores relevantes para a construção de identidades femininas e de feminilidades que condiziam com o papel socialmente atribuído às mulheres do período.

3. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL FEMININA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

A mulher representa grande energia, pois ela é o lar, caráter, a escola, o espírito de toda a humanidade.

(A. Austregésilo – Aprenda a ser esposa e mãe, 1955, p. 277)

Com a intenção de buscar um melhor entendimento da função exercida pelos manuais em questão – “Aprenda a ser esposa e mãe”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade” e “Coleção Feminina” – na educação feminina durante os anos de 1950 e 1960, foi necessário compreender como se estabeleceram os processos educacionais vivenciados pela mulher brasileira no decorrer de seu processo de formação e quais os papéis sociais exercidos por ela dentro da sociedade ao longo dos anos.

Tendo isso em vista, foi possível observar que os projetos educacionais ofertados às mulheres no decorrer da história da educação no Brasil estiveram submetidos, em grande parte, às normas e concepções morais impostas, sobretudo, pela Igreja Católica, que contribuiu, de modo incisivo, para que as mulheres aceitassem de forma natural sua condição de submissão (ao pai, irmão, marido). Assim, elas foram adestradas para as atividades consideradas condizentes a sua natureza feminina, quais sejam: a responsabilidade pelas atividades domésticas, o cuidado com o marido e com os filhos, além do desempenho de competências e comportamentos que estavam relacionados à posição que ocupavam na família e na sociedade, como a cooperação com o outro sexo, a obediência, o altruísmo, a docilidade, entre outras. Seguiam, assim, modelos específicos de feminino e feminilidades determinados socialmente por cada período histórico.

Desse modo, o estudo se dedica a investigar as possíveis transformações e continuidades que se processaram no modelo de feminino expresso no período de 1950 e 1960. Para isso, reflete-se sobre os modos pelos quais os contextos sociais, históricos e políticos foram responsáveis por criar um modelo de feminilidade, os quais são reforçados por esses manuais, mediante as concepções já veiculadas pela sociedade.

3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O contexto sociocultural e histórico no qual foi se efetivando a educação feminina compreende movimentações que se deram não apenas na esfera institucional, mas também nos espaços domésticos que as mulheres habitavam, tornando-se relevante incluir a reflexão sobre um tipo complementar de preocupação que emergia: a moral feminina. Gradativamente, o processo de transformação de valores sociais, culturais e econômicos interferia nas formas de educar a mulher, conseqüentemente, em seu papel dentro da sociedade, associando-a ao ambiente doméstico. Para uma melhor compreensão desse papel social da mulher durante o período estudado, é importante conhecer qual educação foi pensada e ofertada a ela, e como essa educação feminina foi sendo constituída ao longo dos anos no Brasil.

Durante muito tempo, acreditou-se, conforme argumenta Perrot (2012), que o saber era contrário à feminilidade. Como algo sagrado, o saber era considerado o apanágio de Deus e do homem, seu representante sobre a terra. Foi por isso que Eva cometeu o pecado supremo, ela desejou o saber e sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso.

A Reforma Protestante foi uma ruptura em relação a esse ponto de vista, ao fazer da leitura da Bíblia um ato e uma obrigação de cada indivíduo, homem ou mulher; ela contribuiu para desenvolver a instrução das meninas. No século XVII, alguns filósofos acreditavam que era preciso ministrar as luzes às meninas, porém filtradas pela noção de seus deveres, ou seja, toda educação feminina deveria estar submetida às vontades masculinas. Acreditava-se que uma mulher que soubesse ler e escrever não seria aquela que melhor saberia amar. Com isso, nasce a ideia de que era preciso educar as meninas e não instruí-las. Ou instruí-las apenas no que fosse necessário para torná-las agradáveis e úteis. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia e sacrifício, que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2012).

No Brasil, a primeira educação ofertada para as mulheres teve início no período Colonial e era oferecida por conventos ou por recolhimentos criados na segunda metade do

século XVII, como mostra Ribeiro (2000). Tais instituições tinham como foco principal o ensino de música sacra e de atividades domésticas. A leitura e a escrita ficavam em segundo plano, normalmente ministradas ao lado das disciplinas principais.

Os conventos, segundo Ribeiro (2000), foram muitas vezes usados como prisões. Primeiramente, pelos pais que tinham muitas filhas e temendo a divisão de suas propriedades com os futuros genros, mandavam a maioria para essas instituições de recolhimento. Eram enviadas para os conventos as esposas dos maridos traídos ou dos que pretendiam trair. Outro caso eram os irmãos, que, no momento da partilha da herança, preferiam não repartir os bens com suas irmãs.

No Brasil colônia, era o homem quem tomava as decisões, já que as famílias estavam submetidas a um sistema patriarcal de dominação. Com observa Ribeiro (2000), a palavra família vem de *famulus*, uma expressão latina que significa escravo doméstico de um senhor. Nesse contexto, sendo a mulher considerada um ser inferior, que muitos acreditavam fazer parte do *imbecilitus sexus*, ou seja, sexo imbecil, característica a qual pertenciam as crianças e os doentes mentais, deveria ela estar submetida a alguém considerado superior. A autora revela que era muito comum a utilização de um versinho, tanto pelos portugueses como pelos próprios brasileiros, que dizia: “[...] mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada”. (RIBEIRO, 2000, p. 79-80).

Araújo (2010) reforça essa ideia, afirmando que a Igreja e a família exerciam forte pressão sobre o adestramento feminino, fundamentado na justificava de que o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a sua autoridade. Esse tipo de crença era bastante comum e se respaldava, especialmente, na Bíblia, em uma passagem de São Paulo, na “Epístola aos Efésios”, que afirma: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor; porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos” (EFÉSIOS 5: 22-24).

As mulheres que conseguiam escapar da situação de analfabetismo eram as meninas enviadas para conventos na Europa, em especial, os de Portugal. Essa alternativa era a única para as que queriam estudar. Nesse período, as mulheres não tinham muitas escolhas, pois as que não se casassem e não fossem para um convento eram rotuladas pela sociedade colonial como “solteironas” ou “enclachadas”. “Criava-se, desta forma, o

estímulo ao casamento: com os homens de Cristo ou com o próprio Cristo, no caso das freiras” (RIBEIRO, 2000, p. 87).

As mulheres brancas, em sua maioria, eram sexualmente ignorantes. Logo após o casamento, acertado entre os homens da família, seguiam para a lua de mel sem nenhuma informação sobre sexo. Na hora da relação sexual, o ambiente deveria ser devidamente escuro, pois a claridade não combinava com a fecundação. Era natural as noivas se cobrirem com um lençol que possuía uma abertura em forma de círculo, que ficava em cima do órgão sexual (RIBEIRO, 2000). O noivo deveria sempre se sobrepor a sua esposa na hora da cópula. A Igreja não permitia outras posições nem o prazer sexual. O orgasmo era entendido como coisa do demônio, e o corpo da mulher, um templo de purificação, que não deveria ser visto pelo marido. Moderação, freio dos sentidos, controle da carne era o que se esperava (ARAÚJO, 2010). A sexualidade feminina durante o período colonial carregou consigo o peso das imposições e a culpa pelo pecado original a ela atribuído por uma sociedade pautada em valores religiosos e patriarcais. Só restava à mulher ser filha, irmã, mãe, religiosa, mas, de forma alguma, amante.

A expulsão dos jesuítas em 1759 de Portugal e de suas colônias e a implantação da Reforma Pombalina para a Educação, apesar de pequena, representou uma primeira tentativa de transformação da instrução feminina. Foi o português Luís Antonio Verney que dedicou um apêndice à educação da mulher, em sua obra “O verdadeiro método de estudar”. Sua proposta tinha como foco a vida doméstica, a serventia do lar, a tarefa de prender o marido em casa, além da arte de educar os filhos, tarefa esta antes realizada pelas escravas. Verney sugeria, ainda, a leitura da história, as noções de aritmética, o estudo das línguas, da dança, entre outros (RIBEIRO, 2000).

Silva (2010) reforça a ideia, afirmando que tal educação trazia como princípio um papel bem definido a ser seguido pelas mulheres: elas tinham uma casa para governar, um marido para fazer feliz e filhos para educar na virtude. Para o bom desempenho dessas funções, as meninas deveriam ser retiradas das casas dos pais, onde sua formação era descuidada, para serem educadas nos recolhimentos. Os bispos da época descreviam os vícios da educação doméstica como sinônimo de ociosidade, pois, com as regalias prestadas pelas escravas, logo meninas sem terem nada para fazer dormiam em demasia, tornando-se moles e mais vulneráveis às rebeliões da carne, além de se interessarem muito pela vida alheia.

Sforni (1996) declara que era comum alguns jornais da época fazerem denúncias das condições de ociosidade da mulher, sobretudo, em relação à utilidade de seu cotidiano. Eram atacadas, especialmente, as futilidades e as inutilidades da maioria de suas ocupações, que, segundo esses periódicos, resumiam-se a: fazer e participar de reuniões para “falar dos outros”, ficar à janela e “dormirem até às 10 e 11 horas do dia”. Apesar das chacotas e críticas em torno das atividades desenvolvidas pelas mulheres no século XVIII, ainda permanecia a ideia de que ensiná-las a ler e escrever, por exemplo, era proporcionar-lhes meios de manter correspondências amorosas com outros homens. A costura e os trabalhos domésticos eram consideradas as únicas ocupações próprias do seu sexo.

No entanto, o plano de estudo elaborado por Verney previsto às meninas da sociedade de então, tinha como proposta o aprender a ler, a escrever e a contar, mas sem muito aprofundamento, e juntamente com as lições de coser e bordar. Isso tudo bastaria para o futuro governo das casas. Apesar de parecer pouco, segundo Silva (2010), essa educação representou um importante passo para a instrução feminina durante a sociedade colonial, na qual a maioria das mulheres sequer sabia escrever o próprio nome. Entretanto, muito pouco dessa educação se concretizou.

Até 1808, a educação feminina, de modo geral, continuou a mesma, apesar das mudanças econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade após a vinda de D. João VI e da Corte ao Brasil. Segundo Ribero (2000), “[...] tudo se preparara, mas nada de positivo se fizera em prol da educação da jovem brasileira” (RIBEIRO, 2000, p. 90).

A partir do século XIX, como mostra D’Incao (2010), a sociedade burguesa, de modo geral, passa por grandes transformações com a consolidação do capitalismo e com a inserção das pessoas em uma nova vida urbana e social. Com isso, há um desenvolvimento da então chamada família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e pelo nascimento de uma nova mulher nas relações dentro desse novo ambiente. A mulher burguesa era a representante e responsável por um sólido ambiente familiar, por um lar acolhedor, por filhos bem educados e pelos cuidados com o marido, sendo, assim, desobrigada a exercer qualquer trabalho produtivo, representando o ideal de retidão. Desse modo, desde cedo, as meninas eram educadas a se habituar aos domínios do lar, enquanto os meninos eram livres para brincar nas ruas com outras crianças.

Devido a esse desenvolvimento urbano e à influência dos costumes da burguesia europeia, com o passar das décadas, começa a ser permitida a participação da mulher em

alguns espaços, além do lar. Como mostra Ferreira (2002), existiam lugares praticamente proibidos às mulheres, como os ambientes políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos, e outros que lhes eram quase exclusivos, como lavanderias, grandes magazines, salões de chá. Mas um dos lugares mais importantes de sociabilidade das mulheres era a Igreja, visitada praticamente todos os dias, além dos bazares de caridade realizados nos finais de semana. As mulheres das camadas mais baixas tinham mais liberdade, podiam circular de forma mais livre.

Com base nos novos conhecimentos de medicina e de biologia, salienta Melo (2002) que o século XIX observou a construção de um discurso sobre a existência de dois tipos distintos de personalidade com habilidades específicas. Uma delas seria a do homem, reconhecido naturalmente como o portador de um cérebro mais desenvolvido, dotado de razão e capacidade de decisão. Por sua vez, a mulher, mais “intuitiva”, estava ligada às capacidades relacionadas à sensibilidade e à doçura. Dessa forma, havia, na divisão sexual, uma relação harmoniosa, a qual, ao ser exercitada por ambos na realização de suas tarefas, deixava claro o lugar pertencente a cada um na ordem tida como natural do mundo. À mulher cabia a responsabilidade pelas atividades relacionadas aos cuidados do lar, dos filhos e do marido. Já o homem ficava responsável pelas atividades realizadas fora do lar.

Outra questão que começa ganhar força na sociedade brasileira, ainda mais com o processo de modernização, urbanização e crescimento demográfico das cidades, era a necessidade de expansão da escola pública e a formação dos professores que atuariam nessas futuras escolas. Isso passa a ser um dos temas centrais das discussões políticas e intelectuais da época. Juntamente com a expansão do ensino, era necessário pensar na criação e na qualidade do corpo docente. A partir disso, são criadas as Escolas Normais, que seriam responsáveis pela formação dos futuros professores.

Melo (2002) observa que os programas de educação deveriam ser organizados de modo a atender a duas condições: o interesse do educando e o interesse da coletividade. E tais interesses eram guiados pela natureza das funções ocupadas na sociedade. No caso do homem, sua principal função era a de provedor material da família, enquanto a da mulher era ser mãe, criadora e primeira mestra de seus filhos, esposa, dona e reguladora da economia da casa e, acima de tudo, amiga e companheira do marido.

Em uma sociedade burguesa em expansão, mecanismos eram necessários para manter a ordem e a organização social. Para isso, os cidadãos precisavam ser educados. No

entanto, essa educação deveria estar voltada para a formação do caráter, pois o que mais importava nesse momento era a sensibilização do indivíduo para com os compromissos sociais, a instrução propriamente dita poderia ficar em segundo plano. “A educação deve fazer com que os atos de cada indivíduo sejam movidos pelos sentimentos. Os sentimentos precisam ser mobilizados no sentido de valorizar a ordem, a paz, o bem público, a harmonia” (SFORNI, 1996, p. 99). Com isso, a concepção de ensinar é modificada: antes ensinar significava transmitir conhecimentos; agora representava a transmissão de valores ou “lições de moral”. Percebe-se que justamente com a modificação na concepção de ensinar, há uma grande transformação na figura do professor. O professor é posto como exemplo de conduta. (SFORNI, 1996).

Desse modo, no início do século XX, de acordo com estudos de Sforini (1996), a escola pública tinha compromisso maior com a educação moral. A moralidade deveria ser a postura do futuro cidadão, isto é, o desenvolvimento de princípios que levassem o indivíduo a acreditar que possuía deveres para com a sociedade. Essa era a postura dos homens criada pelas novas relações sociais de produção que se estabeleciam. A possibilidade de viver e enriquecer não estava mais na subordinação ao outro, mas no próprio indivíduo. Essa nova ordem impõe à escola que assuma as responsabilidades na educação desse novo sujeito, por meio da exaltação do indivíduo.

A ideia de indivíduo deve prevalecer para que a ideia de classe não se concretize; assim, o controle social precisa ser mantido, mas isso deve ser feito de forma subjetiva. Porém, isso não será uma tarefa muito fácil, pois se deve educar a vontade de cada um, dando ênfase ao sentimento. Isso significa educar no sentido de que a vontade individual possa estar pautada em bons hábitos e que venha ao encontro do que é considerado bom socialmente. Ou seja, que aspirações e atos sejam regulados por uma conduta de um verdadeiro cidadão (SFORNI, 1996).

A educação passa a ter como objetivo principal a formação do caráter, de modo que a instrução acaba ficando em segundo plano. O mais importante passa a ser a formação pessoal do educando e a criação de hábitos individuais que priorizem a formação do bom-homem (bom pai, bom marido e comprometido com a sociedade). Tendo isso em vista, o mais importante não era mais a lição, e sim o exemplo. “[...] Assim, mais importam as ações do professor que as suas palavras [...]” (SFORNI, 1996, p. 113). Desse modo, a reflexão proposta está mais próxima da sensibilização e do sentimento do que do

conhecimento e da razão.

Ao evidenciar as novas qualidades requeridas ao professor, Sforzi (1996) esclarece que estas aparentemente não são alcançadas somente com a formação profissional, pois elas estão relacionadas a características mais subjetivas da personalidade que compõe a “vocação para o magistério” (SFORZI, 1996, p. 121). Nesse mesmo sentido, admite Gencé (1912), em seu manual: “O mestre deve ser grave, sem ser severo. Deve ser paciente, explicar, à crença todas as suas dúvidas, procurar incutir-lhe o amor pelo estudo, tornando as lições o menos áridas possível” (GENCÉ, 1912, p. 19). A partir daí, foi possível observar a direção dada à educação.

Dessa forma, acreditava-se que, devido à sua natureza, a mulher era constituída de todas as atribuições e todas as virtudes sociais necessárias para o ideal de educadora modelo para a escola primária. Devido a essa conclusão, o Magistério passa a ser formado por um público cada vez mais feminino. Sobre isso, Lourenço Filho observa, em 1921:

O magistério é em todo país uma função feminina; no Brasil, as últimas cifras públicas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino. Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público. [...] Formaram-se, em 1881, nove homens e uma mulher, em 1882, nove mulheres e onze homens. [...] Daí por diante, desde 1888, o número de senhoras normalistas foi gradativamente crescendo, a ponto de nos últimos dez anos ser quase o triplo [...] (LOURENÇO FILHO apud LOURO, 2010, p. 452).

Apesar de ser considerada intelectualmente inferior – pelo menos, assim pensava a maioria dos intelectuais da época – a mulher era vista, nesse momento, como a grande regeneradora da sociedade brasileira, na medida em que ensinaria aos futuros cidadãos novos valores e a educação necessária para uma sociedade em desenvolvimento. O homem, com toda sua brutalidade e racionalidade, não conseguiria educar verdadeiros cavalheiros e cidadãos valorosos.

Foram os pensamentos positivistas e higienistas predominantes na época que conseguiram concretizar a concepção de “[...] mulher-mãe, guardiã dos lares, esposa extremosa, sublime e disposta a sacrifícios em nome de outrem” (ALMEIDA, 1998, p. 121). Com isso, ressalta Melo (2002), começa-se a pensar em uma educação para a mulher como forma possível de criar condições para o progresso do país e ordenação dos cidadãos. “[...] Educar a mulher é contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo”

(SFORNI, 1996, p. 66). A mulher passou a ser vista como a grande responsável pela educação dos homens, mas, para isso, deveria ser preparada e esclarecida de sua missão.

Mesmo sendo considerada a portadora das virtudes sociais que correspondem ao modelo ideal de educadora, a mulher continuava a ser responsabilizada pelos cuidados com o lar e com a família. O que ocorre na realidade é que seu espaço de convivência é ampliado: o que antes estava restrito ao espaço doméstico, agora tem como apêndice o espaço escolar, o qual passa a ser considerado seu segundo lar.

A mulher, já acostumada a educar os seus filhos, agora educaria os filhos da nação. Tendo isso em vista, a instrução feminina deveria ser integral e enciclopédica, ou seja, esperava-se que a mulher soubesse um pouco de cada coisa. Não era necessário que ela se aprofundasse em nenhum conhecimento, bastava que obtivesse conhecimentos básicos sobre as leis gerais, pois o que ela realmente precisaria ensinar aos futuros cidadãos eram os valores da moral, do respeito e da ordem. Além do mais, acreditava-se que a mulher, devido à sua condição biológica, não estava preparada para adquirir conhecimentos mais aprofundados: “[...] se a instrução feminina for exatamente igual à masculina pode gerar graves problemas de saúde à mulher, podendo, inclusive, provocar 'congestão do cérebro’” (NOGUEIRA apud SFORNI, 1996, p. 70).

Essa ideia de diferença natural entre os sexos serviu, de acordo com Melo (2002), para legitimar uma educação diferenciada para ambos, o que, de certa forma, resultou na criação e abertura de inúmeras escolas masculinas e femininas, na intenção de proporcionar a cada um dos intelectos uma melhor instrução para suas aptidões. No caso dos homens, o pleno desenvolvimento de sua capacidade racional e lógica; já para as mulheres, o despertar de seus latentes talentos femininos para as tarefas domésticas com que a natureza as dotou.

Segundo Melo (2002), nesse contexto, pode-se dizer que a Igreja Católica foi uma das grandes colaboradoras e disseminadoras dessa ideia, pois foi ela quem forneceu bases e ditou parâmetros para essa formação diferenciada dos sexos, considerando, inclusive, que o regime de coeducação seria uma verdadeira afronta aos princípios cristãos. O catolicismo conservador partia do pressuposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como pertencentes ao domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre as primeiras. Com isso, homens e mulheres deveriam ser instruídos em lugares diferenciados

e de forma distinta. Todo o aparato metodológico e curricular serviu para estimular cada um dos sexos a um maior desenvolvimento de suas capacidades, obedecendo ao papel e à função social pré-estabelecida de cada um.

Essa influência católica se estende ao longo das décadas posteriores, podendo ser observada nas leis para a educação feminina, as quais vigoraram durante o governo de Getúlio Vargas (1932-1945). Nesse período, as Associações femininas católicas, vinculadas tradicionalmente à educação e à assistência de meninas, prestaram grande contribuição a esse tipo de ensino, tanto é que, logo após ser promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário⁹, a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo organizou um Curso de Emergência para a preparação de professores de economia doméstica. O programa do curso incluía o estudo do custo de vida e salário, o salário do chefe de família e sua distribuição, a mulher no trabalho e restrições, além da disciplina de sociologia educacional, que trataria de ensinar o papel da família, da Igreja e do Estado na educação. Assim, o objetivo principal do curso era dar “[...] as mocinhas a oportunidade de terminarem o seu curso de formação complementar com boas colocações para o futuro, tornando-as ao mesmo tempo boas donas de casa e mães de família” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 126).

Dessa forma, os conteúdos destinados à educação feminina eram submetidos às lições de moral e à formação de condutas civilizadas. Isso significava a confirmação de que a instrução das mulheres trazia consigo um projeto pedagógico, segundo o qual a educação se destinava à conservação e manutenção da ordem social, na formação de hábitos de recato e civilidade, considerados indispensáveis para atitudes refinadas, cuja base era a adequação da mulher a comportamentos adequados à sua natureza feminina e não à instrução.

Sobre isso, Schwartzman (2000) cita o tratamento dado à educação feminina pelo ministro Gustavo Capanema. De acordo com ele, o poder público deve ter em mente que a educação, tendo a finalidade de preparar o sujeito para a vida em sociedade (moral, política e econômica), precisa considerar diversamente o homem e a mulher. A educação deve ser

⁹ A Lei Orgânica do Ensino Secundário, redigida pelo ministro Gustavo Capanema (1934-1945), acabou por adotar um ensino único, ainda que orientando um tratamento diferenciado para os sexos, como a previsão de uma educação familiar (que seria ministrada somente às mulheres) até os 21 anos, e que consistia no ensino de matérias relativas aos deveres femininos dentro dos lares (Decreto-lei n. 4.244, 9 de abril de 1942 apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 125).

algo dado aos dois, no entanto, de forma diferenciada para um e para outro. “Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educa o feminina terá outra finalidade que   o preparo para o lar” (BRASIL, n  4.244 - 1942). Isso porque a família constituída pelo casamento indissolúvel era a base de toda organiza o social e, dessa forma, deveria ser colocada sob a prote o do Estado. E o papel fundamental da mulher dentro da família era conservar tal institui o, competindo ao Estado prepará-la para essa missão.

A Lei Orgânica deixava claro que o projeto do Plano Nacional de Educa o de 1937 previa a existência de um ensino dito “doméstico”, reservado para meninas de 12 a 18 anos, correspondente a um ensino médio feminino. Os conteúdos eram basicamente práticos e profissionalizantes, além de trazer um capítulo destinado ao ensino da “cultura de aplica o imediata   vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices”. Esse ensino tinha como conteúdo principal uma forma o prática e se destinava, sobretudo, às mulheres de origem social mais humilde. Tais conteúdos ministrados serviam para reforçar, ainda mais, o lugar e a posi o a ser ocupada pelas mulheres na sociedade, além de manter um regime escolar segregado.

Entretanto, esse sistema paralelo de ensino não chegou a se concretizar, sobrevivendo, desse modelo, o programa de educa o doméstica tradicionalmente desenvolvido em algumas poucas institui es católicas destinadas   educa o feminina. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, redigida por Capanema, acabou por adotar um ensino único, ainda que conferisse um tratamento diferenciado para os sexos, como a previsão de uma educa o familiar, que seria ministrada somente às mulheres até os 21 anos e que consistia no ensino de matérias relativas aos deveres femininos dentro do lar (BRASIL, n  4.244 – 1942). Apesar disso, não se podem desconsiderar os avanços demonstrados pelo projeto desenvolvido pelo ministro Capanema, ou seja, a passagem de uma divisão educacional para uma atitude mais conciliatória, que passou a admitir, em 1942, o regime de coeduca o.

Apesar do regime coeducativo se tornar uma realidade a partir da década de 1940 e ter o poder público em sua defesa, segundo Almeida (1998), o costume de manter a mulher no lar e o homem a dirigir os destinos da na o continuou separando os sexos, na vida social e na escola. Ideia esta que continuava a ser reforçada pela Igreja Católica, que, embora tenha sofrido um abalo com a questão da laicidade do ensino, procurava recuperar

seu espaço junto à educação. No entanto, não aceitava o regime de coeducação dos sexos, atacando com vigor esse procedimento em publicações realizadas pela imprensa católica.

Com isso, o magistério se tornou sinônimo da instrução ofertada às mulheres, tanto que, segundo Almeida (1998), o termo normalista passa a representar moças e não rapazes. Lopes (2010) reforça essa ideia, afirmando que o magistério primário estava demarcado como lugar predominantemente feminino e os cursos normais representavam o nível mais alto de estudo que uma moça poderia pretender. As normalistas nem sempre se tornariam professoras, mas o curso era valorizado e percebido por muitas como um “curso de espera marido”.

O teor dos conteúdos presentes nos manuais de instrução femininos eram bastante consoantes aos ensinamentos e saberes ofertados pelas Escolas Normais, sobretudo, por disciplinas como “economia doméstica”, aulas sobre higiene, sobre primeiros socorros, aulas de culinária, de regras de etiqueta e aulas de sociologia, que se voltavam à orientação de questões relacionadas à família. Tendo isso em vista é que esses guias foram tão bem aceitos dentro dessas instituições, muitas vezes como material de apoio e consulta presentes nas bibliotecas e, em outros momentos, com parte integrante dos currículos.

A importância do papel feminino dentro do lar continuava a se sobrepor a qualquer outro que a mulher pudesse desempenhar. Esse era realmente o trabalho valorizado pela sociedade e qualquer tentativa que pudesse afastá-la desse campo era vista com desconfiança (ALMEIDA, 1998). Outra atividade exercida por mulheres e vista com bons olhos era a de costureira, pois, nesse trabalho, a mulher não precisava se ausentar da esfera privada. Somente nas camadas mais baixas da sociedade a mulher era aceita em trabalhos fora do lar, em fábricas, em oficinas, ou na casa de outra pessoa como doméstica (PROST, 2010).

O principal momento em que o trabalho feminino foi aceito fora do espaço doméstico foi durante a década de 1940, período marcado pela Segunda Guerra Mundial. De acordo com Méndez (2008), milhares de mulheres norte-americanas foram chamadas a ocupar o lugar de seus maridos no mercado de trabalho para suprir a necessidade de mão de obra. No entanto, com o fim do conflito, a década de 1950 presenciou o movimento de “volta ao lar”. As mulheres foram convocadas, desta vez, a reassumir seus postos de mães e esposas. Se, por um lado, as mulheres haviam se tornado necessárias ao mundo fora do lar, isso não significou uma abolição das crenças anteriores a respeito das funções femininas;

assim, a divisão entre a ocupação de novos papéis sociais pelas mulheres e a permanência de um pensamento conservador que defendia a priorização de funções ditas femininas certamente estimulou o surgimento de muitas reflexões. Um dos manuais em estudo expõe seu ponto de vista sobre essa questão. Para ele,

As grandes guerras mundiais foram as responsáveis por êste nôvo estado de coisas. As mulheres passaram a ocupar os postos antes reservados aos homens e sentiram em condições de competir com o sexo oposto em todos os terrenos. A imagem da mulher-mãe, mulher-lar, passou a ser quase caduca. A moral dos povos se transformou, assim como as leis sociais e as maneiras de ser e agir (SANGIRARDI, 1968, p. 68-69, v. 4).

Com essa citação, é possível perceber como o trabalho das mulheres casadas era visto como desagregador da família, uma vez que a mulher casada que trabalhava fora de casa não exerceria a contento seu papel de dona de casa. Além disso, havia a crença de que o trabalho feminino seria o responsável pelo desemprego masculino.

Contudo, no Brasil, a participação feminina no conflito mundial, que se deu de 1942 a 1945, de acordo com Simili (2008), introduziu mudanças na educação e no modelo de feminilidade, mediante a incorporação de novos conceitos aos papéis desempenhados pelas mulheres, ampliando as noções de família e de lar. A participação feminina no confronto se deu por meio da Legião Brasileira de Assistência, a qual era formada, especialmente, por jovens provenientes da elite e da classe média do Rio de Janeiro. Para essas mulheres, a associação criou uma variedade de cursos preparatórios, como os de formação de voluntárias da defesa passiva, de alimentação, de samaritanas socorristas, de visitadoras e educadoras sociais, entre outros. A autora afirma que esses cursos indicavam uma transformação dos conteúdos da educação formal em “especialidades”, que tinha como objetivo a formação e composição de um perfil de voluntária, ao mesmo tempo em que funcionava como continuidade do aprendizado escolar, pois, em grande parte, o público que passou a frequentá-los era composto por jovens com idade entre 18 e 21 anos. Além dessa transformação, era possível observar outra estratégia pedagógica para o envolvimento e a mobilização do público feminino: o investimento na criação de serviços e atividades que reforçavam os fundamentos de uma educação feminina e serviam como norteadores dos projetos e das práticas de ensino. Os ensinamentos deviam pautar-se na transmissão de conhecimentos que tivessem como núcleo principal a educação no lar e suas tarefas, como os serviços de costura, de participação em programas radiofônicos e os

de “Madrinhas dos Combatentes”, cuja finalidade era escrever cartas aos soldados.

Desse modo, Simili (2008) deixa claro que a Legião Brasileira de Assistência se mostrou, nos anos da guerra, uma poderosa aliada na educação dirigida ao público feminino, retomando pontos e aspectos presentes nos projetos pedagógicos para a modelagem de mulheres prestativas e participativas. Porém, independentemente da forma assumida pela educação dada às mulheres por tal instituição, cursos e serviços, os ensinamentos transmitidos eram os de que as mulheres como voluntárias deviam aprender a atuar e agir, de modo que sua natureza feminina fosse mantida e respeitada. Sendo assim, o que houve foi uma ampliação daquilo a que a mulher já estava habituada, ou seja, o cuidar dos outros, neste caso, dos soldados, das famílias, dos doentes e das crianças. A presença feminina fora do lar só era justificada pelas necessidades da guerra, somente assim a participação feminina foi permitida.

Nesse sentido, segundo as reflexões de Méndez (2008), muitas mulheres passaram a sofrer de “um mal sem nome”, responsabilizado por provocar um sentimento constante de insatisfação com a própria vida. Esse mal, segundo a autora, estava relacionado com a impossibilidade de que as mulheres tivessem como aspiração uma vida própria, independente das funções de esposa e mãe, assistindo passivamente ao retrocesso de suas vidas ao lar. Tendo isso em vista, os manuais de instrução femininos desempenham um papel fundamental para que as mulheres limitassem novamente suas expectativas ao âmbito doméstico, mostrando e enfatizando, por meio de suas dicas e normas, o verdadeiro papel feminino, pautando-se em um modelo de mulher ideal.

Segundo Saffioti (1979), as mulheres das camadas sociais mais baixas nunca foram alheias ao trabalho. Em todas as épocas e lugares, elas contribuíram para a subsistência da família. Nas economias pré-capitalistas anteriores à revolução industrial, a mulher das camadas mais pobres trabalhava no campo e nas manufaturas, nas lojas, nas minas, nos mercados e nas oficinas, fiando e tecendo, além de outras tarefas domésticas. Desse modo, a mulher desempenhava um papel econômico fundamental. No entanto, em todas as outras esferas, a mulher era considerada menos capaz e necessitava da constante tutela de um homem.

Um dos primeiros trabalhos a ser desenvolvido pelas mulheres foi o trabalho doméstico na casa dos outros. A princípio, como criadas da burguesia, residindo na casa do próprio patrão e sendo cuidadosamente vigiadas, com direito a poucas folgas e sem

privacidade. Na maioria das vezes, o serviço não era definido com precisão, o patrão esperava da doméstica uma colaboração múltipla e um comportamento, ao mesmo tempo, compreensivo, respeitoso e não desagradável. Era a patroa que, muitas vezes, educava a doméstica, ensinando-lhe os cuidados com o lar, pois muitas iam para as casas de seus patrões muito jovens. Essa era uma relação de trabalho que se aproximava de uma relação familiar (PROST, 2010).

Os preconceitos que existiam em torno do trabalho feminino se estendiam até as décadas de 1950 e 1960. A mulher continuava a ser compreendida como dona de casa, esposa e mãe, por natureza. A ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional era algo bastante forte na sociedade desse período e o principal argumento que regia essa crença era o de que a mulher, trabalhando fora, deixaria de lado seus afazeres domésticos e descuidaria do marido e dos filhos, ameaçando, assim, a estabilidade do matrimônio.

Sobre isso, assinala Cardoso (2009) que a imagem da mulher trabalhadora era vista como uma ameaça à mãe/esposa/dona de casa. Argumentava-se que as mulheres só deveriam trabalhar em caso de extrema necessidade, pois a presença feminina no ambiente doméstico era imprescindível para a sobrevivência da família. Em contrapartida, os discursos feministas da época argumentavam que o trabalho feminino não rivalizava com os papéis femininos tradicionais. As feministas ressaltavam que, diante das demandas do mundo moderno, era necessário educar e dotar as mulheres das mesmas ferramentas que os homens, para atuar no universo público.

Segundo Cardoso (2009), nos anos 1950 e 1960, o trabalho feminino era visto ora de forma positiva, ora de forma negativa. Na verdade, o que havia era uma maior aceitação em relação ao trabalho das mulheres solteiras. Já o trabalho das mulheres casadas era visto como desagregador da família, uma vez que a mulher em matrimônio que trabalhasse fora de casa corria o risco de não exercer de maneira adequada suas obrigações familiares. A vocação para a maternidade e para a vida doméstica era considerada o destino natural das mulheres e fazia parte da essência feminina; já características como a iniciativa, a racionalidade, o espírito de aventura, a força e a participação no mercado de trabalho definiam a masculinidade. Dessa forma, a mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a natureza e, conseqüentemente, não poderia ser realmente feliz (BASSANEZI, 2010).

Além disso, havia a defesa, como aponta Cardoso (2009), de diferenças entre o trabalho feminino e o masculino. No mundo do trabalho fora do lar, as mulheres deveriam observar algumas regras, sobretudo, as que diziam respeito aos valores morais. Deveriam lembrar que o trabalho era um espaço de contato com os homens, em que deveriam se fazer respeitar, demonstrando que se tratava de mulheres direitas, honestas e respeitáveis. Essa relação entre trabalho e moralidade era um assunto recorrente ao longo do período analisado. Muitos conservadores não viam com bons olhos esse contato entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. Para alguns, os escritórios eram espaços de promiscuidade. Eram espaços em que moças insensatas aceitavam o galanteio, tanto de homens solteiros quanto de casados, em que outras moças, mais imprudentes, conseguiam posições por meio do uso do corpo. Esse argumento, por sua vez, funcionava a favor da desvalorização da competência e do profissionalismo feminino.

Sobre isso, Bassanezi (2010) mostra que outra grande preocupação era com a perda da feminilidade e dos privilégios do sexo feminino, tais como: o respeito, a proteção e, sobretudo, o sustento garantido pelo marido, considerados como o grande risco que corriam as mulheres ao adentrarem no mundo do trabalho e da competitividade, ocupações antes destinadas exclusivamente aos homens. Os manuais demonstram bem essa preocupação, aconselhando as mulheres que exerciam atividades fora do lar para que não descuidassem da aparência, da feminilidade e, especialmente, das atividades domésticas. Isto quando não afirmavam que o verdadeiro destino da mulher casada era a dedicação ao lar. De acordo com um dos manuais, “a vida moderna, tumultuosa e exigente, tem desviado a mulher da missão sublime a que foi destinada”. Nesse sentido, a autora aconselha: “Conserve intactos os dons com que a natureza a dotou. Dentro do lar, você é a figura principal em torno da qual gravitam todos os interesses dos que aí vivem” (HELENA, 1955, p. 278). Para ela, os papéis sociais atribuídos ao sexo masculino e feminino já estavam bem definidos:

A êle cabe o trabalho externo de onde virão os bens materiais que cobrirão os gastos da casa; a você caberão, no desempenho de seu papel de dona de casa, as responsabilidades de bem administrar êsse capital, de transformar sua casa num lar acolhedor onde haja limpeza, confôrto, beleza e êsse aconchêgo tranqüilizador que só o amor sabe ditar (HELENA, 1955, p. 278).

Desse modo, era comum as mulheres conviverem com a contradição entre a visão tradicional em relação aos papéis femininos e a nova realidade, que atraía a mulher para o mercado de trabalho e lhe oferecia a possibilidade de maior independência. Devido a isso, as mais dispostas a passar por todos os riscos que o trabalho fora de casa oferecia eram as moças solteiras. Ao se casarem, normalmente, buscavam se dedicar integralmente à vida doméstica, muitas vezes, por imposição do próprio marido.

Essas contradições existentes em torno do trabalho feminino fora do lar e a crença de que a natureza feminina era a dedicação à vida doméstica, aos cuidados com os filhos e com o marido fizeram com que o ensino primário fosse considerado um lugar de trabalho apropriado às mulheres. Por estar relacionado ao cuidar do outro e a dedicação ao próximo, o ensino primário era algo intrínseco à personalidade feminina; assim, a educação primária foi considerada uma extensão do próprio lar, pois se acreditava que a mulher possuía uma inclinação natural para lidar com crianças. Desse modo, seu trabalho nesse grau de ensino passou a ser amplamente aceito. Entretanto, havia um grande impedimento para que a mulher exercesse cargos de chefia e direção ou em graus superiores de ensino, cabendo aos homens a realização dessas atividades, já que se estes as exerciam nos espaços públicos, era natural que também as realizassem dentro da organização escolar (ALMEIDA, 1998).

Devido ao aumento do número de crianças admitidas nas escolas, a partir da década de 1950, cresce, conseqüentemente, a necessidade de professoras. Aumenta-se, assim, o recrutamento de profissionais oriundas, predominantemente, das camadas sociais mais pobres. Isso acabou transformando as entidades docentes em organizações de massa. Desse modo, ocorre uma continuidade do quadro educativo em relação à mulher, que se estende até a década de 1960. Como mostra Méndez (2008), outra mudança educacional bastante significativa para a população feminina ocorre a partir dessa década: a Lei de Diretrizes e Bases, que permitiu a equiparação de todos os níveis de formação secundária. Dessa maneira, as mulheres, que geralmente cursavam o magistério, passaram a ter acesso ao exame vestibular nas mesmas condições dos demais candidatos, o que favoreceu a futura entrada das mulheres no ensino superior.

Apesar dessas inovações que colaborariam para tornar as mulheres mais visíveis na esfera pública, educacional, tanto como alunas quanto como professoras, no mundo do trabalho e na política, elas, nesse momento (1950-1960), ainda não se identificavam como mulheres, como um grupo social que possui reivindicações e especificidades.

Após acompanhar algumas décadas de história da educação feminina brasileira, foi possível compreender a direção dos contornos dados a essa educação. Foi possível observar que, para bem educar o homem, antes de tudo, era necessário educar e formar as mulheres. No entanto, tratava-se de uma educação que priorizava, sobretudo, o aprendizado de prendas domésticas e pouco conhecimento científico. Com isso, atribui-se à mulher o papel e a função, cuja principal responsabilidade estava submetida às atividades referentes aos cuidados do lar, único local onde seu domínio se fazia absoluto.

3.2 AS DÉCADAS DE 1950 E 1960 E AS MULHERES

Durante os anos de 1950 e 1960, as principais capitais do país serviram de palco, conforme salienta Cardoso (2009), para o processo de aburguesamento das relações sociais, que passaram a ditar novas modas e novos padrões de comportamento, bem como estilos de vida e valores, que se adequavam à modernidade que se impunha.

A urbanização, desse modo, modificou alguns dos padrões de vida na sociedade brasileira, especialmente, em relação ao trabalho, à educação e ao lazer. Nas cidades, segundo Bassanezi (2010), de modo geral, os jovens já podiam passar uma boa parte do seu tempo com outros jovens, ainda mais, com o aumento das possibilidades de diversão e de consumo, tais como: cinemas, piscinas, praias, bailes e festas e com a vigilância cada vez menor dos adultos, se comparada com as décadas anteriores. Dessa forma, estreita-se a convivência entre homens e mulheres. Cardoso (2009) reforça essa ideia, afirmando que foi a partir da segunda metade da década de 1940, com o fim do conflito mundial, que ocorreu uma mudança nas formas de significação do feminino. A discussão acerca da presença feminina nos ambientes de lazer modernos começava a ser vista de forma mais natural. Contudo, uma preocupação de cunho conservador começava a se colocar em meio à sociedade, que era a participação da mulher fora do ambiente doméstico, pois se pensava que ela poderia ficar despreparada para exercer as funções de esposa e mãe, deixando de lado os deveres exigidos pelo casamento.

Sobre isso, Cardoso (2009) afirma que era recorrente o pensamento de que o mundo estava sob ameaça, que a estrutura social poderia ruir e, para evitar sua queda, urgia

controlar as mulheres e assegurar seu lugar na família, redefinindo as fronteiras entre o feminino e o masculino novamente. Isto porque havia uma associação entre os gêneros em termos hierárquicos e complementares, da qual dependia a manutenção da estrutura social. Apesar de tal preocupação, as décadas de 1950 e 1960 ficaram fortemente marcadas pelo modelo de família nuclear. A família ideal era aquela em que os homens tinham autoridade e poder sobre a mulher e os filhos, além de ser o responsável pelo sustento do lar; já à mulher cabia a responsabilidade pelas atividades domésticas e o zelo para com o marido e os filhos. Dessa forma, cada um deveria ter seu campo de atuação com fronteiras bem definidas e intransitáveis entre si.

Para que cada um pudesse desempenhar seu papel de acordo com as determinações sociais, o casamento, destaca Saffiotte (1979), era compreendido como parte essencial para a vida em sociedade, sobretudo para a mulher, que dependia de sua consumação para alcançar a tão esperada felicidade. “O casamento não é apenas a realização de uma simples aspiração sentimental, é uma demorada amálgama de nossos sonhos, de nossos desejos, de nossos mais altos ideais” (HELENA, 1955, p. 9). Desse modo, o matrimônio era visto como o objetivo de vida de todas as jovens solteiras, além de representar a consolidação de uma posição social e a garantia de estabilidade e prosperidade econômica.

Nesse período, as moças eram divididas em duas categorias: as de família e as levianas. A primeira representava o modelo de mulher ideal, aquela que era bem vista pela sociedade e que preconizava o molde de mulher perfeita para o casamento e para a vida de “rainha do lar”. Essas moças preservavam a boa aparência e a educação, eram donzelas e cristãs. E, como boas “moças de família”, estudavam, mas eram superficiais e fúteis; conhecidas como “cabecinhas de vento”, não trabalhavam, não pagavam suas contas, liam manuais femininos e romances, morriam de medo de ficarem solteiras, namoravam, mas não permitiam intimidades físicas e estavam sempre atentas com a moda. Essas garotas, tal como afirmavam os ideais de “boa moça”, eram conhecidas como “moças de família”, “boas para casar” (BASSANEZI; URSINI, 1995, p. 248).

Diferentemente dos períodos anteriores, nas décadas de 1950 e 1960, a mulher, em especial das capitais, já havia conquistado algumas liberdades que antes não eram socialmente permitidas. No entanto, a sociedade predominantemente moralista e tradicional intitulava essas mulheres mais “saidinhas” e que se permitiam algumas extravagâncias de moças levianas ou “mal faladas”. Essas garotas, de acordo com

Bassanezi (2010), eram as mais ousadas, permitiam um pouco mais de intimidade com os rapazes, normalmente namoravam mais de um, eram conhecidas como “namoradeiras”, “vassourinha” ou “maçanetas”. Eram mais ousadas em termos de moda, usavam short, minissaias e maiô, gostavam de rabos-de-cavalo e de fumar. Seus vestidos e penteados, suas atitudes e poses acabaram por se tornar ícones do período. Essas moças não eram consideradas moças para o casamento, pois nenhum homem desejaria que a mãe de seus filhos fosse apontada como uma doidivana. Além disso, a honra do “pai de família” dependia também da boa reputação de sua esposa. Contudo, o comportamento dessas garotas contribuiu para a ampliação dos limites e das regras socialmente impostos às mulheres da época.

As “boas moças” deveriam evitar esse tipo de companhia para que não fossem atingidas pela má fama das meninas de hábitos comentáveis e para que não se desviassem do “bom caminho”. Bassanezi (2010) mostra que estas, sim, seriam respeitadas pelos rapazes e tinham uma chance bastante grande de conseguir um bom casamento. Assim, o tão sonhado “final feliz” seria o prêmio máximo para as moças bem comportadas. De acordo com as normas sociais, eram os homens que decidiam com quem se casariam e, certamente, procurariam para esposa uma mulher de boa reputação, recatada, dócil, ou seja, uma que não contestasse o seu poder masculino e que se enquadrasse nos padrões da boa moral e dos bons costumes. Assim, o tão sonhado “final feliz” seria o prêmio máximo para as moças bem comportadas.

Eram raros os homens que admitiam sem problemas a ideia de se casarem com uma moça deflorada por outro. No próprio Código Civil estava prevista a possibilidade de anulação do casamento caso o recém-casado percebesse que a noiva não era virgem e, se tivesse sido enganado, poderia contar com o Código Penal que garantia punição legal para o “induzimento a erro essencial” (BASSANEZI, 2010, p. 613).

Desse modo, a virgindade feminina representava pré-requisito para a consolidação de um matrimônio. As moças de família tinham seus limites sexuais bem definidos e conhecidos, ou seja, a virgindade era algo que deveria ser contida e resguardada a qualquer custo para o casamento, exigindo, para isso, das mulheres solteiras, a virtude acima de tudo. No entanto, muitas vezes, a pureza das moças acabava por gerar uma ignorância sexual. Informações sobre o assunto, muitas vezes, eram silenciadas, tanto é que, dos três manuais analisados, somente o último a ser lançado, a “Coleção Feminina”, traz

informações sobre o assunto, ainda que de forma bastante romantizada. Já os outros dois, “Aprenda a ser esposa e mãe” e “Boas Maneiras (Em Família)”, apesar de trazerem aconselhamentos sobre puericultura e cuidado com os filhos, ignoram o assunto, como se a maternidade existisse sem o ato sexual.

Devido ao fato de a educação feminina, durante o período, estar voltada a atender as exigências de tornar as jovens brasileiras respeitadas moças de família, de acordo com Campos (2010), o cinema americano chegou a ser bastante criticado. Era considerado má influência, pois mostrava hábitos condenáveis, tais como: moças ousadas, beijos escandalosos, intimidades desnecessárias com rapazes, o namoro dentro de automóveis. Esse desvirtuamento expresso no cinema foi alvo de crítica por Helena Sangirardi (1968) em seu manual, “Coleção Feminina”. Segundo ela, o cinema “[...] levou o sexo a limites máximos do erotismo [...] As primeiras manifestações foram despidas de grandes mensagens. Apenas sexo por sexo. Um prazer quase gratuito” (SANGIRARDI, 1968, p. 69, v. 4).

Assim como o cinema, a literatura era algo que precisava ser controlado, pais e educadores deveriam estar atentos à leitura das moças. A educação feminina era exercida também pelas leituras que elas faziam: os manuais, os romances, as revistas, as fotonovelas. De acordo com Sangirardi (1968), as fotonovelas “[...] passaram a explorar o que a literatura maior não conseguia assimilar. Foi fácil o entrosamento com a juventude. Uma revista equivale quase a um sorvete. E cenas dignas e deturpadas passam a correr de mão em mão entre as meninas” (SANGIRARDI, 1968, p. 69, v. 4).

Contrário a isso, as publicações direcionadas ao público feminino deveriam trazer em seus conteúdos temas que versassem sobre a transmissão de preceitos e padrões de conduta adequados, ou seja, conselhos de como uma moça de família deveria se portar no primeiro encontro, em um baile, em uma livraria, na praia, no clube. Eram novos lugares de sociabilidade e um novo padrão de ser mulher, um padrão moderno, porém, o que deveria ser ensinado, além do modo como adquirir uma postura moderna, era a manutenção de uma postura de jovem bem comportada.

Segundo Bassanezi (2010), ao homem não havia nenhum tipo de restrição, a ele era permitido manter relações sexuais antes do casamento e com mulheres diferentes, normalmente com prostitutas ou com mulheres com quem não pretendesse firmar compromisso, com as chamadas “garotas fáceis” ou “galinhas”, as que lhes permitiam

intimidades proibidas pelas “moças para casar”. Na realidade, esse tipo de comportamento masculino era bastante estimulado. Assim, a virgindade era vista como selo de garantia de pureza feminina e o valor atribuído a essa qualidade contribuía para o controle social sobre a sexualidade da mulher, privilegiando a hegemonia do poder masculino nas relações existentes entre os gêneros.

Entretanto, Bassanezi (1995) afirma que as moças desse período viviam uma contradição entre o que era proibido pela tradição e o que era tolerado pelos novos tempos. Algumas garotas, por terem algumas atitudes um pouco mais ousadas, mas sem perder sua postura de “boas moças”, passaram a ser chamadas de “malandrinhas” ou ardilosas e ostentavam atitudes como ir sozinhas a bailes e até de serem vulneráveis a paqueras, acompanhavam os desfiles militares só para paquerar os soldados, assumiam que preferiam os rapazes com carros, gostavam de leituras atrevidas, desprezavam as prendas domésticas, exploravam a sensualidade das roupas e dos penteados e constantemente tinham ataques de nervos só para conseguirem o que queriam ou ainda seduziam com sorrisos e encantos. Assim, muitas mulheres oscilavam entre os dois extremos de comportamento feminino. Isto porque se a mulher apresentasse um comportamento muito frio e distante, poderia ser considerada como “gelo” pelos rapazes, porém se apresentasse atitudes atrevidas, poderia ficar rotulada de “leviana”. Uma tarefa nada fácil para as moças da época.

O namoro, nas décadas de 1950 e 1960, era cercado de regras bem definidas, entre elas a de que ele deveria ser acompanhado atentamente pelos pais e parentes, pelo próprio casal e até mesmo pela sociedade. Os costumes que envolviam essa prática eram constantemente reproduzidos, ensinados e reforçados, por meio das normas sociais. Essas regras que envolviam um relacionamento podem ser observadas nos conselhos sobre namoro de um dos manuais em circulação durante o período. Segundo sua autora,

No amor, mais do que em outra qualquer coisa, o equilíbrio é necessário; por isso, devem evitar o excesso de convivência, tanto reduzindo ao normal o horário dos seus encontros, como agindo discretamente diante de terceiro e procurando não aparecer sempre juntos em tôda as ocasiões (MARIA, [1958?], p. 93).

De modo geral, em relação à prática do namoro, o homem era quem sempre tomava a iniciativa em um relacionamento, pelo menos, assim deveria ser. A moça que tomasse a frente na conquista de um pretendente, caso a paquera não desse certo, poderia ficar com

sua reputação manchada. A boa moça deveria saber sempre conservar o seu lugar, restando-lhe apenas algumas maneiras discretas e sutis de conquista, que iam desde estimular sua vaidade, manter sempre o bom humor, vestir-se bem e, de preferência, como “ele” gosta, ser amável e até mostrar interesse pelo trabalho ou passatempo dele, além de elogiar com frequência a inteligência do pretendente (BASSANEZI, 2010). Nesse ponto, os manuais se mostravam bons conselheiros às mulheres menos experientes.

As mulheres também faziam suas escolhas, porém elas estavam limitadas às determinações sociais. O homem considerado pela moça e, sobretudo, por sua família como tipo ideal era taxado de “bom rapaz”, aquele que tinha um bom caráter, honesto e, acima de tudo, respeitador. Bassanezi (2010) afirma que tipos conhecidos como “mulherengos” ou aproveitadores, aqueles que pudessem abusar da ingenuidade feminina deveriam ser evitados. No entanto, se o moço se excedesse nas carícias ou propusesse intimidades mais ousadas às namoradas ou noivas, estas deveriam ser relevadas, pois estaria ele agindo de acordo com sua natureza masculina.

Como o casamento era o objetivo maior de qualquer mulher desse período, a possibilidade de ficar “encalhada”, “solteirona” ou para “titia” era algo temível por qualquer uma. Bassanezi (2010) observa que o namoro e o noivado eram considerados como etapas preparatórias para o tão esperado casamento. Com isso, as moças não deveriam perder tempo ou se arriscar em relacionamentos que não tivessem futuro.

Um casamento feliz tem geralmente um bom começo. E começar bem significa manterem os jovens uma atitude respeitosa e cortês que, desde os primeiros dias de namôro, marcará a qualidade e duração dos seus sentimentos por tôda a vida (MARIA, [1958?], p. 93).

O namorado interessado deveria levar o relacionamento a sério, demonstrando verdadeira intenção de casar e responsabilidade e capacidade de sustentar e manter uma família. Para isso, o namoro e o noivado não deveriam demorar muito tempo, levando a suspeitas sobre as verdadeiras intenções do rapaz, caso demorasse demais. Assim, “[...] a data do casamento, não deve ultrapassar de um ano depois” (MARIA, [1958?], p. 93) da data do pedido de noivado. A cobrança da sociedade e da família para que um relacionamento sério levasse ao casamento tinha um peso bastante relevante.

Um dos avanços desse período foi o fato de que a escolha matrimonial já não era mais de responsabilidade dos pais e sim dos próprios interessados, apesar da influência da

família ainda ser bastante grande. Um pai dificilmente deixaria seu filho se casar com uma moça mal falada, pois sua honra como pai dependia disso.

Além disso, nem sempre pais e filhas sonhavam com o mesmo marido, normalmente as moças se interessavam por rapazes bonitos, carinhosos e, até certo ponto, atrevidos, enquanto que aos pais agradava mais aqueles que eram conhecidos por serem honestos e trabalhadores. Muitos pais acreditavam que o amor não era tudo e que, quando a necessidade batesse à porta, o amor sairia pela janela (BASSANEZI, 2010).

Com essa autonomia dos jovens na escolha de seus pares, o namoro adquire, cada vez mais, importância social. Com isso, a sociedade passa a se preocupar com o caráter secreto e potencialmente perigoso do namoro, com suas práticas explícitas. Isto é, com encontros em casa ou em passeios a dois e nas demonstrações públicas de carinho.

Apesar do aumento da permissividade em relação ao namoro, Bassanezi (2010) mostra que o grande temor da maioria das mulheres continuava a ser o medo de ficar solteira. O maior problema em relação a isso, além do fato de a mulher se sentir sozinha, já que não era permitido a uma “moça de família” manter relacionamentos amorosos esporádicos, era que a maioria das mulheres não tinha como se sustentar sozinha e, assim, se tornaria um peso para os pais e carregaria o estigma do não cumprimento do seu destino para o resto da vida. Nas décadas de 1950 e 1960, uma mulher com mais de 20 anos de idade sem a perspectiva de um casamento já corria o risco de ficar “encalhada” ou para “titia”. Aos 25 anos, já era considerada uma “solteirona” e fonte de constrangimentos, ao passo que um homem de 30 anos solteiro ainda era visto como um bom partido para mulheres bem mais jovens.

Sendo assim, desde bem cedo, as mulheres deveriam ser educadas para serem moças comportadas, sinônimo de que seriam futuramente boas mães e excelentes donas de casa. As prendas domésticas eram consideradas como algo importantíssimo para o currículo de qualquer moça que não pretendesse ficar sozinha. Outra coisa importante na vida da mulher das classes média e alta das décadas de 1950 e 1960 era o consumo. Segundo Cardoso (2009), tal prática era compreendido como uma experiência importante para que as mulheres desempenhassem a contento sua função de dona de casa e alcançassem a tão sonhada felicidade conjugal. As mulheres precisavam consumir os novos produtos disponíveis no mercado: produtos de higiene, de beleza, de limpeza, de decoração e os eletrodomésticos, sucesso absoluto entre as donas de casa mais modernas. Tais

produtos, por aqueles anos, como mostra Pereira (2010), tornou-se signo de distinção e prestígio da família poder exibir aos amigos e familiares que os maridos tinham condições para adquirir e presentear as esposas com tais utensílios e produtos.

De acordo com Cardoso (2009), o consumo era reconhecido como prática definidora da feminilidade. De jovem casadoura à condição de mãe de família, o consumo era apresentado como uma experiência fundante para que as mulheres desempenhassem a contento seus papéis e alcançassem a sonhada felicidade. Para isso, o mercado oferecia uma série de produtos que poderiam tornar esse desejo uma realidade. E os preferidos das mulheres, como apontam Miguel e Pedro (2009), eram Cashemere Bouquet, creme C Ponds, Leite de Rosas, Leite de Colônia, Modess, Gessy Léver, Melhoral, sem falar dos eletrodomésticos que, além de facilitarem as atividades domésticas, davam um toque a mais na decoração da casa.

Conforme argumenta Cardoso (2009), a base de todo casamento era o amor, no entanto havia uma grande diferença entre o amor de um homem e o amor de uma mulher. Os homens eram capazes de amar, contudo o amor masculino era um amor que cedo enfraquecia. O homem era considerado um ser dotado de razão e não de emoção. Devido a isso, a mulher deveria fazer de tudo para manter esse amor por mais tempo possível. A verdadeira companheira seria capaz de adivinhar o pensamento do marido, amá-lo sem medir os sacrifícios, sem jamais aborrecê-lo, pois disso dependia a felicidade conjugal. A esse respeito, um dos manuais da época ensinava: “Lembre-se, sempre, que você não se casou para reeducar seu marido e sim para dar-lhe suavidade à vida, suavidade mais grata a você, talvez, por sentir-se a responsável por tudo que de bom os cerca” (HELENA, 1955, p. 8).

De acordo com Bassanezi (2010), a grande temor que se colocava às esposas era a separação, primeiro, pela dependência do marido provedor e, segundo, pelo estigma social de mulher separada, malvista pela sociedade dessa época. As mulheres desquitadas sofriam com os preconceitos sociais, frequentemente sendo consideradas como má influência para as bem casadas. Sua conduta moral estava em constante vigilância e, até mesmo, os filhos ficavam marcados como frutos de um lar desfeito. Já para o homem desquitado, o controle social era mais ameno, não manchando sua reputação.

O desquite, de acordo com Bassanezi (2010), era a única possibilidade oficial de separação do período; ele não acabava com os vínculos conjugais e não permitia novos

casamentos. As mulheres desquitadas ou as concubinadas com um homem desquitado sofriam com os preconceitos sociais. Segundo a autora, o divórcio, considerado por muitos como veneno para a estabilidade social por enfraquecer a instituição familiar ou servir como porta de entrada para o amor livre, só passou a fazer parte das leis brasileiras na década de 1970.

Nesse sentido, é interessante pensar que o esforço em manter a tradição é o que faz as pessoas olharem para o passado como algo que deve estruturar o presente por meio de crenças, sentimentos e hábitos compartilhados. É por isso que os conselhos expressos pelos manuais e as normas sociais fazem sentido juntos. Manter as coisas como elas sempre foram é o que atua, especialmente, como regulador do estar no mundo, imprimindo uma ordem, colocando as coisas em seus lugares. O esquema tradicional não se constrói apenas como forma de continuidade do nome, da família, do grupo social, mas, acima de tudo, oferece uma previsibilidade, evita surpresas, caminha sobre o esperado, na tentativa de criar uma experiência e ambientes seguros, propiciando uma ideia de referencial que confere contornos ao que se entende por lar e por relação conjugal.

3.2.1 Naquele tempo...

No que concerne aos papéis exercidos pelas mulheres das décadas de 1950 e 1960, não se pode analisar, de modo isolado, as mudanças que se tornaram visíveis durante o período. As décadas anteriores, que correspondem ao Estado Novo, foram marcadas por importantes transformações econômicas e culturais. Apenas em termos conjunturais, a primeira metade do século XX correspondeu ao primeiro conflito bélico mundial, o começo da Segunda Guerra e o seu fim, a divisão do mundo, segundo Hobsbawam (1995), em dois extremos: comunista e capitalista e a redefinição, devido a essa polaridade, do papel desempenhado pelos países do chamado Terceiro Mundo. Alguns desses acontecimentos serviram de estímulo para uma modificação no papel social desempenhado pelas mulheres.

As décadas em questão vivenciaram os impactos das mudanças decorrentes dos acontecimentos que marcaram o período que as antecederam, a crise das oligarquias e a ascensão e consolidação do populismo. Ao longo dos primeiros cinquenta anos, essas transformações, aparentemente apenas relacionadas à esfera política, influenciaram

fortemente as relações sociais, configurando novas disputas de classe e de gênero. Na impossibilidade de refletir sobre todo esse quadro de complexidades, a intenção deste subitem é traçar um panorama geral das mudanças que ocorreram no país e que, de forma direta ou indireta, contribuíram para pensar a função social atribuída às mulheres e quais as normas que regiam esse papel feminino dentro da sociedade nas décadas de 1950 e 1960.

Após a Segunda Guerra Mundial, as potências capitalistas implementaram o Estado de Bem Estar Social. Esse modelo tinha como objetivo amenizar as grandes distorções na distribuição da riqueza, garantindo o acesso dos trabalhadores ao emprego, aos serviços públicos e aos bens de consumo. Esse modelo de Estado foi uma necessidade frente à organização crescente de trabalhadores inspirados pelas conquistas socialistas do Leste Europeu. Diante disso, o capitalismo necessitou dar respostas às demandas dos trabalhadores, a fim de evitar um descontentamento geral (MENDÉZ, 2008, p. 90).

De acordo com Harvey (2005), os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como potência dominante, líder na produção de bens e na tecnologia. O único oponente que se colocava à sua altura era a União Soviética que, devido ao seu grande poder em ascensão e sua política comunista, se opunha a esse modelo de Estado americano, o que acabou gerando a divisão do mundo em dois grandes blocos econômicos. A rixa entre esses dois extremos, que ficou conhecida como Guerra Fria, se estendeu até meados da década de 1980.

Essa forma de política norte-americana acabou por influenciar todos os países que se diziam capitalistas, inclusive os chamados países de Terceiro Mundo, nos quais as leis trabalhistas e as facilidades fiscais possibilitavam o aumento da margem de lucro das empresas multinacionais. Conforme Mendéz (2008), o Brasil, após o fim da Segunda Guerra, se encaixa nesse quadro de “países em desenvolvimento”, devido ao seu crescimento industrial e urbano, configurado por meio da associação do capital internacional, capital nacional e capitais estatais.

O Brasil de 1946 a 1964 foi visto como um período democrático, sobretudo, se comparado ao anterior e ao posterior a ele. Pode-se afirmar que esses anos delinearão uma época de maior liberdade de expressão no país. Durante esse período, que durou quase vinte anos, o Brasil passou por várias mudanças, especialmente, em relação às questões relacionadas à política e à economia, que acabaram por se refletir na vida social de cada brasileiro e, especialmente, na da mulher, que teve seus espaços de sociabilidade

ampliados. Espaços estes que antes estavam limitados praticamente à vida familiar, às práticas religiosas, estendendo-se, ao máximo, até o espaço escolar, seja como aluna ou como professora.

De acordo com Pinsky (2010), o Brasil desse período viveu um momento de grandes conquistas e algumas incertezas, traduzidas pela ascensão da classe média. Com o fim da Segunda Grande Guerra, o país passou por um processo de crescimento urbano e industrial, que conduziu ao aumento das possibilidades profissionais e educacionais para homens e mulheres. As ideias democráticas ganham força com o fim da guerra e provocam a queda da ditadura de Vargas. De modo geral, abrem-se à população brasileira as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo. Nesse momento, o país retornava à legalidade constitucional e à sua redemocratização após a queda da ditadura, com a realização de eleições e com a elaboração de uma nova Constituição.

O período pós-guerra trouxe um amplo quadro de modernizações econômicas. Em 1951, Getúlio Vargas foi, pela primeira vez, eleito para a presidência da república pelo voto popular. Neste último mandato, o então presidente eleito desenvolveu uma política interna de cunho nacional. A industrialização do país, por meio do pacto populista, era o ponto forte de seu governo. O Estado deveria agir de modo a desenvolver o país economicamente, alcançando um patamar de industrialização que o colocasse ao lado das nações de primeiro mundo.

No entanto, conforme mostra Bassanezi (1996), a ampliação do poder estatal e o populismo se tornaram as marcas da fragilidade da democracia que vigorava no país. Apesar da representatividade formal, das pressões populares e da aparente autonomia dos três poderes, as velhas concepções de poder autoritário e a fortalecida figura do chefe da nação se mantinham inabaladas. Desse modo, a relativa liberdade existente não era suficiente para promover transformações mais profundas e eficazes de democratização no país.

A autora supracitada afirma que, mesmo com a redução da dinâmica de importações, o Brasil adentrou uma fase de desenvolvimento econômico mais acelerado, impulsionando, com isso, o processo de urbanização e industrialização. A produção industrial se tornou mais incrementada e diversificada e a urbanização acelerada provocou uma série de transformações no cotidiano e na infraestrutura das cidades. Desse modo, a economia e a sociedade brasileira se tornaram mais complexas, fazendo com que o

controle do Estado sobre o país se tornasse mais intenso, assim como a influência do capital estrangeiro, sobretudo, a partir de 1956, com o novo governo de Juscelino Kubitschek.

Fausto (2007) salienta que o governo de JK ficou conhecido como um governo de estabilidade política, de otimismo e crescimento econômico, embalados pela construção de Brasília. O então *slogan* oficial da propaganda, “cinquenta anos em cinco”, repercutiu em amplas camadas da população. JK começou a governar, dando prioridade à necessidade de promover o “desenvolvimento e a ordem”, tentando manter, na medida do possível, o controle sobre o movimento sindical, além de minimizar o costume de indicar militares aos cargos governamentais. Ele montou um plano de política partidária e uma política econômica, que ficou definida como Programa de Metas. Dessa forma, a expressão nacional-desenvolvimentismo, e não nacionalismo, remete a uma política econômica que unia o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Os resultados alcançados com o Programa de Metas foram muito significativos, sobretudo, em relação ao setor industrial (FAUSTO, 2007).

Devido a esse novo alavancamento da indústria nacional, tanto da pesada quanto das de bens de consumo, houve uma alteração nos padrões de vida da população, possibilitando aos trabalhadores um maior acesso aos produtos industrializados, ou seja, cada vez mais, um grupo maior de pessoas podia usufruir das novas tecnologias e dos bens de consumo.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2009), o Programa de Metas do presidente JK foi, a princípio, um projeto de adoção de infraestrutura básica para o país, tanto que a última meta do programa atrelava o problema da educação às necessidades de industrialização e dizia que isso se resolveria com o incentivo ao ensino técnico-profissionalizante. Daí a ênfase na criação de uma escola que fosse capaz de formar mão de obra técnica em nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem interesse vocacional.

Cardoso (2009) assinala que surgem novas possibilidades de participação feminina no mercado de trabalho com a expansão industrial e o aumento de empregos no setor terciário. Cresce consideravelmente o número de trabalhadores nos serviços urbanos, nos empregos burocráticos particulares e estatais, nos empregos públicos, nas áreas da saúde, nas profissões liberais, além da demanda por trabalho considerado feminino. No entanto, o

trabalho feminino continuava cercado de preconceitos e encarado como algo subordinado ao trabalho do chefe de família.

A partir dos anos de 1960, como mostra Mendéz (2008), ocorre uma mudança educacional bastante significativa para a população feminina. A Lei de Diretrizes e Bases permitiu a equiparação de todos os níveis de formação secundária. Dessa forma, a mulher, que normalmente cursava o magistério, passou a ter as mesmas possibilidades de acesso que os demais candidatos, sem necessidade de outras etapas em sua educação secundária, favorecendo, assim, sua entrada no ensino superior.

Devido a isso, ocorre um aumento significativo no nível de escolaridade tanto da população em geral quanto da feminina. Entretanto, a educação escolar da mulher, como observa Saffioti (1979), passa a ser valorizada ao lado das concepções arraigadas de que as mulheres deveriam dedicar-se preferencialmente ao lar, ao marido e aos filhos.

Cabe destacar que os manuais analisados sequer tratam dessa questão do trabalho feminino fora do ambiente doméstico e foi justamente esse o motivo para sua escolha, já que esta pesquisa tem como objetivo investigar qual o desempenho apropriado da mulher dentro do lar, para que pudesse ser considerada dona de casa exemplar. Essa ideia é exposta de forma bastante clara em um dos manuais.

A ele (marido) cabe o trabalho externo de onde virão os bens materiais que cobrirão os gastos da casa; a você caberão, no desempenho de seu papel de dona de casa, as responsabilidades de bem administrar esse capital, de transformar sua casa num lar acolhedor onde haja limpeza, conforto, beleza [...] (HELENA, 1955, p. 10).

Por outro lado, o trabalho feminino fora de casa faz com que ocorram transformações que se operam nas relações entre homens e mulheres, que, muitas vezes, acabam por entrar em atrito com os valores vigentes.

Analisa Bassanezi (1996) que as novas condições de vida nas cidades diminuem as diferenças e distâncias entre homens e mulheres, ainda mais, com o aumento das novas formas de lazer e de novos pontos de encontro, modificando regras e práticas sociais, que vão do namoro à intimidade do relacionamento familiar. Manifesta-se, com isso, o conflito nas relações homem-mulher.

Entretanto, prevalecem muitos dos aspectos tradicionais das relações de gênero, como as divisões de papéis, a valorização da reputação da mulher e o respeito à natureza

feminina. De acordo com um dos manuais da época, “a jovem ideal será aquela que souber tirar o maior proveito possível das suas qualidades, mantendo-se em qualquer circunstância, dentro das mais elevadas normas de vida” (PINHEIRO, 1965, p. 221).

De acordo com Bassanezi (1996), esse período traz em seu bojo limites e normas mais firmes e claras para o masculino e o feminino do que a década de 1970, que ficou conhecida por sua revolução sexual e pelo despontar do movimento feminista no Brasil. Até 1965, os padrões tradicionais de casamento e o modelo de família conjugal, em que a autoridade máxima era exercida pelo pai, considerado o chefe da casa, eram dominantes na sociedade brasileira. Ainda mais, com o respaldo legal garantido pela legislação, que incentivava o moralismo tradicional, a procriação, o trabalho masculino e a dedicação da mulher ao lar.

A autora enfatiza que, no início da década de 1960, chegam ao país os ecos da emancipação feminina norte-americana, ligada, mormente, à participação no mercado de trabalho e à difusão da pílula anticoncepcional. Tal influência teve no cinema e na música sua principal porta de entrada. O *american way of live* tornou-se modelo desejado pela classe média brasileira. As estrelas de Hollywood tornam-se fontes inspiradoras de comportamentos e valores, especialmente, entre os jovens. Mas, paralelamente, veiculavam-se campanhas de incentivo aos valores tradicionais da família, das virtudes da maternidade e da dedicação da mulher ao lar.

Nesse contexto de modernização, os meios de comunicação desenvolvem-se no sentido de uma comunicação de massa. O cinema nacional desponta nos anos de 1950, com seus romances bem comportados e as chanchadas maliciosas, mas não chega a concorrer com a hegemonia norte-americana. Nessa época, a televisão não chegava a competir com o rádio nem com os impressos (BASSANEZI, 1996).

Campos (2010) escreve acerca da sociabilidade que se configurava nas salas de cinema, naqueles anos. Segundo ela, esses espaços começaram a ficar conhecidos como locais de crescente liberdade, como lugar dos namoros sobre os quais as amigas se juntavam para fofocar, pois, geralmente, as moças iam às salas de cinema desacompanhadas de seus pais. Esse tipo de comportamento não era algo incentivado pelos manuais, pois não se tratava de lugares adequados às mulheres casadas.

Desse modo, o cinema norte-americano consistiu numa importante influência para as garotas do período. As salas de cinema se multiplicavam cada vez mais e a cidade que

acumulava o maior número de salas de cinema era o Rio de Janeiro; tais salas, em especial, estavam estabelecidas na Cinelândia. O universo cinematográfico marcou aquela época, assim como o comportamento de suas estrelas ficou impresso na personalidade das mocinhas mais ousadas. Os padrões de moral e beleza que os filmes e as atrizes apresentavam expressam um modelo de feminilidade, que, na época, não era bem compreendido.

Assim, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma crescente efervescência e renovação da cultura. O ideal de modernidade que se voltava para uma mentalidade cultural, juntamente com a vontade de inovação, atinge a música, o teatro, a literatura, a arquitetura e a arte, ganhando grande força durante o período.

Entretanto, os anos de 1960 começaram arrastando uma pesada herança do final da década anterior. De acordo com Fausto (2007), os gastos do governo para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília geraram uma séria queda nos intercâmbios com o exterior, que resultaram em crescentes déficits do orçamento, causando um aumento das taxas inflacionárias e uma grande queda nos investimentos.

Jânio Quadros venceu as eleições e iniciou seu mandato em 1961, cercado de problemas e com uma promessa de moralização. Mendéz (2008) mostra que ele ficou conhecido como político inovador, tendo sido o primeiro a utilizar sua imagem em diversos meios de comunicação, especialmente na televisão. Em suas aparições em público, buscava criar uma identidade que o ligasse a uma figura do povo, exibindo atitudes, tais como: comer sanduíches de mortadela, desfilarem com ternos amassados e não se incomodar com a caspa. Com seu *slogan* de campanha, “A vassoura vem aí”, prometia varrer toda a corrupção do país. No setor financeiro, Jânio criou um plano para os problemas herdados do governo de Juscelino. Ele optou por um pacote de estabilização que envolvia a desvalorização cambial, a contenção de gastos públicos e a expansão monetária. Essas medidas agradaram seus credores e o FMI. Novos empréstimos foram contraídos com os Estados Unidos e com o apoio do presidente americano Kennedy. Ele era visto como uma via para impedir que o maior país da América Latina não se desviasse para o caminho da instabilidade e do comunismo. Mas algum tempo depois, o presidente começou a afrouxar as medidas e não chegou a por em prática uma possível mudança de rumo. Devido à intensa agitação política que caracterizou o ano de 1961 e à falta de apoio de base, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente no mesmo ano.

De acordo com Mendéz (2008), Jânio marcou seu rápido mandato com medidas que pouco agradaram a população jovem, tais como: a proibição das brigas de galos, do lança perfume e do biquíni nas praias do Rio de Janeiro. As inusitadas medidas tinham uma justificativa. Pode-se afirmar que esse período ficou marcado pelo estabelecimento de uma identidade jovem diferenciada, calcada em um tipo específico de rebeldia juvenil que trouxe consequências significativas ao país. Nesse período, a moral tradicional do país vivencia um período de crise. As moças começavam a exibir seus corpos publicamente, a roupa de banho de duas peças é um exemplo disso. O lança perfume era consumido pela chamada “juventude transviada”, moças e rapazes ouviam *rock-and-roll* inglês e norte-americano. As danças, o som, a forma de se vestir dessa juventude não eram bem compreendidos pelas pessoas mais conservadoras, criando, na sociedade, a representação de uma mocidade perdida para os vícios e para a imoralidade.

Pode-se afirmar com isso que uma das grandes intenções dos conselhos veiculados pelos manuais de instrução femininos, em circulação no período, era conduzir e manter as boas moças no caminho correto, da moral e dos bons costumes, não deixando que se desviassem ou se perdessem na imoralidade e na rebeldia ou fugissem de sua natureza feminina. Sobre isso, Aracoeli Pinheiro (1965) alertava:

Os problemas da juventude constituem matéria que interessa diretamente a todos, mesmo àqueles para os quais a tragédia atual parece remota. A meu ver, todo mau elemento da sociedade é vítima de algum desajuste social. É o futuro inevitável dos lares em que falta um padrão moral ou os necessários recursos financeiros, a compreensão, o afeto, a orientação que só pais bem informados podem garantir. Êsses indivíduos que hoje constituem a juventude transviada ou a delinqüência juvenil, são na maior parte, vítimas de erros sociais que não podem ser corrigidos pela violência, mas proporcionando-lhes aquilo de que carecem e cuja falta originou o mal: afeição, compreensão, orientação segura (PINHEIRO, 1965, p. 14).

Segundo a autora, seu manual pretende contribuir para que isso não aconteça, pois o problema dificilmente se manifestaria em um lar bem constituído, com pais amorosos e devidamente orientados.

Pensando nisto, vemos quão importante é o papel da verdadeira dona de casa. É ela, especialmente, que estabelece as normas de vida no lar [...] Tua família te oferece a oportunidade de ver como o caráter, a criação de hábitos, a determinação de atitudes, a aquisição de conhecimentos e o

desenvolvimento físico e mental são formados. Podes avaliar, pois, o valor da preparação para os encargos naturais da vida (PINHEIRO, 1965, p. 14-15).

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart ocupa seu lugar em meio a toda a agitação política e social em que se encontrava o país. Sua posse a presidência, de acordo com Fausto (2007), representou a volta do esquema populista, que foi fortalecido pelos ideólogos do governo e pelos dirigentes sindicais, em um contexto de mobilizações sociais muito maiores do que as do período Vargas. O esquema deveria se assentar na colaboração entre Estado, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica seria o nacionalismo e as reformas sociopolíticas chamadas reformas de base. Tais reformas incluíam medidas nacionalistas que previa uma intervenção maior do Estado na vida econômica. Entre elas, estavam a nacionalização de empresas concessionárias de serviços públicos, a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior e do monopólio da Petrobrás.

As reformas, segundo Fausto (2007), não representavam a tentativa de implantar uma sociedade socialista, mas sim a tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais, a partir da ação do Estado. Porém, isso representava uma grande mudança à qual as classes dominantes se opunham com forte resistência. Na realidade, a burguesia nacional preferia seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo.

Diante desse quadro de insatisfações, o governo de Goulart sofre pressões de todos os lados, dos vários grupos populares que se mobilizavam, reivindicando mudanças no país, da burguesia, dos conservadores e dos interesses internacionais. Com isso, no início de 1964, Jango elaborou outras ações que tomaram um rumo desastroso. Com o apoio nos dispositivos militares e sindical, o presidente pretendia contornar o Congresso, que rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para isso e para mostrar a força do governo, reuniu, em um comício no Rio de Janeiro que ficou conhecido como o “comício da Central”, uma grande massa para anunciar as reformas. Jango assinou ali dois decretos: o primeiro tratava da desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás; o segundo, chamado decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), alegava estarem sujeitas à desapropriação propriedades subutilizadas. Também

declarou que estava em andamento a reforma urbana. Isso causou um alvoroço na classe média, que temia perder seus imóveis para os inquilinos. Logo após isso, em abril de 1964, foi instaurado no Brasil o regime militar, que ocorreu por meio de um Golpe de Estado.

Mendéz (2008) enfatiza que, na década de 1960, muitas mulheres se posicionaram em defesa das políticas reformistas do governo Jango. As mulheres passaram, cada vez mais, a participar das discussões públicas, inclusive, assumindo, em alguns casos, como na Marcha em defesa da família, a frente da manifestação. Apesar do caráter conservador do movimento, pode-se perceber um indício de mudança nos papéis sociais das mulheres. Entretanto, as modificações não ocorreram nesse momento (1950-1960), elas eram apenas o prenúncio de um tempo que ainda estava por vir.

4. MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE MULHER IDEAL

O mérito da mulher é governar a sua casa, fazer feliz seu marido, consolá-lo, encorajá-lo, e educar seus filhos, isto é, fazer dêles homens.

(*Joseph de Maistre* – Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade, 1963, p. 96)

Os estudos panorâmicos são a tônica deste trabalho, que busca investigar o papel social desempenhado pelas mulheres brasileiras durante as décadas de 1950 e 1960. Durante o período, houve um reforço no sentido de manter o que já estava estabelecido pela sociedade como comportamento adequado ao feminino. Entre as ideias hegemônicas observadas nos manuais de instrução femininos, fontes em estudo, destaca-se, em meio a seus ensinamentos e conselhos, o perfil de mulher ideal, representado pela dona de casa preocupada com o marido, com os filhos, com as prendas e com a aparência.

Desse modo, os manuais de instrução femininos veiculam o que é considerado próprio desse universo, sem nunca fazerem parte de seus conteúdos ideias revolucionárias, ou seja, não podem ser considerados como desbravadores de novos caminhos. No entanto, não ficam longe das transformações ocorridas em seu tempo. São capazes de formar padrões de comportamento e consumo, tornando-se verdadeiros guias de ação, conselheiros persuasivos, companheiros de lazer, isto é, os melhores amigos das mulheres (BASSANEZI, 1996).

Apesar de os manuais serem livros que trazem, no seu conteúdo, objetivos pedagógicos, fazem parte das chamadas pedagogias culturais, pois além de, muitas vezes, terem feito parte das bibliotecas nas escolas normais e terem composto o material didático para o ensino de algumas disciplinas, em especial, no início do século XX, pode-se que, desde os primeiros manuais, surgidos na Idade Média, até os do período estudado (1940-1960), seus ensinamentos vão além do espaço escolar. Eles carregam em si um caráter educativo que percorre todas as instâncias sociais, perpassando a escola, mas sem se caracterizar, exclusivamente, como conteúdo de seu campo.

Com isso, a intenção deste capítulo é investigar, a partir dos conselhos veiculados pelos manuais de instrução femininos em estudo – “Economia Doméstica e Puericultura”, “Aprenda a ser Esposa e Mãe”, “Noções de Economia Doméstica”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” e “Coleção feminina” –, os discursos que regiam a forma de ser e estar da mulher casada na sociedade da época, tendo em vista que tais ensinamentos buscavam, sob a perspectiva do modelo de dona de casa, a formação de um padrão de mulher ideal.

4.1. MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS E A REPRESENTAÇÃO DE UM MODELO DE FEMININO E FEMINILIDADE

Por meio dos discursos veiculados e dos papéis atribuídos às mulheres na sociedade, é possível perceber a tentativa de imposição de normas, na medida em que se busca estabelecer um padrão de feminilidade com base no modelo de dona de casa ideal, no singular, centrado no casamento e no lar, considerado natural e universal. Essa imposição se processava, mediante a recorrência dos discursos, sobretudo, os veiculados pelos manuais de instrução femininos que serviram como fontes de estudo para esta pesquisa, os quais significavam as mulheres como donas de casa, esposas e mães – papéis enfatizados ao longo do período em que eles circularam (1950-1960).

O principal objetivo que se coloca para a pesquisa é compreender como essas leituras, consideradas de entretenimento, educavam as mulheres por meio de suas dicas e aconselhamentos, que reforçavam muitas das ideias e normas hegemônicas sobre feminilidade presentes na sociedade da época. Nesse sentido, significar o feminino, por meio das representações de mãe, esposa e dona de casa, faz parte de processos de definições que estão envolvidas nas concepções de uma sociedade industrial e capitalista em pleno desenvolvimento. Dessa forma, o feminino não é uma essência, não é algo inato, ele é configurado histórico-socialmente e pode assumir diferentes significados e sentidos em determinado período.

Tendo em vista as normas e as representações sociais que modelavam o feminino nas décadas de 1950 e 1960, foram selecionadas, dentre os manuais em estudo, três

categorias de representação da feminilidade, que compunham o modelo de mulher casada socialmente dominante e que eram compreendidas como legítimas e naturais ao sexo feminino. O que fazia uma mulher ser considerada uma boa esposa e uma dona de casa ideal era o seu bom desempenho dentro do lar, medido por meio de seu domínio das prendas domésticas, sua relação invejável com o marido e sua aparência impecável.

Essas representações foram se estabelecendo em função de determinações sociais e econômicas, configuradas nas mentalidades e nos modos de interpretação da realidade dos sujeitos históricos. Para as pessoas que viveram nesse período, conforme argumenta Bassanezi (1996), a realidade social definiu os parâmetros das escolhas possíveis, e os sujeitos participaram da construção e manutenção dos significados das funções atribuídas ao sexo feminino.

Diante dessas definições, os manuais buscavam estabelecer esse aparente consenso social proveniente das ideias e dos valores hegemônicos. Assim, eles se tornam espaços nos quais as representações de feminilidade e feminino eram reproduzidas e reforçadas. Os modelos representados por esses manuais enfatizam um determinado estereótipo de mulher, pautado em um perfil de beleza e comportamento dominante e ideal, como, por exemplo, a mulher branca, consumista, dona de casa, classe média ou alta, bela, moralmente correta e inserida em uma família nuclear cujos papéis masculinos e femininos estão bem definidos. Esses modelos são apresentados como naturais, universais, fixos e incontestes (BASSANEZI, 1996).

Entretanto, pode-se dizer que os manuais não são somente instrumentos de reprodução dos padrões dominantes, eles possuem características que os tornam singulares. A princípio, eles se apresentam como leituras neutras e desinteressadas, tornando-se logo amigos e cúmplices de suas leitoras, respondendo aos seus interesses, as suas expectativas e esclarecendo as suas inquietações e dúvidas. Dessa forma, os manuais tendem a considerar o modo de agir e pensar de sua leitora, ao mesmo tempo em que buscam educá-las e moldá-las de acordo com o seu papel dentro da sociedade, ou seja, funcionam como um modelo de referência, oferecendo receitas para os cuidados com o lar e inculcando regras de comportamento e beleza, dizendo o que deve e o que não deve ser feito.

A partir da investigação realizada nos manuais de instrução femininos selecionados para a pesquisa, foi possível perceber que os ensinamentos por eles veiculados estavam submetidos à relação existente entre o cuidar dos afazeres relacionados ao ambiente

doméstico, em especial, e os cuidados com a aparência pessoal. Dentre eles, alguns temas, como noções de enfermagem, serviço social, primeiros socorros, aparecem como assuntos de interesse e próprios do universo feminino, já que atividades com características relacionadas à assistência e ao cuidar do próximo eram consideradas apropriadas à natureza da mulher. Temas que tratassem de política, realidade social, cultura, economia (que não fosse a doméstica), ou qualquer questão que colocasse as leitoras em contato com o mundo para além do ambiente doméstico não foram observados.

Nos manuais em questão, firmava-se o compromisso com a moralidade e com a responsabilidade, constituindo-se em leituras que poderiam ser realizadas por mocinhas ainda solteiras, sem qualquer censura prévia. Contudo, é importante pontuar que alguns dos manuais veiculavam, muitas vezes, discursos contraditórios; em grande parte, defendiam os ideais tradicionais, porém, em alguns momentos, fomentavam valores modernos. Tais contradições podem representar as tensões e as ambiguidades decorrentes do período histórico em análise. A exemplo de um pensamento moderno, um dos manuais sugere:

Sem dúvida, uma das circunstâncias que muito contribui para o desenvolvimento da personalidade, é viver por algum tempo, fora do lar. Embora sendo o lar a melhor escola da educação social, o mínimo de um ano passando longe dele será o complemento ideal para o aperfeiçoamento e consolidação dos ensinamentos nele transmitidos. [...] toda moça deve contar com essa oportunidade para o seu desenvolvimento social (PINHEIRO, 1965, p. 200).

Ao defender essa ideia, a autora afirma que ela servirá futuramente para o estabelecimento de relações agradáveis dentro do lar, ou seja, a “[...] própria conduta pessoal tende a elevar-se a um nível superior ao comumente adotado no seio da família” (PINHEIRO, 1965, p. 201).

Nesse sentido, pode-se perceber a ênfase na valorização da família e do lar como ambiente de harmonia e felicidade, o qual deveria estar sempre bem cuidado. Para isso, cabe à mulher a responsabilidade por sua administração.

Se a esposa não pode tornar luminoso e feliz o lar doméstico, de modo que o torne o mais limpo, doce e amado refúgio de seu marido, onde êle encontre consôlo e descanso das pernas e fadigas da vida exterior, então que Deus se amerceie do pobre homem, porque na realidade êle carece de um lar (BONINI, 1963, p. 89).

Outra questão bastante valorizada pelos manuais era a importância da boa aparência, pois ela representava um dos fatores responsáveis pela manutenção do casamento. Uma mulher bonita, bem arrumada e de aparência jovial era sinônimo de paz e felicidade no lar, já que, assim, o marido não se interessaria por outras mulheres. Nesse sentido, era enfatizada a necessidade de toda mulher conhecer os artifícios responsáveis por uma aparência agradável (PINHEIRO, 1965).

As mulheres nas décadas de 1950 e 1960 eram valorizadas, especialmente, por suas supostas qualidades de rainha do lar, tanto as mulheres já coroadas, como aquelas em vistas de se coroar. Além disso, a mulher era considerada a principal responsável pela felicidade doméstica. Isso significava atribuir a ela uma função intransferível e significativa sobre a casa e a família. Mesmo com todo o fardo que essa tarefa pudesse trazer, a mulher deveria sempre manter e conservar “intáctos os dons com que a natureza a dotou” (HELENA, 1955, p. 278).

Contudo, de acordo com estudos de Cardoso (2009), havia um problema que vinha ameaçando essa ordem: a falta de preparo das mulheres para exercerem a função de esposa e para cumprirem os deveres exigidos pelo casamento. A esse respeito, um dos manuais adverte:

A perfeita organização de um lar depende de orientação firme e esclarecida. Não terá competência de ordenar a execução de um determinado serviço, quem não souber fazê-lo. Na contingência da vida moderna, mesmo com tarefas externas, pode a mulher aproveitar inteiramente as horas que passa em seu lar. O desequilíbrio social, que já se começa a sentir, acentua-se com a atitude da mulher abandonando os serviços caseiros (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11).

As atribuições domésticas, tidas exclusivamente como femininas, eram consideradas como preceitos indispensáveis, “os encargos naturais da vida” (PINHEIRO, 1965, p. 14) e das quais dependiam a felicidade e o bem-estar dentro do lar. E, para que essa tão desejada satisfação fosse alcançada pelas esposas, era necessário que elas tivessem um bom desempenho em relação às prendas domésticas, tais como: ter domínio no governo da casa, saber agradar ao marido e aos filhos, saber cuidar da aparência, ser uma boa cozinheira e saber controlar e economizar o dinheiro do esposo, critérios e obrigações estas fundamentais para a definição de mulher ideal. Esses preceitos faziam parte da receita para

se conseguir manter um casamento. A esse respeito, Gilda Helena (1955) enfatiza: “Esforce-se para ser a mulher perfeita: a mulher virtude, a mulher coragem, a mulher mãe”, porque “Você desta forma, [...] estará, sim, eternizando sua felicidade conjugal” (HELENA, 1955, p. 9 e 278).

Nos anos de 1950 e 1960, acreditava-se que a manutenção da ordem e do equilíbrio social estava sob ameaça, pois a inexperiência e a imprudência que muitas mulheres vinham demonstrando ao desempenhar suas funções estariam resultando em muitos lares desestruturados ou até mesmo destruídos. Com isso, era enfatizada a necessidade de que as esposas aprendessem as verdadeiras funções do casamento – objetivo almejado pelos manuais de instrução femininos.

Nesse sentido, acredita-se que tais manuais tiveram fundamental importância no processo de aprendizagem e de conformação das normas para as identidades e os papéis atribuídos ao feminino. Com base nas orientações e nos conselhos normatizadores veiculados por esses manuais, foi elaborado um quadro de assuntos abordados, para uma melhor representação do que era considerado próprio e de interesse do feminino.

Assuntos abordados	Manuais de Instrução Femininos					
	Economia Doméstica e Puericultura (1954)	Aprenda a ser Esposa e Mãe (1955)	Noções de Economia Doméstica (1957)	Boas Maneiras (em família) (1963)	Aparência Pessoal: conselhos a minha filha (1965)	Coleção Feminina (1968)
Arrumação e Higienização da Casa	X	X	X	X		X
Decoração da Casa	X	X	X	X		X
Vestuário (Higienização e Organização)	X	X	X			X
Alimentação	X	X	X	X		X
Culinária		X				X
Boa Aparência (Beleza, Saúde e Higiene)		X	X	X	X	X
Puericultura e Educação dos Filhos	X	X	X	X	X	X
Economia Doméstica	X	X	X	X		
Enfermagem e Primeiros Socorros	X	X	X			
Moda					X	X
Boas Maneiras, Civilidade e Sociabilidade			X	X	X	X
Serviço Social	X	X				

As atividades relacionadas aos cuidados da casa e da beleza aparecem quase como um destino ligado à feminilidade. A responsabilidade pela arrumação e limpeza do lar, a organização dos móveis e dos objetos de decoração, os cuidados com o marido e os filhos e os cuidados com a aparência do corpo faziam parte de um conjunto de expectativas e de prerrogativas atribuídas às mulheres dos seguimentos mais abastados.

Tendo isso em vista, as categorias selecionadas e descritas abaixo correspondem às atividades e atribuições, das quais as mulheres, para serem consideradas boas esposas e donas de casa ideais, deveriam ter absoluto domínio. Nesse sentido, será mostrado que os conselhos e as orientações veiculados pelos manuais investigados contribuíam para ensinar e educar as mulheres, no que diz respeito ao bom desempenho de tais atividades.

4.1.1 **Prendas domésticas**

A ambição de uma dona de casa deve visar o resultado meritório de fazer muito com pouco.

(*Urban Dubois* – Aprenda a ser esposa e mãe, 1955, p. 101)

Como aponta Pila (2008), em uma sociedade em que as marcas de identidade de gênero e distinção evidenciavam-se nos mínimos detalhes, os objetos que compunham o arranjo dos espaços dos lares, a organização doméstica e a administração dos comportamentos eram requisitos fundamentais para o desempenho do papel de uma dona de casa ideal.

O domínio das prendas domésticas era algo que qualquer mulher deveria dominar, caso quisesse ser bem sucedida como dona de casa. Dentro dessa atividade se enquadrava: a limpeza e a organização da casa, os conhecimentos sobre técnicas de passar e lavar, o cuidado com os filhos, saber cozinhar bem, ser econômica e, ainda, ter noções sobre primeiros socorros e decoração. E, para que uma mulher fosse realmente considerada prendada, ela deveria se especializar em alguma atividade extra, como tricotar, bordar, costurar ou pintar.

A inquietação provocada pelas prendas domésticas, no sentido atribuído por Pilla (2008), estava relacionada à verdadeira virtude da dona de casa. As avaliações acerca das qualidades e desempenhos de uma verdadeira rainha do lar começavam já na porta de entrada e pela sala de estar. Se na porta faltasse o capacho, se o chão fosse pouco asseado, se houvesse objetos espalhados pelos móveis, não se poderia encontrar nesse lar uma dona de casa ativa e ordeira. Assim, a boa dona de casa, aquela que desempenhava a contento o

seu papel, nunca se preocuparia com o olhar alheio. Já aquela descompromissada com os afazeres domésticos corria o risco de revelar-se como antítese do modelo esperado, podendo receber o título de desleixada e desordeira. Esse era o grande temor de qualquer dona de casa.

Nesse sentido, os ensinamentos acerca dos dotes domésticos é um dos assuntos mais recorrentes nos manuais. Deles dependiam a felicidade e a harmonia do lar e o bom relacionamento do casal. Por isso, era tão importante que a mulher tivesse conhecimento e domínio de tais práticas. Um dos manuais chega a utilizar um tom enérgico e ameaçador para justificar o valor das prendas domésticas para a dona de casa. “Cada mancha que aparecer, se avolumará em nuvem ameaçadora, no céu tranquilo do lar. Ao passo que as cortinas forem amarelecendo, irão também empalidecendo as efusões carinhosas com que você tanto sonhou durante o noivado” (HELENA, 1955, p. 8). Nesse mesmo sentido, outra autora argumentava: “[...] tem a mulher papel indeclinável no lar. Para êsse fim foi ela destinada e somente ali poderá encontrar a verdadeira felicidade, longe das ilusões que o mundo possa oferecer-lhe” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11).

Desse modo, o universo que circundava as tarefas domésticas era constituído por uma linha divisória bastante nítida entre o que era considerado de responsabilidade feminina e o que era de responsabilidade masculina dentro do lar. Às mulheres cabiam atividades como cozinhar, passar, lavar, limpar, cuidar dos filhos e do marido, atividades estas consideradas deveres exclusivos e naturais do sexo feminino: “O govêrno da casa compete à mulher [...]” (BONINI, 1963, p. 37). Já aos homens, dentre as atividades domésticas, cabia apenas pequenos consertos e reparos. Ajudar a esposa não correspondia a uma obrigação masculina, era considerado apenas uma gentileza ou uma distração. Isto porque

A ele cabe o trabalho externo de onde virão os bens materiais que cobrirão os gastos da casa; a você caberão, no desempenho de seu papel de dona de casa, as responsabilidades de bem administrar êsse capital, de transformar sua casa num lar acolhedor onde haja limpeza, conforto, beleza e êsse aconchêgo tranquilizador que só o amor sabe ditar (HELENA, 1955, p. 9).

Tal divisão, considera Bassanezi (1996), não deveria ser questionada pela esposa, que não deveria cobrar do marido a participação nos serviços do lar, nem aborrecê-lo com manias de limpeza e arrumação, pois da aceitação dependia o equilíbrio conjugal e a

harmonia doméstica. Nesse sentido, uma das autoras aconselhava:

Lembre-se, sempre, que você não se casou para reeducar seu marido e sim para dar-lhe suavidade à vida, suavidade mais grata a você, talvez, por sentir-se a responsável por tudo que de bom os cerca. Se seu marido voltar da luta diária, deve encontrar em casa o oásis em que tudo lhe sorria. Se, procurando uma posição mais cômoda, amarrotar as almofadas do divã você as consertará, sorridente, quando êle se levantar. Se as cinzas de seu cigarro cair sôbre o tapete, não censure. Limpe-a disfarçadamente. Não lhe imponha seus hábitos. Aceite os delê adaptando-os, com suavidade, ao seu modo de querer (HELENA, 1955, p. 8).

A maioria dos manuais não menciona a possibilidade de uma divisão de tarefas domésticas entre os cônjuges, como, por exemplo, ajudar a esposa a cuidar dos filhos ou a lavar a louça. Dentre eles, apenas Aracoeli Pinheiro (1965), ainda que de forma bastante superficial, cobra uma maior participação do homem nas atividades da casa: “Embora os arranjos domésticos sejam de responsabilidade da mulher, muito poderá ser feito pelo homem para ajudá-la nesse sentido” (PINHEIRO, 1965, p. 204). Apesar de tal menção, a autora não revela que tipo de atividade os homens poderiam realizar para ajudar as esposas.

As dicas veiculadas pelos manuais não abstêm as mulheres de suas responsabilidades, mas mencionam a possibilidade de as donas de casa contarem com o auxílio de uma empregada doméstica. Isso, porém, não é motivo para que se ausentem ou negligenciem suas responsabilidades dentro do lar, pois são elas que deverão administrar e fiscalizar todas as atividades realizadas pela profissional.

Mostre-lhes onde guarda os objetos indispensáveis para casa, como panelas, pratos, talheres, copos, panos de prato, pertences de limpeza, mantimentos etc. Diga-lhes qual o sistema que adota na casa, indique-lhe o planejamento semanal dos trabalhos. Faça observações quanto ao tipo de comida, detalhes de lavagem e passagem de roupas, esquema de compra, para que a empregada fique ciente do que se passa em seu lar, nos aspectos indispensáveis ao bom serviço. Pouco a pouco ficará entrosada no seu esquema. Cuide também dos uniformes, que poupam a roupa e dão um ar mais limpo e profissional à casa. Veja nosso esquema:

- 2 uniformes para uso diário (1 azulão e outro riscado)
- 1 uniforme de festa (o prêto é o mais fino)
- 3 aventais para uso diário, de algodão
- 1 avental plástico para lavagens e limpezas
- 1 avental fino, branco, de organdi ou cassinha

(SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 29).

O trecho deixa evidente que organizar e coordenar o trabalho a ser realizado por uma “secretária doméstica” não é uma simples atividade, é algo que exige muito da dona de casa, além da preocupação em confiar os cuidados do lar a uma pessoa que não conhece. É devido a isso que Gilda Helena (1955) enfatiza: “Roube, das mãos das criadas, tudo aquilo que as suas mãos puderem fazer. Você, desta forma, não estará apenas preservando móveis e adornos. Estará, sim, eternizando sua felicidade conjugal” (HELENA, 1955, p. 7).

Para facilitar a vida da dona de casa, os manuais sugerem diversas dicas práticas, para que possa desempenhar, da melhor forma possível, suas atribuições e funções femininas. Tais instruções têm como objetivo facilitar e ordenar o trabalho doméstico, visto que um lar e um casamento harmonioso dependem desse desempenho.

Não basta possuir uma casa bonita, de acôrdo com todos os preceitos da arrumação; é preciso que tanto o imóvel como tudo o mais que êle contenha, sejam mantidos na mais perfeita ordem e na mais rigorosa limpeza [...] Não tem horários e limites, nem dias diferentes, pois o trabalho indispensável ao bom gôsto da casa nunca termina. Todavia, é possível disciplinar o trabalho doméstico por meio de métodos estabelecidos (BONINI, 1963, p. 37).

Com base nesses preceitos, os manuais, com o intuito de ajudar as donas de casa no desempenho de sua árdua tarefa, propõem, para isso, várias formas de otimizar o trabalho doméstico. Assim, apresentam dicas e orientações, que vão desde tirar manchas de roupas e objetos, arrumar os armários, organizar a rotina de limpeza da casa durante o dia e a semana até consertar roupas e cuidar dos animais de estimação.

Uma dona de casa que se preze, aponta Pilla (2008), deveria saber dividir bem as atividades dentro da casa, pois a ordem e o planejamento eram algo que estava diretamente relacionado à economia de tempo desempenhada nas lides. Além disso, a ordem era uma “[...] das colunas sôbre as quais se apóia o edifício da felicidade [...] Porque dela dependia em grande parte, a paz, a alegria e a prosperidade do lar” (BETÂNIA, 1957, p. 50).

Assim, técnicas e habilidades no desempenho das atividades da casa eram competências que se esperava de toda dona da casa. Para isso, os manuais indicavam que a execução das prendas domésticas deveria ser organizada e planejada, buscando sempre

evitar “tudo o que era supérfluo, desnecessário ou que não tinha utilidade” (BETÂNIA, 1957, p. 51). O guia “Boas Maneiras (Em Família)” chega a sugerir a adoção de um sistema de inventário, pois, segundo a autora, a “planificação do trabalho doméstico era tão importante quanto o esquema de orçamento da casa” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 122), sobretudo, para as mais inexperientes no assunto, pois ajudaria a fazer com que o trabalho de casa rendesse mais, economizando tempo.

A importância do domínio da dona de casa em relação à administração das prendas era algo que todos os manuais traziam, cada um da sua forma, apresentando um esquema de organização das atividades domésticas. Bonini (1963) chega a se apropriar do mecanismo de produção Taylorista, aplicando suas leis de rendimento ao trabalho doméstico, “[...] a fim de auxiliar tôdas as donas de casa cujo trabalho, pela natural diversidade, deve ser submetido a um sistema disciplinado” (BONINI, 1963, p. 37). Desse modo, com ordem e método, a mulher conseguirá se organizar e até sobrar tempo livre para “[...] fazer as coisas que gosta ou necessita, sem ficar aflita pensando nos horários” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 122).

A desordem da casa, ressaltava Pilla (2008), era considerada uma das maiores causas de desavença no lar, podendo refletir, até mesmo, na atuação profissional do marido. Marta de Betânia (1957), em seu manual, chega a nomear “[...] os sintomas que caracterizam a ‘desordem’ em uma mente feminina”: “a) Indiferença pelos deveres do estado; b) Ociosidade; c) Dissimulação (falta de lealdade); d) Futilidade – Tempo mal empregado em divertimentos condenáveis” (BETÂNIA, 1957, p. 52).

Para evitar esse tipo de comportamento, era “[...] interessante para a mulher procurar governar a casa e executar seus deveres, solucionando o problema dos afazeres domésticos com horários para os mesmos” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 11). Assim, a realização das atividades domésticas deveria ser feita diariamente, semanalmente e mensalmente. Para isso, tudo deveria ser esquematizado. No trabalho diário, a dona de casa deveria:

Abrir tôdas as janelas para arejar a casa; retirar as roupas de cama e entendê-las ao sol ou ao ar livre; preparar a primeira refeição e, em seguida, lavar e guardar a louça utilizada; bater bem os colchões e arrumar as camas; limpar todos os tapêtes, varrer os pavimentos, limpar o pó de todos os móveis, arranjar todos os objetos em seus respectivos lugares, escovar a roupa e lustrar os sapatos; lavar o quarto de banho e arear todos os aparelhos sanitários; fazer a despesa do dia; preparar o

almôço; tirar a mesa, lavar e guardar a louça do almoço, limpar e arrumar a copa e a cozinha. Depois do meio-dia: fazer um serviço que adiante o expediente do dia seguinte; preparar o jantar, lavar e guardar a louça usada, arrumar a cozinha e cobrir as camas” (BONINI, 1963, p. 41-42).

Já para os trabalhos semanais, a dica era para que se fizesse uma tabela das atividades:

Segunda-feira – O trabalho diário do costume. Ensaboar a roupa branca e lavar a roupa branca e lavar a roupa de côr. Lustrar as partes metálicas das portas e janelas.

Têrça-feira – Tarefa diária do costume. Torcer a roupa branca.

Quarta-feira – Tarefa diária do costume. Separar a roupa enxuta para os devidos reparos; passar, engomar e guardar.

Quinta-feira – Tarefa diária do costume. Passar roupa. Limpeza geral da copa e cozinha: armário e gavetas.

Sexta-feira – Serviço diário. Adiantar a limpeza geral do sábado.

Sábado – Lavar o pavimento dos terraços, escadas, jardim e quintal. Limpeza geral nas salas e quartos, arrumação dos utensílios de cozinha.

Domingo – Arrumar a casa, preparar o almoço, arrumar a cozinha (BONINI, 1963, p. 42).

Para os trabalhos mensais, os conselhos eram para que, uma vez ao mês, fosse realizada “uma limpeza mais completa”, ou seja, “uma grande faxina na casa”. Tal esquema era considerado infalível e, com o tempo, a dona de casa perceberia que tudo ficaria mecânico e o trabalho passaria a render mais, sobrando até mesmo “uma horinha por semana para verificar se não falta nada em casa, se os botões estão em seus lugares, se não é preciso costurar alguma peça” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 122).

Os manuais investigados são unânimes em apresentar truques e dicas práticos para tornar a vida da dona de casa mais fácil. Por exemplo, para não lacrimejar na hora de cortar cebola, deve-se “colocar, na ponta da faca, uma grossa fatia de pão, que absorverá o irritante odor” (SANGIRARDI, 1968, v.6, p. 132). E para retirar o mal cheiro do banheiro: “O ácido muriático é um perfeito detergente desodorante. (BONINI, 1963, p. 44). Só no manual escrito por Gilda Helena (1955) existem cem dicas úteis, que, segundo ela, contribuem para ajudar e facilitar as mulheres em suas atividades domésticas.

Considera Pilla (2008) que, no período analisado, o discurso médico que pregava a vigilância e a atenção da mulher em sua função de dona de casa era bastante forte. Responsável pelo bem estar em seu lar, ela deveria zelar pela saúde de seu marido e filhos e todas as pessoas que viviam sob seu teto. Segundo a autora, para os higienistas da época,

cuidar do lar era justamente preocupar-se com a limpeza e a higiene, na luta incessante contra tudo que poderia vir a macular a imagem do lar harmonioso. Para Maria de Betânia (1957), a higiene era “a irmã gêmea da ordem” e o seu principal objetivo era “evitar as doenças e todos os prejuízos que a falta de asseio e desmanzêlo” (BETÂNIA, 1957, p. 53) pudessem trazer, pois eram “nos bons hábitos de higiene que repousavam as bases da saúde” (HELENA, 1955, p. 241).

Grechi e Penna (1954) preveem um cuidado especial com a higienização dos ambientes. Seus conselhos são seguidos por um alerta sobre os cuidados com a limpeza e se estende aos causadores de acidentes domésticos. Segundo os autores, na organização dos espaços da moradia, “[...] deve-se observar se as tomadas estão em bom estado, as ferramentas afiadas, líquidos inflamáveis e remédios venenosos guardados em lugares seguros” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 29). A ênfase nos cuidados a esses elementos arremata seus conselhos, advertindo sobre a responsabilidade da dona de casa pela boa condução do lar em todos os aspectos. Devido a isso, era indispensável que toda esposa dedicada possuísse conhecimento a respeito de práticas de enfermagem e primeiros socorros.

No lar o enfermeiro é a dona de casa. E as jovens que se preparam para as atividades domésticas, devem saber desincumbir-se dessa parte de sua missão, parte essa que revela entre tôdas, de modo mais eloqüente e nobre, o sentimento de caridade, de amor e de abnegação de que é dotado o coração da mulher, esposa, mãe ou irmã (GRECHI; PENNA, 1954, p. 145).

Destaca Cardoso (2009) que a boa dona de casa deveria dominar as noções básicas de puericultura, pois, apropriando-se desses saberes, as mães poderiam zelar pelo bem estar de suas famílias. Segundo esse discurso, as mães eram as responsáveis pela criação de seus filhos e deveriam fazer isso de forma racional. Para Maria de Betânia (1957), a puericultura representava, “uma responsabilidade sagrada, um dever que não admite meio termo na maneira de ser desempenhado” (BETÂNIA, 1957, p. 115).

De acordo com Cardoso (2009), nas décadas de 1920 e 1930, a situação das crianças no Brasil era considerada muito grave, tendo em vista o alto índice de mortalidade infantil. Isso era atribuído, segundo os médicos, à alimentação artificial e à falta de domínio das mães sobre noções básicas de higiene, de puericultura e a transferência da maternidade para outras mulheres, muitas delas despreparadas ou doentes. Esse tipo de

atitude era bastante comum entre as mulheres das classes mais abastadas, que estavam mais preocupadas com o luxo e com os lazeres do que com a criação dos filhos.

Com efeito, era enfatizada, declara Cardoso (2009), a necessidade de as mães assumirem elas mesmas a criação dos filhos, destacando-se o aleitamento materno como indispensável ao bem estar e à saúde da criança, mas também como prática fundamental para o progresso e o desenvolvimento da nação brasileira, já que o futuro desta dependia de jovens fortes e sadios. Nesse sentido, os discursos veiculados pelos manuais retomavam argumentos semelhantes a esses, nos quais buscam limitar o feminino à condição de mulher-mãe. No manual “Noções de Economia Doméstica”, a autora afirma que, “[...] da indiferença, do desleixo e da ignorância dos que são responsáveis por essa tarefa, podem resultar as piores conseqüências para a criança, para a família e para a sociedade” (BETÂNIA, 1957, p. 115).

Nos ensinamentos veiculados por outro manual sobre a questão da puericultura, o argumento recorrente sobre sua importância para a sociedade é enfatizado:

Cabendo a mulher a direção do lar e o cuidados dos que nêle vivem, possui ela, primeiro na maternidade e depois na criação dos filhos, um encargo social relevante, do qual pode justamente orgulhar-se. E a sociedade reconhece o mérito e o valor do seu trabalho, amparando-a em todos os momentos, no desempenho da sua nobre função (GRECHI; PENNA, 1954, p. 145).

Foi observado que todos os seis manuais abordam o tema, que nem sempre se apresenta com o mesmo título (puericultura). No entanto, todos são unânimes em afirmar, por meio de normas e conselhos, que a alimentação, o vestuário, a higiene e a educação das crianças eram algo fundamental não só para um lar sadio, mas também para todo o desenvolvimento da sociedade brasileira, responsabilidade esta que cabia exclusivamente à dona de casa. Para demonstrar toda a espiritualidade dessa missão específica da mulher, Ínside Bonini (1963) se apropria de um poema de Henriette Charsson:

Minha doce boneca, quando te fazes esperar
Longo, longo é o tempo, sem fim passam os dias
Quando penso em teu lindo corpinho,
Quando imagino tua frágil cabecinha,
Grito de felicidade e meus braços
Amoldam-se em forma de berço
Quanto terei que purificar-me, ó meu filhinho, para ser digna
E tornar-me diamante puro,

Pérola nacarina, ouro virgem,
 Trigo imaculado, cêra alva,
 Para que tua alma de mim
 Saia tão clara como ao evadir-se do éter flamejante? (BONINI, 1963, p. 96).

Nesse sentido, nos anos 1950 e 1960, ser mãe era parte integrante de qualquer casamento e destino de toda mulher. De acordo com Bassanezi (2010), dedicar-se aos filhos era mais que uma alegria, mais que uma obrigação social, era a sagrada missão feminina. Desse modo, o ideal de mulher dedicada às atividades do lar envolvia o cuidado dos filhos. Assim, a maternidade era colocada acima de qualquer função ou atribuição que a mulher pudesse ter; nenhuma outra atividade ou dever, dentro do casamento, se igualava a esta. De acordo com Maria de Betânia (1957), a felicidade da mãe dependia da felicidade dos filhos.

Em “Boas Maneiras (em família)”, a autora afirma que “a finalidade precípua do casamento é, sem dúvida, a procriação. Egoísmo monstruoso seria furtar-se a êsse imperativo da natureza, a essa ordem biológica e social” (BONINI, 1963, p. 95). Dando continuidade a essas ideias, Sangirardi (1968) afirma que, “[...] em tôda a natureza, a mulher e a fêmea é que foram criadas para conceber e o instinto materno é coisa inata” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 128).

Bonini (1963) reforça e reproduz a ideia de maternidade como meta e ideal de felicidade para as mulheres, referindo-se a ela como atributo religioso, quase sagrado, do qual a mulher que não foi abençoada com seu dom é digna de desprezo: “Na Sagrada Escritura encontra-se freqüentemente a glorificação da maternidade e o desprêzo pela mulher estéril” (BONINI, 1963, p. 95).

Os manuais em questão versavam sobre os diversos aspectos do cuidado, do desenvolvimento e da educação infantil, que vão desde a alimentação, a formação moral, o vestuário, a higiene até como se prevenir e cuidar das doenças. Tais tarefas exigem responsabilidade e sacrifício inegáveis. Nesse sentido, Bonini (1963) instrui:

As môças que se apresentam para o casamento carecem de uma preparação adequada, principalmente quando aspiram à maternidade, portanto o sentimento materno em si é um atributo congênito: o de que realmente necessitam é de uma orientação certa a respeito da nobre missão que lhes caberá no casamento (BONINI, 1963, p. 96).

Desse modo, é possível perceber que a maternidade era compreendida como parte da nobre e sagrada missão feminina. Ser mãe era compreendido como um símbolo de mulher e pré-requisito para o ideal de boa esposa. As responsabilidades da função de mãe veiculadas pelos manuais reforçam e reproduzem um modelo de feminino e feminilidade predominante no período.

Outra questão apontada por Pereira (2010) e abordada pelos manuais como prática feminina era a decoração e ornamentação dos ambientes. Segundo a autora, com a onda de americanização dos costumes experimentada a partir da década de 1940, amplia-se o mundo da arquitetura voltado para a transformação dos interiores domésticos. Sobretudo na década de 1950, o estilo americano de morar conquista adeptos nas camadas altas e médias, concedendo espaço a ambientes projetados. Com isso, começa-se a relacionar a boa administração da casa, os conceitos de refinamento, bom gosto e elegância aos espaços domésticos. O direcionamento feminino nos cuidados com o lar passa a incluir a responsabilidade pela decoração da casa, que deve imprimir aos ambientes, além da limpeza e arrumação, um senso artístico, um diferencial e um equilíbrio de cores, iluminação adequada, tamanhos e variedades de objetos, sem exageros.

Sobre o tema decoração, os manuais “Aprenda a ser esposa e mãe”, “Boas Maneiras (em família)” e o “Economia doméstica e puericultura” discutem o assunto de maneira bastante semelhante, aconselhando as mulheres desde o planejamento da construção da casa até a disposição interna dos cômodos, a melhor opção de pintura e iluminação, a escolha e a disposição dos móveis entre os ambientes. Em “Economia doméstica e puericultura”, os autores chegam a sugerir, como exercício para visualizar a melhor forma de disposição dos móveis no ambiente, a elaboração de um tipo de maquete em uma cartolina. Já Íside Bonini aconselha:

Resolvida a escolha da casa ou apartamento, precisamos pensar na organização do espaço interior e seu embelezamento. Para isso, devemos estudar cuidadosamente a finalidade a que se destina cada peça, para verificar o tipo de mobiliário que ela exige, consultar as preferências dos diversos membros da família, que devem ser atendidas na medida do possível, para depois procedermos à distribuição dos móveis (BONINI, 1963, p. 23).

Dessa forma, é possível perceber que, apesar de contar com a opinião dos outros

membros da família, a tarefa de decorar ou bem ornamentar os ambientes domésticos era uma obrigação exclusivamente feminina. Outro aspecto significativo que perpassa os manuais em questão é a sobriedade na escolha dos objetos decorativos.

A decoração de uma casa deve ser sóbria, elegante, distinta. Como em tôdas as cousas da vida deve ter tudo em sua medida exata. Às vêzes num interior tudo é belo; cada detalhe tem um encanto especial e, no entanto, o conjunto não agrada. Há qualquer coisa demais, qualquer coisa destoando. A descrição é, ainda, o traço marcante da elegância e por isso a escolha dos móveis e objetos, que devem guarnecer nossa casa, deve recair sempre nas cousas belas pela sua simplicidade, pelas suas linhas sóbrias, pela pureza de sua forma (HELENA, 1955, p. 39).

Nesse trecho, o que chama a atenção não é só o tratamento conferido à decoração da casa, mas também a semelhança existente entre as características, como a distinção e discrição, pensadas para a ornamentação do lar e as qualidades e os comportamentos esperados e exigidos da mulher da década de 1950 e 1960. Essa mesma sobriedade é incentivada por Grechi e Penna (1954), segundo os quais a arrumação dos móveis em uma casa “[...] para torná-la mais agradável, deve basear-se no racionalismo, simplicidade e proporção” (GRECHI; PENNA, 1954, p. 12). Nesse sentido, é possível perceber que as considerações feitas pela autora, ao mencionar qualidades, como sobriedade, simplicidade, beleza, elegância e pureza, também se relaciona às representações de feminino e feminilidade.

O manual “Coleção Feminina” dedica quase um volume inteiro ao assunto decoração. Nele a autora conta como foi ocorrendo o processo de evolução dos objetos mobiliários, desde o nomadismo, passando pelo Egito, pela Grécia, pelas cortes dos reis da França, Espanha e Inglaterra, até chegar ao estilo considerado moderno. A autora dá conselhos detalhados sobre vários estilos, cores, estampas, texturas, demonstrando sempre qual a melhor opção para cada ambiente, além de dar dicas preciosas sobre os acessórios que, segundo ela, é o toque final de uma decoração, pois “é onde se manifesta o gosto pessoal de quem a realizou” e não “prestar a devida atenção a esta última etapa pode conduzir à destruição da harmonia de um conjunto” (SANGIRARDI, 1968, v.6, p. 61). Para ajudar e facilitar a escolha das donas de casa, a autora recorre a muitas figuras e imagens, que, por vários momentos, concretizam seus ensinamentos.

Para o bom desempenho das prendas domésticas, cozinhar bem era um dos

requisitos indispensáveis para o reconhecimento de uma mulher como esposa ideal. O domínio de tal atividade era visto como garantia de conquista do marido e manutenção do casamento (BASSANEZI, 1996). As habilidades das esposas na cozinha era algo bastante valorizado. Do mesmo modo que “Aprenda a ser esposa e mãe”, a “Coleção Feminina” aconselhava as esposas a não se descuidar desse dote. As donas de casa deveriam conhecer e preparar os pratos favoritos dos maridos e, sempre que possível, os esperarem com boas refeições. Sangirardi (1968) aconselhava a elaboração de uma planificação, para que a esposa dedicada não errasse na hora da escolha do cardápio.

Uma boa idéia é pedir para marido para escrever um **menu** grande e amplo, apreciado por êle. Você pode conhecê-lo de corpo e alma. Mas pode ser que na hora de fazer um prato, você fique em dúvida se êle prefere cenoura ou abóbora. Assim, você não terá chance de errar. Pendure o menu-oficial na cozinha e ganhe pontos como dona-de-casa (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 122).

Em seu manual “Coleção Feminina”, a autora dedica três, dos seus seis volumes que compõem a coleção, à arte culinária, com receitas das mais variadas. Em “Aprenda a ser esposa e mãe”, a autora dedica seis capítulos para tratar do assunto, com muitos conselhos e dicas, que vão desde a organização de cardápios, a arte de comer bem, como e o que cozinhar para convidados inesperados, receitas econômicas, além de ensinar para a dona de casa as propriedades nutritivas dos alimentos e alguns segredos e truques sobre a arte de cozinhar bem.

Para Bonini (1963), a cozinha é a parte mais importante da casa, pois é nela que se prepara a alimentação da família, uma tarefa quase sagrada da boa dona de casa. Em seus estudos, Pilla (2008) afirma que os discursos médicos predominantes no período analisado pregavam a vigilância e a atenção da mulher em sua função de dona de casa. Responsável pelo bem estar e pela saúde de seu lar, ela deveria, acima de tudo, preocupar-se com a higiene e limpeza desse espaço e em oferecer à família uma alimentação saudável.

Além disso, Bonini (1963) afirma que a dona de casa deveria se preocupar com a decoração desse espaço, no qual ela passaria grande parte de seu tempo:

[...] cores vibrantes salpicando e quebrando a monotonia do branco, tornando o ambiente risonho, cantante. A iluminação, a ventilação e a calefação são tratadas com o máximo interesse para que dêem maior rendimento. Todo o equipamento entra nos planos da estética para formar

um conjunto harmonioso [...] Cortinas alegres na janela ampla, continuam o plano decorativo e completam a beleza do conjunto (BONINI, 1963, p. 29).

O bom gosto deve se estender à utilização dos eletrodomésticos: “Além destes elementos necessários a decoração, a ciência põe a disposição da dona de casa uma infinidade de aparelhos da mais alta utilidade, os quais constituem auxiliares de primeira ordem” (BONINI, 1963, p. 29). Sobre tais aparelhos, afirma serem de grande préstimo no fator higiene e economia.

De acordo com Cardoso (2009), o consumo, durante as décadas de 1950 e 1960, significava uma prática imprescindível à vida doméstica feminina. Para desempenhar bem o papel de dona de casa, as mulheres precisavam, portanto, consumir os novos produtos disponíveis no mercado. Argumentava-se constantemente que as mães deveriam trazer a casa limpa, longe de impurezas que pudessem pôr em risco a vida de seus familiares. Conforme o ideário defendido por Bonini (1963) em seu manual, as mulheres precisavam, ainda, para um maior conforto e higiene da cozinha e do lar como um todo, “de uma bela coleção de utensílios, da melhor qualidade possível e encontrados no comércio” (BONINI, 1963, p. 30). Com isso, oferece a suas leitoras uma lista, segundo ela, “mais ou menos completa”, desses utensílios.

No entanto, uma das práticas que cabia à dona de casa bem administrar era a de economizar o dinheiro de seu marido. Com efeito, era enfatizada a necessidade de as esposas saberem economizar, inclusive, na hora de preparar a alimentação da família. A dona de casa deveria saber planejar para que nada fosse desperdiçado e, ao mesmo tempo, agradasse aquele que a amava. Desse modo, não faltavam nos manuais dicas e orientações de como saber preparar e apresentar adequadamente os pratos econômicos. Sobre isso, Gilda Helena (1955) afirma que “o gosto estava numa dependência tão direta da vista que os alimentos se tornavam muito mais gostosos quando apresentados com arte” (HELENA, 1955, p. 117). Helena Sangirardi (1968) completa essa ideia, afirmando que até “a côr tinha influência sôbre o gosto e a digêstão.” Dessa forma, não importava se a comida havia sido preparada a partir de reaproveitamentos ou de forma econômica, o importante era a beleza com que se apresentava e o amor acrescentado no momento de sua preparação. A autora se utiliza, para isso, de recursos fotográficos e imagéticos como forma de auxiliar suas leitoras nesse aspecto.

Desse modo, observando a composição e o sentido dado aos conselhos e às dicas sobre a arte de saber cozinhar e cozinhar bem, é possível notar que existe, no discurso apresentado pelas autoras, a reprodução do que era considerado como prática feminina (arte de cozinhar) e espaço no qual a feminilidade se manifesta (cozinha).

Nesse sentido, a boa mãe, a dona de casa ideal, deveria, conforme mostra Cardoso (2009), além de desempenhar bem as prendas domésticas, ser uma boa administradora, aplicando conhecimentos de finanças, pois era considerada responsável tanto pelo consumo de produtos, como pela regulação dos mesmos. Essa questão era bastante enfatizada pelos manuais, que previam a necessidade de a mulher saber conduzir bem os recursos do marido.

Segundo esses manuais, ao homem cabe a função de prover o sustento da família, trazendo seu salário para casa e entregando-o à mulher, que tem como papel administrá-lo, pois é ela quem conhece as necessidades e as despesas da família. “Um palpite nosso: é bem que a administração financeira da casa fique a cargo da mulher. Ela tem olho melhor para despesas e controle do orçamento doméstico” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 118). Nesse mesmo sentido, Grechi e Penna (1954) completam:

Compete ao chefe da família a manutenção financeira. É preceito declaratório, na celebração do casamento, que o homem terá o dever à manutenção da mulher e do lar. Quanto a dona de casa, cumpre-lhe equilibrar e orientar os gastos domésticos, de modo a proporcionar mais conforto e bem estar (GRECHI; PENNA, 1954, p. 75).

Já Gilda Helena (1955) afirma que “a lei básica da economia doméstica é a dona da casa estar sempre à frente de tudo que se passa em seu lar” (HELENA, 1955, p. 149). Nesse último trecho, é possível perceber que a autora utiliza o termo “dona da casa” ao invés de “dona de casa”, remetendo à mulher como indivíduo principal dentro do lar. É somente nessa ocasião que ela se apresenta como sujeito controlador e não submisso. Isso fica ainda mais visível quando a autora se utiliza de um ditado popular para justificar tal posicionamento: “O cavalo só engorda sob os olhos do dono, podemos afirmar que uma casa só progride se é a dona que a dirige” (HELENA, 1955, p. 149-150). No entanto, o dinheiro sempre é compreendido como algo trazido pelo homem e isso, sem dúvidas, aumenta o poder masculino na relação conjugal.

Desse modo, os manuais aconselham as mulheres a economizar, a serem ordeiras e

metódicas. Agindo de forma controlada, grande parte da economia da família estaria assegurada. O descontrole dos gastos domésticos poderia causar conflito entre os cônjuges e até o fim do casamento. Porém, em um caso de extrema necessidade da família, a mulher poderia ajudar o marido no sustento da casa, não só economizando, mas também desenvolvendo alguma atividade lucrativa, já que

Há trabalhos que podem ser feitos no próprio lar, mais leves que os serviços diários de uma casa e que poderão concorrer para que a dona de casa se poupe. Você sabe tricotar? Costurar? Bordar ou faz crochê? Se o sabe está salva a situação. Se ainda não sabe apresse-se a aprender para que possa ter uma vida mais suave, para que as angústias financeiras não venham perturbar a sua paz conjugal (HELENA, 1955, p. 149).

Segundo a autora, o importante era que o homem percebesse sempre que sua esposa, além de companheira, era sua colaboradora. Sua receita era simples:

Você orientará os serviços caseiros, lavará e passará a ferro as roupas mais finas, arrumará e limpará suas jarras, tratará de suas plantas, cuidará de seus vestidos e da roupa de seus maridos e fará por mês, dois ou três vestidos, para fóra, se souber coser; três ou quatro casaquinhos se preferir tricotar, um jôgo bordado se vai lançar mão da agulha e da linha (HELENA, 1955, p. 149-146).

De acordo com a autora, a mulher até poderia ajudar seu marido no sustento do lar, mas sem perder de vista as obrigações que a regência do cargo de dona de casa lhe impunha. A questão do trabalho feminino fora de casa não chega a ser mencionado pelos manuais, uma vez que esse tipo de trabalho era considerado desagregador do lar, podendo causar, nos maridos, a impressão de disputa por posições entre os gêneros dentro do matrimônio e isso não seria saudável para uma relação conjugal feliz.

4.1.2 Felicidade conjugal

Todo homem necessita de alguma coisa que poetize o seu temperamento. Só o amor duma mulher, digna de ser adorada, poderá poetizar.

(*Bayard Taylor* – Boas Maneiras (Em Família): casa,

higiene, beleza e personalidade, 1963, p. 91)

A felicidade conjugal era responsabilidade da mulher, constituindo-se em um dos principais requisitos, ao lado das prendas domésticas, para que ela pudesse ser considerada uma dona de casa modelo. A harmonia entre os cônjuges e dentro do lar era algo que qualquer mulher que quisesse manter seu casamento deveria se esforçar em obter. Devido a isso, a felicidade matrimonial era um dos temas recorrentes nos manuais em estudo.

Acerca desse tema, é importante ressaltar que o feminino era constantemente pensado, sobretudo, em relação ao casamento e à família. Conforme argumenta Cardoso (2009), o casamento era compreendido como vínculo indissolúvel que forjava a unidade familiar, e a mulher era considerada a base de toda essa estrutura. Cabia a ela a responsabilidade por manter essa unidade firme.

Sobre isso, os manuais de instrução feminina em estudo traziam uma visão bastante clara sobre a felicidade matrimonialmente ideal. Dentro do lar, deveria existir uma hierarquia nas relações de gênero. A mulher deveria se submeter ao homem, aceitando sua autoridade e sua condição de chefe da família. Ela deveria ser “[...] a eterna senhora daquele que a ama, devendo dar a ele a impressão que é a sua escrava obediente” (HELENA, 1955, p. 8). Contudo, essa relação também deveria ser baseada na afetividade e no amor entre os cônjuges, não existindo temor na relação homem/mulher, e sim o respeito entre eles, especialmente da esposa em relação ao marido.

De acordo com esse modelo de relação conjugal, as responsabilidades atribuídas às mulheres eram fundamentais para se alcançar a felicidade e a harmonia dentro da relação. Nos discursos veiculados pelos manuais, o marido e os filhos são sempre colocados como centro das atenções da esposa/mãe:

O bem-estar da família é a principal e a mais santa preocupação da mãe, mas esse bem-estar não depende da situação financeira do lar; não, mil vezes não. Ele depende inteiramente do cérebro e do coração da mãe. Antes de mais nada do amor, dedicação, a contínua assistência física e moral da mãe, criam aquêle ambiente íntimo, confiante, unido, que constitui a força indissolúvel do clã familiar; uma vez fortalecido esse ambiente, todos os problemas da casa, sociais, de negócio e de trabalho, serão resolvidos dentro dessa pauta que rege o interesse máximo e principal da família (BONINI, 1963, p. 93).

Nesse sentido, o bem-estar da família era o ponto de referência para a medida da

felicidade conjugal. Os conselhos veiculados às leitoras pelos manuais direcionavam-se a como fazer felizes os filhos e o marido no casamento. A felicidade da esposa era compreendida como consequência da satisfação deles: “Você vai zelar pela sua casa, pelo bem estar do seu marido, pela felicidade de ambos, pois destas depende a sua”. (HELENA, 1955, p. 8). Em outro trecho, a autora evidencia o quanto essa representação era importante no papel desempenhado pela mulher:

Dentro de seu lar, você é a figura principal em torno da qual, gravitam todos os interesses dos que aí vivem. Um momento de fraqueza, um instante de desânimo, serão suficientes para que se desmorone o incentivo de uma vida, de muitas vidas, talvez. Alguém pôs em suas mãos a própria felicidade. Desde esse momento você se deixou de pertencer; passou a ser a guarda de um tesouro alheio e seus desejos, suas paixões, seus sonhos transferiram-se para plano secundário (HELENA, 1955, p. 278).

Com base nessa compreensão, o casamento deveria centrar-se no amor, na seriedade e na observância de outros critérios considerados fundamentais à felicidade conjugal. A mulher deveria ter, além dos afazeres domésticos, o marido como centro de suas preocupações; o seu bem-estar era visto como o termômetro que media a felicidade conjugal.

Seu marido a ama, eu sei. Mas, se você se patentear uma dona de casa impecável, a esse amor se juntará o orgulho, pela acertada escôlha, em fazê-la a companheira de sua vida. Se, ao contrário, você se esquecer que o lar e o amor vivem numa dependência completa, virão aparecendo, entre vocês as primeiras decepções (HELENA, 1955, p. 7).

A partir desse argumento da autora, é possível perceber que ela trata desse assunto com um tom que chega a ser ameaçador, pois aquela que não se enquadrasse ao modelo de esposa ideal, dedicada ao marido e ao lar, correria o risco de não conseguir manter o casamento. Como a própria autora enfatiza, “a vida moderna, tumultuosa e exigente, tem desviado a mulher da missão sublime a que foi destinada” (HELENA, 1955, p. 278). Esse desvio na conduta feminina, segundo Cardoso (2009), estava articulada ao conjunto de transformações sociais e econômicas que caracterizavam as décadas de 1950 e 1960. É interessante lembrar que os processos de industrialização e urbanização configuravam um processo de modernização das relações de gênero. Era um momento de expansão da classe média, de expansão do mercado de trabalho e das possibilidades de escolarização.

Dentre os manuais em análise, apenas um apresenta um discurso mais aderente a essa nova configuração, atribuindo a responsabilidade pela felicidade no lar a todos os membros da família; entretanto, é possível notar que o peso maior ainda cabia à mulher. Assim, argumentava a autora:

Infelizmente, nem tôdas as famílias têm um verdadeiro lar, uma lar edificante, o verdadeiro refúgio do homem. Há famílias cujos membros se acham por demais dispersos; cada qual tem os seus interesses, estranhos aos interesses do lar; a própria mãe parece abdicar de seu dever e do direito que lhe assiste de dirigir sua casa, de criar o seu lar, ausentando-se constantemente, pelos motivos mais variados e algumas vêzes até fúteis. O trabalho e os múltiplos compromissos sociais, igualmente afastam o pai do lar (PINHEIRO, 1965, p. 190-191).

Mas, de modo geral, a ideia veiculada pelos manuais era de que o sucesso do casamento seria decorrente do bom exercício das funções de esposa. Conforme prevê Cardoso (2009), tais funções eram constantemente pensadas em função do marido. A mulher deveria considerar os desejos deste acima dos seus, lembrando sempre que ele era o chefe da sociedade conjugal. Assim, a esposa ideal deveria ser a companheira perfeita, o verdadeiro “anjo do lar”, buscar, a qualquer preço, agradar ao seu marido. Nesse sentido, um dos manuais aconselhava: “Você vai zelar pela sua casa, pelo bem estar do seu marido, pela felicidade de ambos” (HELENA, 1955, p. 8).

Outra questão fundamental que se colocava à boa esposa é que ela não deveria se descuidar da casa, mantendo-a sempre arrumada e organizada, pois o lar deveria ser o oásis do marido, o lugar no qual ele pudesse relaxar após um dia longo e exaustivo de trabalho. Sobre isso, Ínside Bonini (1963) argumentava:

A alegria do pai reflete sôbre tôda a família, e esta alegria só é possível a quem sabe largar no escritório ou na oficina o manto dos próprios aborrecimentos [...] A mulher inteligente e educada procura ser a síntese da suavidade; nesta disposição de ânimo ela transforma o lar num autêntico oásis (BONINI, 1963, p. 91).

Nesse sentido, a casa deveria imprimir no marido a sensação de aconchego e paz, pois

A casa é o ninho do homem, o santuário do amor e dos mais suaves afetos domésticos, a defesa da nossa intimidade, a pedra angular da família e da

sociedade. É a casa que desperta no homem o sentimento de propriedade, a consciência da personalidade. Lá fora cada coisa é genérica, pública, do primeiro que passa; só dentro da casa cada coisa é nossa e traz o timbre da nossa escolha, do nosso gosto, do nosso espírito (BONINI, 1963, p. 15).

Diante disso, a companheira ideal deveria ser capaz de adivinhar o pensamento do marido, amá-lo sem medir sacrifícios, recebê-lo com atenção e bom humor todos os dias, elogiá-lo, saber agradá-lo a qualquer custo. Para isso, outro manual sugere:

Compre flôres, areje bem a casa ou apartamento todo, coloque a roupa de cama mais fina e alegre, prepare (ou compre...) um quitute que seu maridinho ame. Coloque música. Perfume-se e apareça bem vestida [...] Depende muito de você, mulher, a manutenção desta felicidade. Não é demais lembrar o velho ditado que fala, acertadamente: **A mulher é o estio do lar** (SANGIRARDI, 1968, v. 4, p. 112, com grifo da autora).

Além disso, a boa esposa era aquela que sabia ouvi-lo, sabia falar e calar nas horas certas, que não discutia, não exigia atenção e que, acima de tudo, não aborrecia o marido com futilidades femininas. Sobre isso, o manual “Boas Maneiras (em família)” aconselhava as esposas: “A serenidade de suas atitudes e palavras impede conflitos inúteis e sempre aborrecidos, além de granjear para si mesma aquela veneração que tão bem se quadra a mãe, espôsa, à dona de casa” (BONINI, 1963, p. 92). Sobre isso, os conselhos caminhavam no sentido de alertar as mulheres para que desempenhassem suas atividades com serenidade e resignação, sem atormentar seus companheiros com “picuinhas” domésticas e nem cobrar deles uma maior colaboração nas atividades da casa. Segundo Gilda Helena (1955),

Seu marido, ao voltar da luta diária, deve encontrar em casa o oásis em que tudo lhe sorria. Se procurar uma posição mais cômoda, amarrotando as almofadas do divã você as consertará, sorridente, quando ele se levantar. Se a cinza de seu cigarro cair sobre o tapete, não o censure. Limpe-a disfarçadamente. Não lhe imponha seus hábitos. Aceite os dêle adaptando-os, com suavidade, ao seu modo de querer (HELENA, 1955, p. 8).

Muitos dos conselhos observados nas páginas dos manuais eram para que a esposa “[...] incentivasse, cultivasse e cultuasse a vaidade masculina para não ter que se queixar de Falta de Sorte no Amor...” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 29). E, além de tudo, em casos de

desavenças, “saber encerrar uma discussão, mesmo estando certa, é difícil, mas é uma beleza!” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 29). Essa dica era a principal responsável pela paz doméstica e para o entendimento conjugal, já que os “homens têm seu jeito especial para tudo. Não se amue. Concorde com o que ele quer e ficará mesmo melhor” (HELENA, 1955, p. 11).

No entanto, quando as esposas queriam alguma coisa, a melhor forma de conseguí-la era fazendo uso da sutil estratégia, carinhosamente chamada “jeitinho feminino”. Um truque muito comum utilizado pelas mulheres da época, que fazia com que os maridos cedessem sem perceber ou se zangar. De acordo com estudos de Bassanezi (2010), tal artimanha feminina era utilizada pelas esposas para obterem tudo o que desejassem e ainda para manter o marido feliz e fiel. Esse segredinho de sedução feminino das décadas de 1950 e 1960 era sempre preferido e recomendado em detrimento das discussões. O conselho a seguir demonstra como essa estratégia era indicada como receita para que a mulher conseguisse o que queria:

Aprenda, e não se esqueça, que para nossa vontade vencer é preciso que, aparentemente, ela se apresente em segundo plano. Diga – sim – a tudo que seu marido quiser, depois, com jeitinho, vá implantando a sua vontade. Nossa vaidade gosta de ser lisonjeada e, se você lhe fizer uma vontade ele ficará sendo seu devedor e se apressará a satisfazer-lhe um desejo. A vida é uma troca: se você não der, não terá possibilidade de receber (HELENA, 1955, p. 11).

Outra questão importante e digna de conselho, como mostra Helena Sangirardi (1968), era que a esposa não deveria se mostrar mais inteligente do que o marido, pois “[...] a mulher um pouco, um pouquinho mais burrinha, sempre faz acêrto melhor” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 29). Os homens gostavam e deveriam sempre se sentir superiores, mais espertos, mais habilidosos em tudo que realizavam, pois essas atribuições faziam parte de sua natureza de macho dominador, e a mulher jamais deveria competir com ele nisso, pois a natureza feminina a fazia “diferente e, eternamente, a seria”. Além disso, nenhum homem gostaria de estar com uma mulher que não desempenhasse bem o seu papel de “ser” dominado e que, ao invés de se mostrar companheira, se mostrasse sua concorrente. Sobre isso, os manuais alertavam:

Se é ele o mais inteligente, não se preocupe. Eles amam constatar isso, principalmente se perceberem que você já viu que é mais burrinha, não se

envergonhe em demonstrá-lo, pois, em geral, quando há amor, isso dá um certo equilíbrio, principalmente se ele for feio e você bonita... Meu amigo Justino Martins sempre diz que as mulheres bonitas não precisam ser inteligentes, por que “elas são o repouso do guerreiro” (SANGIRARDI, 1968, v.4, p. 29).

Nesse sentido, é possível perceber que o importante, de acordo com as ideias disseminadas pelos manuais, era que a mulher não precisava ser inteligente, mas sim, bela, gentil, doce, meiga e afetuosa. Para Bonini (1963), essas são “[...] as grandes armas com que a mulher vence tôdas as batalhas”. Além disso, a esposa, “nunca deve esquecer que nada e ninguém no mundo é capaz de deprimir e fazer desaparecer o entusiasmo de um homem, de paralisar tão completamente as sua energias, como a própria espôsa. A maior desgraça para um homem é casar com uma mulher egoísta e despótica” (BONINI, 1963, p. 92).

Conforme aponta Bassanezi (2010), a verdadeira companheira seria capaz de adivinhar o pensamento do marido, amá-lo sem medir sacrifícios, recebê-lo com atenção e bom humor todos os dias. Ao contrário disso, “o mau humor nada mais é que uma implícita confissão de fraqueza, uma prova de incapacidade de dominar as dificuldades da vida e de colocar-se à altura das situações” (BONINI, 1963, p. 91). Para isso, a mulher não deveria medir esforços para manter o amor de seu marido e, acima de tudo, compreender que “assim como a água é indispensável para as plantas e para os animais, o amor é fundamental na vida do Homem. E o amor é o principal responsável pelo bom ambiente doméstico” (SANGIRARDI, 1968, v. 4, p. 158). A frase dá a entender que o amor a que se refere a autora é o sexo e, em relação a isso, a esposa deveria estar pronta e disponível, pois senão estaria dando meios para seu marido procurá-lo fora de casa.

Ao observar a composição dos manuais, sob a ótica de Bassanezi (2010), a mulher sofria sérias restrições, estando sempre submetida ao julgamento dos olhos atentos da sociedade. Para evitar comentários desfavoráveis a seu respeito e manter uma boa reputação, a mulher casada deveria servir como exemplo de conduta moral, ou seja, não deveria ter comportamentos e atitudes que pudessem causar maiores infortúnios a seu marido.

Além disso, a mulher era sempre responsabilizada pelos comportamentos inadequados dos homens. Segundo um dos manuais, “o homem, pela sua própria natureza e devido a passar maior tempo fora do lar, está mais sujeito às influências nocivas da sociedade e exposto a maiores tentações. Cumpra à mulher evitar situações tentadoras que

fatalmente o levarão a cometer desatinos” (PINHEIRO, 1965, p. 219). A autora argumenta ainda que, na mulher, o homem “[...] deverá encontrar a inspiração para uma vida digna e elevada; ela deverá constituir para êle verdadeira ajuda na repressão aos instintos, no domínio das próprias emoções, na afirmação de seus elevados ideais” (PINHEIRO, 1965, p. 221). Devido a isso, Ínside Bonini (1963) expõe a suas leitoras o modelo de mulher ideal, aquela digna de receber o adjetivo de “anjo do lar”, que jamais frequentaria determinados locais que pudessem manchar a sua moral. Segundo ela,

Uma mulher assim é a que jamais se exhibe nessas feiras de amostra que são os cinemas, os desfiles de moda, e outros ambientes análogos. É, ao contrário, a que veste discretamente com modesta elegância, que sabe trazer a casa limpa e ordenada, que sabe ostentar sempre a jóia inapreciável de um sorriso acolhedor (BONINI, 1963, p. 91).

Enquanto à mulher cabia a responsabilidade por manter uma conduta moral respeitável, o homem tinha bem mais liberdade, afirma Bassanezi (2010). Podia sair livremente com os amigos e, até mesmo, cometer alguns deslizes conjugais, considerados irrelevantes e passageiros, nada que pudesse abalar um casamento sólido. A boa esposa não deveria incomodar o marido com suspeitas ou ciúmes, pois ser livre fazia parte de sua natureza. Os manuais viam isso de forma natural e, nesse sentido, aconselhavam as mulheres:

E se o seu maridinho tiver vontade de algum dia ir bater papo e tomar chope com os amigos, não faça cara feia. O homem é, por tradição, uma criatura livre e tem necessidade, de vez em quando, dar uma voltas sem a sua digníssima cara-metade [...] Deixe-o! E fique tranqüila. Num instante êle volta para a casa, contente de ter uma mulher inteligente e compreensiva [...] (SANGIRARDI, 1968, v. 4, p. 120).

Em outro manual, a autora advertia a dona de casa: “Seu marido é um homem, minha amiga, e só será feliz se tiver plena liberdade. [...] não lhe tolha os movimentos, não o reduza a passarinho, prêso na gaiola dourada do seu lar” (HELENA, 1955, p. 8).

A questão sexual é um tema completamente ausente em quase todos os manuais. Esse silêncio é acobertado por temas sobre a organização e arrumação da vida doméstica, puericultura e criação dos filhos. Os guias privavam-se de tocar em um assunto tão cercado de tabus e delicado para a época. Todas as obras em estudo tinham como característica os

ensinamentos sobre os mais variados aspectos da vida da mulher dentro do casamento e apenas um não se ausenta do tema. Vale salientar que, no início da década de 1960, como bem lembra Bassanezi (1996), a simples alusão ao sexo fora dos espaços de intimidade já era algo que poderia causar constrangimentos. Nessa época, a gravidez, símbolo visível da concretização do ato sexual, era considerada uma situação de embaraço em espaços públicos e escolas.

No manual “Boas Maneiras (em família)”, a autora chega a mencionar que a finalidade primeira do casamento era a procriação e que seria um egoísmo “[...] furtar-se a êsse imperativo da natureza, a essa ordem biológica e social” (BONINI, 1963, p. 95). Porém, sequer menciona a forma como a concepção acontece.

O assunto só é abordado pela “Coleção Feminina”, ainda que, em alguns momentos, de forma conservadora e, em outros, de modo ousado para o período. Helena Sangirardi (1968) chega a mencionar a importância do Exame Pré-nupcial para a vida do casal, pois, de acordo com ela, esse “[...] exame estuda os fatores que, sob controle, podem melhorar, física e mentalmente, as qualidades raciais de uma geração futura” (SANGIRARDI, 1968, v. 4, p. 55). A autora faz uma crítica à forma como o sexo estava sendo tratado pelos jovens naquele momento, em especial, pela banalização com que meios de comunicação passavam a abordar o assunto. Para ela, o sexo estava sendo ensinado de forma distorcida e deturpada, e não como deveria, ou seja, como algo que pertencesse exclusivamente a um relacionamento matrimonial, baseado no amor e no afeto entre os cônjuges e não como forma de obtenção de “prazer pelo prazer”. Além disso, a autora afirma ser importante que os pais tratem do assunto logo cedo, com as crianças e com os jovens, para que estes não sofram as consequências de chegarem até o casamento “[...] sem ter uma ideia certa e definida a respeito de sexo. Para eles, em geral, sexo é ou uma coisa medonha e pecaminosa ou um prazer acessível a todos a qualquer hora, mero ato animal” (SANGIRARDI, 1968, v. 4, p. 69).

Mesmo por ser o único dos seis manuais a fazer uma abordagem sobre o tema, ele ainda é tratado pela autora de forma ambígua. Ela se mostra ousada por falar de sexo de forma bastante aberta para os padrões da época, mas o faz dentro de certos limites: as relações sexuais são pensadas a partir do casamento e da heterossexualidade e sempre estão vinculadas ao amor conjugal. Valendo-se das reflexões de Cardoso (2009), essa ambiguidade apresentada pelo pensamento de Helena Sangirardi são reflexos das

mentalidades sociais presentes no período, que oscilavam entre o conservador e o moderno.

Outra questão observada ao longo das páginas dos manuais em estudo era a ideia de que o casamento estava constantemente sob ameaça. Essa crise estaria relacionada, sobretudo, à falta de compromisso e de critérios adequados no momento da escolha dos cônjuges. Cardoso (2009) afirma que moças e rapazes estariam fazendo escolhas indevidas, esquecendo que o casamento era o passo mais sério na vida de um homem ou de uma mulher. A escolha dos jovens e das jovens estaria centrada em critérios fúteis, como a beleza, a elegância e a desenvoltura, a questão econômica e a convergência de gostos. Sobre isso, Bonini (1963) alertava:

Muito mais sensato é o m^oço que escolhe para esp^osa uma analfabeta afetuosa e meiga, capaz de chegar ao sacrifício pelo seu profundo amor, do que aquele que prefere uma jovem de aprimorada cultura, que sabe tocar vários instrumentos, que fala vários idiomas, que pratica vários esportes, que é versada em letras, ciências e artes, mas que desconhece o valor de um cruzeiro e tem uma bola de carne viscosa no lugar onde a analfabeta guarda o coração (BONINI, 1963, p. 91).

Nesse sentido, a autora defende a posição social menos favorecida das moças, como uma maior possibilidade de serem boas esposas, mães e donas de casa. Desse modo, as escolhas deveriam se pautar em critérios mais sólidos, uma vez que o casamento era a base da família e um vínculo indissolúvel. Aracoeli Pinheiro (1965) alertava para o motivo da infelicidade conjugal:

O motivo do fracasso de grande parte de lares infelizes está na falta de responsabilidade e escrúpulos com que o casamento foi encarado por aqueles que o constituíram. Algumas pessoas se casam apenas confiadas na boa sorte. A escolha de um par de sapatos talvez as preocupe mais do que o próprio casamento. Pouca preparação dedicam ao ato de que dependerá seu bem estar e sua felicidade pelo resto da vida (PINHEIRO, 1965, p. 190-191).

É possível perceber, com isso, que a base na qual deveria se pautar a escolha para o casamento era o amor. Considera Cardoso (2009) que isso era uma tentativa de aliar valores tradicionais e modernos, uma vez que se valorizava o poder da escolha individual, mas se mantinha a importância da família no processo de constituição de novos casais.

Diante disso, é possível perceber que a boa esposa, aquela considerada “o anjo do

lar”, deveria fazer de tudo para evitar situações que pudessem pôr em risco a felicidade matrimonial. Não desagradar o marido deveria ser sua principal preocupação, pois disso dependia o bom relacionamento conjugal. Nesse sentido, é possível observar que as dicas e os conselhos veiculados pelos manuais se dedicavam a incutir nas mulheres essa responsabilidade pela felicidade do marido e do lar e a culpa pelos desajustes conjugais, pela infidelidade dos maridos e pelos casamentos infelizes.

4.1.3 Cuidados com a aparência

Cuidar-se para ser bela, agradável, constitui uma virtude. É um dever estar atenta às regras que permitem conservar uma boa aparência.

(*Aracoeli Pinheiro – Aparência Pessoal: conselhos à minha filha*, 1965, p. 19)

A beleza cobrada das mulheres era considerada uma importante característica de feminilidade e não foi exclusiva do recorte temporal estudado, porém marcante durante ele. Nos anos 1950 e 1960, a beleza, a boa aparência e a exibição de um corpo saudável eram consideradas requisitos fundamentais a toda mulher casada, sobretudo, por estarem diretamente relacionadas ao cumprimento de seu papel de esposa e à felicidade dentro do casamento. Essa ideia é algo bastante presente nas páginas dos manuais em estudo: “Está visto que o culto à beleza aumenta o bem estar e as possibilidades de ser feliz. Cuidar-se para ser bela, agradável, constitui uma virtude. É um dever estar atenta às regras que permitem conservar uma boa aparência” (PINHEIRO, 1965, p. 19).

Cuidar da aparência e embelezar-se para o marido era considerado uma obrigação da boa esposa, um requisito básico para manter um casamento. “Uma coisa maravilhosa é ouvir esta exclamação: 'Como senhora está bonita, mamãe' – ou esta outra: 'Querida, você está linda com êsse vestido!’” (BONINI, 1963, p. 93). Nessa ocasião, os manuais que tratam do assunto são unânimes em afirmar que as mulheres deveriam sempre manter a boa aparência e a boa saúde, pois esses requisitos eram as bases para a beleza e a juventude, critérios imprescindíveis à mulher casada. Segundo Cardoso (2009), isso era imperativo a

todas as esposas que queriam manter a paz no lar e evitar que seus maridos se interessassem por outras mulheres, uma vez que uma mulher doente, desleixada e envelhecida não agradaria. Não tinha culpa o homem que fosse procurar outra mais atraente do que a sua. A autora considera que, devido a essas imposições, obter beleza e boa aparência passava a ser considerada uma norma e um dever. Norma implicada no ideário de conquista, sedução e felicidade conjugal.

Ao longo da história, conforme argumenta Eco (2010), a beleza sempre esteve relacionada com o que é considerado bom. Com base nessa compreensão, a mulher considerada bela e com uma aparência agradável e saudável era considerada boa para o casamento, boa dona de casa e boa mãe. Perrot (2012) afirma que, antes de tudo, a mulher é uma imagem, um corpo, um rosto. A mulher é feita de aparência. A imagem de belas mulheres é uma permanência:

Ninguém desconhece a força que reside numa pessoa atraente. Conhecemos, através da história do mundo, mulheres que com sua sedução conquistaram o domínio de impérios, como Cleópatra, cujos encantos estiveram a serviço de seu povo; Dalila, que para trair Sansão, primeiro o dominou pelo amor; ou, ainda, nos séculos XVII e XVIII, quando as diligências para o aumento dos encantos pessoais chegaram ao apogeu, especialmente na aristocracia francesa cuja vida de orgias e futilidades provocou a revolta de um povo subjugado pela tirania do luxo de seus governantes (PINHEIRO, 1965, p. 23).

A partir da afirmação da autora, é possível perceber que a imagem feminina sempre esteve atrelada ao belo. Contudo, afirma Perrot (2012) que, de modo diferente dos discursos anteriores, que divulgavam a ideia da beleza corporal como um dom e, conseqüentemente, impossível de ser conquistada por meio de produtos, a partir dos anos 1950 e 1960, populariza-se a ideia da beleza como algo que se poderia conquistar, por meio do uso de cosméticos ou de outros artifícios.

A ciência, reconhecendo os benefícios que estes cuidados proporcionavam à humanidade, contribuiu para o seu desenvolvimento, ditando normas para melhorar a aparência, realçando os encantos ou corrigindo imperfeições.

Está provado que, na época em que vivemos, não existe mulher feia. Todas podem e devem procurar aumentar seus atrativos; e para tal, aí estão recursos os mais diversos. Basta saber usá-los com a moderação que o bom senso impõe (PINHEIRO, 1965, p. 23).

Foi, então, que embelezar-se se tornou o hábito moderno de apresentar uma “boa aparência”, construída por meio do uso de certos produtos. Partindo disso, os conselhos veiculados pelos guias eram de que, para alcançar ou manter a beleza, era necessário recorrer a alguns recursos ou artifícios. Para aquelas “[...] que foram aquinhoadas pela natureza com o dom precioso da beleza, existe o problema de conservá-la a qualquer custo; para as que não a possuem, há a obrigação de lutar contra as imperfeições e corrigi-las na medida do possível” (BONINI, 1963, p. 50).

A citação revela uma ênfase na possibilidade de mudança. Com isso, os manuais de instrução femininos se valiam do desejo que a maioria das mulheres casadas da década de 1950 e 1960 tinha de manter determinado padrão hegemônico de beleza, que se pautava em uma aparência jovial, saudável e limpa. Nesse momento e contexto, os investimentos pedagógicos sobre o corpo da mulher assumem contornos nítidos, segundo os quais a saúde estaria relacionada à boa aparência e à beleza.

Durante o período em foco, a esposa, por ser compreendida como uma extensão do ambiente doméstico, deveria manter a aparência impecável, assim como a da casa. Para isso, era necessário que a mulher reservasse um momento do dia só para ela, um momento dedicado somente aos cuidados de sua aparência, porém sem se descuidar dos afazeres domésticos. Nesse sentido, Gilda Helena (1955) alertava:

A beleza, entretanto, é egoísta, absorvente. Ela requer atenção contínuas, cuidados diários. O problema mais sério da beleza é conciliar as suas exigências, com as outras imposições que a vida nos faz. Agora que seus afazeres cresceram com o casamento, que suas horas de descanso serão mais curtas, que não poderá passar horas a fio num salão de beleza mas que precisará, dia a dia, aumentar seus encantos impõe-se que você esteja a par dos segredos da beleza. É preciso que você não esqueça que a casa não é menos exigente, que é preciso que você se desdobre, seja ativa se quiser estar de bem com ambas (HELENA, 1955, p. 171).

Com o objetivo de orientar e instruir as mulheres nessa difícil tarefa conciliadora, os manuais vão ensinar truques e dar dicas de como ficar cada dia mais bela, sem deixar de lado as obrigações domésticas.

Nesse sentido, paralelamente aos saberes domésticos, novos saberes relativos aos cuidados com a aparência eram difundidos. De acordo com Oliveira (2007), a partir de meados de 1950 e começo de 1960, um novo discurso sobre beleza e os cuidados com o corpo foi se articulando e se propagando pela imprensa, disseminado a ideia de que

modificar o corpo não só era possível, como necessário. Era a boa aparência conquistada, a boa aparência cuidada e mantida.

Podemos desconhecer os hábitos ou o caráter de uma pessoa com quem nos encontramos casualmente, mas a sua aparência não pode passar despercebida. Com efeito, a boa aparência não se origina do acaso, mas é consequência de fatores diversos que exigem conhecimento. É claro que o desempenho de nossas atividades requer inteligência, mas esta deve, de início, ser empregada para conseguir a aparência necessária, como ajuda ao posterior sucesso (PINHEIRO, 1965, p. 24).

Devido a essa importância, veiculava-se, nas páginas dos manuais, uma série de ensinamentos acerca das formas de alcance e manutenção da beleza, entre os quais é recorrente a prescrição de exercícios físicos, regimes alimentares, cuidados com o visual, bem como indicações de produtos de beleza e higiene. De acordo com Cardoso (2009), é possível observar, nesse sentido, que, se por um lado, os manuais significavam a beleza como uma obrigação feminina, a partir de um padrão social determinado, por outro, eles atuavam a favor da democratização de conhecimentos a respeito da manutenção do que era considerado beleza feminina.

O desenvolvimento da industrialização brasileira, complementa a autora, e a incorporação de novas tecnologias pelas donas de casa, como os eletrodomésticos, os novos produtos farmacêuticos de limpeza e cosméticos, auxiliados pela expansão do consumo e da propaganda, tornaram sua vida mais fácil e cômoda, garantindo um tempo livre maior, para poder se dedicar aos cuidados da aparência. Com essas facilidades e com os conselhos dados pelos manuais, a mulher adquire mais conhecimento e passa a administrar melhor as atividades do seu dia a dia. Constitui, dessa forma, uma nova forma de vida, pautada nas práticas inspiradas nos modos de vida norte-americanos.

Surgem práticas e medicamentos para que a mulher não se torne gorda nem muito magra, o que seria concebido como malefício para a saúde. Mulheres com corpos saudáveis e esbeltos tornam-se o modelo de feminilidade que se institui. No período, o cuidado com a saúde passa também pelos banhos de sol e surge a moda praia, os cremes antirrugas, os remédios para o intestino, para eliminar gordura ou as vitaminas para engordar ganham as páginas dos jornais e das revistas. Com isso, as mulheres das classes média e alta urbana tornam-se as grandes consumidoras de tais produtos e dos ideais de beleza.

Apesar de todos os recursos artificiais disponíveis no mercado, as orientações dos manuais, em grande parte, eram para que as mulheres casadas aproveitassem os recursos disponíveis em seu cotidiano, recorrendo aos produtos industrializados como último recurso. Os produtos industrializados eram mais indicados às moças solteiras e sem compromisso com a família e o lar. Segundo Serpa (2003), a representação dos estereótipos de mulher moderna, que usava cosméticos e andava na moda, difere do perfil que deveria ter a dona de casa. Sem falar que tais produtos tinham um custo elevado e uma das características da boa esposa era ser econômica. Nesse aspecto, um dos manuais aconselhava:

As soluções superficiais que produzem uma beleza sintética, não satisfazem mais: agora cada mulher procura a raiz do problema e pergunta: “Que devo fazer para preservar minha saúde, o viço da minha pele, o brilho dos meus olhos, a flexibilidade do meu corpo, enfim, a mesma aparência juvenil dos vinte anos, aos quarenta ou sessenta?” As expoentes da moda e da elegância na sociedade, encontraram a melhor resposta para essa pergunta: banhos de sol, vida ao ar livre, natação e vários outros esportes. Os produtos de beleza vêm depois, para completar os benefícios da natureza (BONINI, 1963, p. 50).

A boa aparência e a beleza estavam relacionadas à saúde corporal, questão bastante abordada pelos manuais. Como exemplo disso, afirma-se: “Sendo a saúde condição essencial para a aparência agradável, justo é que lhe dediquemos maior atenção” (PINHEIRO, 1965, p. 25). Dessa forma, era comum aparecerem, em seus conteúdos, atividades e recursos que poderiam ser aplicados ao cotidiano da dona de casa, sem prejuízo de suas atividades domésticas. “A verdadeira beleza deve apoiar-se na saúde perfeita e no equilíbrio de todas as funções naturais do corpo, o que só se conseguirá através dos meios que a natureza põe à nossa disposição” (BONINI, 1963, p. 50).

Nesse sentido, a mulher que se valesse dos bons efeitos produzidos a partir de artifícios naturais, além de estar economizando o dinheiro do marido, estaria adiando a necessidade de utilização de recursos artificiais. Segundo Aracoeli Pinheiro (1965),

Todavia, da vitalidade que provém da saúde se origina a base que muitas vezes retarda a necessidade de se recorrer a artifícios para se obter uma aparência melhor. O bom-humor, o entusiasmo, a boa disposição, a serenidade, não serão praticáveis sem um bom estado de saúde que, evidentemente, só é exequível através do repouso, vida regular e dieta adequada; assim como também, uma boa pele, bons dentes, cabelos

atraentes tem relação direta com uma dieta rica em vitaminas e sais minerais (PINHEIRO, 1965, p. 25-26).

Com base nisso, os manuais tinham como objetivo principal, no que diz respeito ao trato da beleza, ensinar as mulheres a cuidar de sua aparência, seguindo os modelos de feminilidade expressos nas décadas de 1950 e 1960. Para isso, os aconselhamentos veiculados por eles sobre tais cuidados aparecem divididos em três categorias principais: atividades físicas, alimentação adequada e tratamentos de beleza, dos cabelos aos pés. Era de fundamental importância que a mulher casada do período não tivesse uma aparência doentia e desleixada, pois a mulher doente jamais poderia ser uma boa mãe e uma boa dona de casa, já que não conseguiria dar conta das atividades que tais atribuições exigiam.

Para ser bela é preciso ser saudável: este é o primeiro requisito. Conservar a saúde envolve uma série de cuidados, que vão desde a visita periódica ao médico, a uma vida estável, física e emocionalmente. O repouso adequado, a alimentação variada e que preencha todas as necessidades do organismo, as férias ao ar livre, onde se fazem os exercícios físicos e a higiene mental; uma atividade intelectual, pois cultivar o espírito também é preservar a saúde e, finalmente, as diversões moderadas e saudáveis, tudo isso a ajudará a manter a sua saúde, juventude e beleza (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 74).

Em outro manual, a autora acrescenta:

Dois fatores tão intimamente ligados que podemos dizer que a beleza é o reflexo da saúde. A saúde dá brilho aos olhos, maciez à pele, acetinado aos cabelos, leveza ao andar. A generosidade da saúde vai mais além: dá bom humor, alegria de viver, vivacidade à inteligência, elementos essenciais a uma beleza perfeita (HELENA, 1955, p. 171).

Dos manuais em estudo que abordam o tema, a prática de atividades físicas é compreendida como forma de enaltecimento da beleza. Segundo uma das autoras, “o exercício físico é um meio de aliciar a beleza e a saúde” (BETÂNIA, 1957, p. 107). Em outro manual com um subtítulo bastante sugestivo, “Mantenha sua esbelteza”, a autora justifica:

Na sua corbeille de noiva o casamento também colocou o seu presente: - A propensão para engordar. Às transformações físicas que a nova vida lhe trará, vai juntar-se a mesa gostosa com que você vai presentear seu marido; a maior calma, que possivelmente terá, será outra ameaça à sua

silhueta. Três valentes a favor da gordura, a que você só terá de opor uma: o desejo de ser cada vez mais bonita. A ginástica será sua grande arma. Se você não fazia diariamente, sua beleza agora a impõe (HELENA, 1955, p. 182-183).

Devido aos riscos iminentes que a mulher corre de se tornar desinteressante após o casamento, a autora ensina vários exercícios de como manter a silhueta em forma: como afinar a cintura, como evitar o “desenvolvimento dos quadris”, como evitar o engrossamento das coxas e como manter firmes os músculos do ventre. Se o desânimo tomar conta, a dica é para que a mulher entoe seu grito de guerra: “– Preciso ser bonita! Tenho que ser bonita!”. Sobre isso, outra autora acrescenta que

Os preceitos estéticos rezam que o corpo ideal deve ser esbelto, gracioso, onde predominem movimentos harmoniosos e elegantes. Partindo desse pressuposto observamos que a ginástica é um fator importante para uma perfeita saúde e para garantir a graciosidade feminina em geral (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 9).

Com base na importância da ginástica como forma de manutenção de um corpo esbelto e saudável, Helena Sangirardi (1968) indica, além dos exercícios físicos, a prática de esportes e da *Yôga*, como atividades adequadas para manter a boa forma e, em consequência disso, a vivacidade da beleza. Além disso, “a mulher que pratica a ginástica de maneira metódica está mais apta à prática esportiva e está preparada para suportar a intensa vida social de nosso tempo” (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 9).

O corpo feminino, de acordo com Barros (2010), foi alvo de insistente atenção desde as primeiras décadas do século XX no Brasil, momento de transição de um cenário rural para um cenário urbanizado, de reordenação das relações sociais. E nesse cenário que começava a se delinear, à mulher foi atribuída, mais uma vez, a tarefa de zelar pelo bem-estar e pela saúde não só de seu corpo, mas também de todos da família. Nos discursos que procuraram delimitar o espaço social das mulheres na cidade e que incitaram constantes investimentos no corpo, exigindo-lhes atributos como graça e beleza, exige-se uma série de cuidados para a manutenção desse corpo esbelto, cuidados que se estenderão, de forma mais enfática, até o período em estudo.

Nesse sentido, outra questão bastante enfatizada pelos manuais é a importância de se ter uma alimentação adequada: “É certo que a ginástica metódica é um dado importante para manter o corpo ágil e elegante. Mas para que ela tenha um resultado satisfatório deve

estar aliada a uma dieta racional e equilibrada” (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 10). Sobre isso, Bonini (1963), para chamar a atenção de suas leitoras sobre o assunto, utiliza-se da chamada: “Muito gorda... Muito magra...”. Para ela, o importante era saber equilibrar esses dois extremos. No período estudado, o modelo de beleza feminina não era as muito magras, como se vê na contemporaneidade, nem aquelas com uns quilinhos a mais, bastante representadas nas pinturas da modernidade. O padrão de mulher bela no período era a saudável. Com base nessa representação, a autora oferece a suas leitoras duas tabelas de regime: uma para quem precisava emagrecer e outra para quem precisava engordar, com uma lista bastante completa dos alimentos a serem ingeridos em cada dia da semana. Além da tabela, disponibiliza algumas dicas para auxiliar na dieta. Para aquela que precisava emagrecer, indica, por exemplo: “Espreme-se um limão em meio copo d'água sem açúcar e toma-se várias vezes ao dia, isso ajuda a dissolver as gorduras” (BONINI, 1963, p. 73).

É possível observar, com isso, uma preocupação em ofertar às mulheres do período uma dieta alimentar adequada, como forma de torná-las corporalmente consoantes ao modelo de beleza imposto pela sociedade. Nessa tentativa, Sangirardi (1968), em seu manual, enfatiza a importância de a mulher saber se manter dentro do peso e não fugir da tabela. Para isso, a autora disponibiliza duas relações: a primeira com a lista de calorias presentes em alguns alimentos, e uma segunda, com o peso ideal para cada idade, a qual chama carinhosamente pelo nome de um ditado bastante popular: “Para manter a linha - 'comer para viver e não viver para comer” (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 46).

Os manuais que abordam o assunto são unânimes em trazer listas, tabelas e cardápios com os alimentos proibidos e os permitidos para obter uma boa saúde do corpo, não só da mulher, mas de toda a sua família.

Desse modo, a importância que se coloca à mulher casada do período era em relação aos cuidados dispensados à boa aparência. Eram prerrogativas exigidas àquelas que procuravam se adequar aos modelos de dona de casa ideal. Nesse sentido, outra questão considerada digna de orientação pelos manuais se relaciona aos cuidados e aos tratamentos dados às várias partes do corpo feminino: “Cabelos, olhos, mãos, pés têm tratamentos próprios. Aprenda-os, aplique-os e sorria feliz ao consultar o espelho” (HELENA, 1955, p. 172).

Os ensinamentos e conselhos sobre os cuidados despendidos em relação a cada parte do corpo feminino são a parte mais explorada pelos manuais. Isto porque essas

prerrogativas eram consideradas o “cartão de visitas” de toda mulher. Nesse sentido, os manuais ensinam às mulheres tratamentos embelezadores que começam com os cabelos, passam pelos cuidados com a pele, as sobrancelhas, os olhos, os cílios, os lábios, os dentes, os seios, as mãos, as unhas, as pernas, chegando, finalmente, até os pés. Dentro desse apanhado de vaidades abordadas pelos manuais, nada passa despercebido, cada detalhe é importante para alcançar a tão necessária harmonia de um corpo belo e perfeito. “Como se vê, a boa aparência é tão sutil quanto os ricos perfumes; quanto menores os detalhes atingidos, mais valiosa ela será. Pratiquemos, pois, tudo que ela se refere, procurando fazer com que uma aparência impecável venha constituir um hábito em nossa vida” (PINHEIRO, 1965, p. 26-27).

Como forma de ressaltar esses critérios, o manual “Coleção Feminina” faz uso de várias imagens que ilustram e representam os seus conselhos. Elas, igualmente, apresentam a beleza como um elemento por meio do qual a feminilidade é construída, reforçada por elementos como boa aparência, corpos saudáveis, jovens e belos.

Dentre as aparências prescritas para as mulheres sob os signos e símbolos do feminino e da feminilidade, o asseio, a limpeza, a higiene eram elementos considerados fundamentais à educação das mulheres e aos comportamentos desejados para as esposas no exercício das funções de dona de casa, esposa e mãe. Entre os cuidados de si e da casa, estavam os atribuídos ao corpo e à roupa, que incluíam o banho, saber usar as roupas de forma adequada dentro e fora de casa, lavá-las e guardá-las corretamente. Sobre a prática de tomar banho, Aracoeli Pinheiro (1965) afirma: “O banho é essencial para a higiene corporal. Deve ser diário. Tomado ao levantar, tem a vantagem de não tomar tempo durante o dia e ainda proporciona maior disposição para o trabalho” (PINHEIRO, 1965, p. 27).

Desse modo, a higiene, o asseio e a limpeza eram considerados fundamentais para a boa aparência da mulher. Era comum os manuais considerarem o tema bastante relevante: “Higiene e beleza são dois termos estreitamente ligados entre si; higiene significa energia, força e vigor; e um corpo sadio, vigoroso, é sempre uma expressão de beleza, porque o primeiro dogma da beleza é, sem dúvida, o asseio” (BONINI, 1963, p. 50). Nesse sentido, a higiene, compreendida como um dos mais “eficientes tratamentos de beleza inventados”, deveria se compreender como um verdadeiro “ritual diário”.

De acordo com os apontamentos de Cardoso (2009), devido aos discursos médicos predominantes no período, as práticas de higiene e asseio estavam diretamente

relacionadas à manutenção da boa saúde. Com isso, os ensinamentos veiculados pelos manuais eram de que os vários atrativos femininos,

[...] quando usados inteligentemente, aliados a uma rigorosa higiene corporal e a um bom estado geral de saúde, poderão produzir os atrativos desejados. Boa postura, pele sem imperfeições, cabelos limpos e sedosos, mãos cuidadas, olhos vivos, bons dentes, peso normal, são fatores essenciais para a boa aparência, cuja conservação depende de uma vida regulada, hábitos sadios e nutrição perfeita (PINHEIRO, 1965, p. 23-24).

Outra questão considerada importante e que estava diretamente relacionada às práticas de higiene e asseio era que a mulher soubesse se vestir adequadamente, elemento fundamental que ajudaria a compor o conjunto de requisitos para a conquista de uma boa aparência. Isso significava vestir-se com simplicidade, mas, ao mesmo tempo, com elegância. Segundo um dos manuais, ela deveria “[...] saber se acomodar às exigências da moda – sem exagero – como nobreza e distinção, graça e bom senso. Porque qualquer indício de relaxamento na roupa, no calçado, no vestuário em geral, denota pouca distinção e falta de educação” (BETÂNIA, 1957, p. 86). Outro ponto importante sobre a vestimenta feminina era de que toda mulher deveria formar seu guarda-roupa de acordo com suas atividades. A recomendação era para que

Se você é uma mulher que não trabalha fora, precisará mais de vestidos caseiros, bem feitos e bonitos, é claro, e de boa qualidade, mas bem simples. Poderá adotar a calça comprida como traje preferido para fazer os seus trabalhos caseiros, para fazer compras no supermercado, ou na feira, etc. A calça comprida, desde que seja confortável e de bom corte, dar-lhe-á liberdade de movimento e você estará sempre elegante, podendo combiná-la com “mil” blusas e suéteres (SANGIRARDI, 1968, v. 5, p. 78).

É possível perceber que Helena Sangirardi (1968) apresenta uma visão menos conservadora de dona de casa, como aquela que está mais atenta às novas tendências da moda. Contudo, os manuais são bastante claros em afirmar que era obrigação de toda dona de casa, mãe e esposa zelosa e cumpridora de seus deveres saber costurar e consertar as próprias roupas e as da família.

Com base nas considerações anteriores, se o casamento, o lar e a aparência eram o modelo de feminino e feminilidade, as temáticas do asseio e da higiene faziam parte do rol de aprendizados e de ensinamentos aos quais as esposas eram submetidas pelas diversas

instâncias e esferas sociais, inclusive, por intermédio dos manuais de instrução femininos.

Com isso, por meio dos ensinamentos veiculados por esses manuais, é possível perceber que há uma conformação destes com a ideia de que beleza era um elemento fundamental na vida das mulheres, sobretudo, por representar a garantia de um casamento feliz e um bom relacionamento com o marido. Devido a isso, a boa aparência era algo em que toda mulher casada deveria investir. O que se percebe é a veiculação de conselhos e regras sobre o embelezamento do corpo, como algo que deveria evidenciar e representar um modelo de feminilidade compreendido como aparência agradável.

Desse modo, foi possível identificar que existem alguns fatores, como a dedicação ao lar, ao marido, aos filhos e a preocupação com a aparência, que definiam a feminilidade e o lugar das mulheres na sociedade. Nesse sentido, os manuais de instrução femininos foram instrumentos educativos importantes para a divulgação e conformação desses papéis femininos voltados para o lar e para a beleza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços empreendidos na pesquisa demonstraram que os manuais de instrução femininos “Economia Doméstica e Puericultura”, “Aprenda a ser Esposa e Mãe”, “Noções de Economia Doméstica”, “Boas Maneiras (Em Família): casa, higiene, beleza e personalidade”, “Aparência Pessoal: conselhos à minha filha” e “Coleção feminina”, que circularam no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, tinham como foco instruir as mulheres nos mais diversificados aspectos sobre as atividades domésticas, relacionamento conjugal e nos requisitos para conquistar uma boa aparência. A partir dessa constatação, foi possível compreender que tais manuais representavam o feminino e a feminilidade como metáforas de comportamentos sociais hegemônicos e específicos para o gênero, que poderiam ser lidos e compreendidos por meio do que era expresso por eles.

Nesse sentido, compreendidos como artefatos culturais educativos, esses manuais, ao colocarem em circulação determinadas representações de feminilidade, referentes a como ser, agir e se comportar, constituem-se como materiais com os quais as mulheres, a partir de suas leituras, vão construindo suas identidades. São, desse modo, pedagogias capazes de operar, de educar e adestrar modos e comportamentos. “Manuais são, em suma, portadores e difusores de uma determinada concepção de mundo e de vida, de crenças e de valores” (CUNHA, 2010 a, p. 2).

Os manuais de instrução femininos correspondiam a um tipo de literatura bastante difundida entre o público leitor feminino das classes urbanas mais abastadas da época. Ao lado dos manuais de civilidade e boas maneiras, tratavam de assuntos e valores correspondentes aos interesses desse grupo social. A imagem da mulher veiculada por esses manuais trazia o modelo de perfeição que, em conformidade com o imaginário da época, obedecia às normas sociais pensadas para o feminino, segundo as quais a felicidade estava centrada na realização das tarefas consideradas próprias do gênero, como a maternidade, o casamento e o lar.

Para a compreensão de tais imposições que se processavam mediante a recorrência dos discursos que significavam as mulheres como donas de casa, esposas e mães, discursos enfatizados ao longo das décadas de 1950 e 1960 e reproduzidos e veiculados por esses manuais, foi preciso buscar os pressupostos dos manuais de civilidade do século XVI.

Assim, foi necessário recuperar a sua história e investigar as relações e as influências que os manuais de instrução femininos receberam desses tratados dentro de uma perspectiva educativa, social e cultural.

No final do século XIX e início do XX, o Brasil apresentava uma elite urbana, que, devido às transformações sociais e econômicas pelas quais o país passava, aderiu a um novo modo de viver inspirado no modo de vida europeu, no qual a civilidade, a polidez e a etiqueta faziam parte do cotidiano das pessoas. Foram, então, estabelecidos padrões que favoreciam as adaptações necessárias que, segundo Pilla (2004), acreditavam serem indispensáveis à construção de um ideário civilizador. Aportados nas ideias de progresso e civilidade, os manuais de boas maneiras e etiqueta, bem como os livros de instrução femininos, teriam contribuído para a construção de um padrão e uma normatização das condutas dos grupos sociais, tanto no coletivo quanto no privado. Daí a necessidade do conhecimento das regras adequadas de comportamento, pois, por meio delas, a elite urbana que se conformava construiria um código próprio de sociabilidade, capaz de distingui-la como tal. Desse modo, os padrões de civilidade e etiqueta foram entendidos como um discurso pretensamente homogeneizador, em confronto com a diversidade das práticas cotidianas.

Esta reflexão leva a perceber que a influência dos preceitos e os ensinamentos normativos contidos nos manuais foram fundamentais para educar determinado público em determinada época. Nesse sentido, os manuais, desde o seu surgimento, podem ser compreendidos como materiais de consulta para as mais diversas dificuldades do cotidiano. No caso dos manuais de instrução femininos, objetos de estudo da pesquisa, correspondiam a importantes instrumentos de auxílio em assuntos domésticos, conjugais e de embelezamento. Considerados como livros compostos por uma gama de conselhos, dicas e regras sobre questões femininas, poderiam ser utilizados tanto pelas donas de casa mais experientes, quanto pelas iniciantes no assunto.

Em meio às mudanças ocorridas na sociedade desde o século XVI na Europa e nos séculos XIX e XX no Brasil, ocasionadas, pela formação dos Estados Modernos, pela urbanização e modernização e pelo desenvolvimento econômico, os manuais desempenharam um importante papel na consolidação e adequação aos valores e normas, ao veicular e divulgar comportamentos e padronizações de costumes e gestos, além de determinar papéis.

As representações de feminino que se pautam na submissão às vontades masculinas, no bom desempenho das atividades domésticas, na resignação, na moral, na maternidade e na brandura dos gestos não eram exclusivas ou típicas do período estudado. As mulheres sempre foram, ao longo da história, idealizadas como seres mais sensíveis, emocionais, que necessitavam de constante acompanhamento e orientação masculina, já que estes eram considerados mais fortes, racionais e capazes. Devido à sua natureza, sempre foi reservado à mulher os ambientes privados, e toda prática ou atividade que colocasse em xeque sua imagem de mãe/esposa/dona de casa era considerada como ameaça.

Com base nessas representações, o trabalho feminino, de modo geral, não era visto com bons olhos. Segundo Cardoso (2009), dizia-se que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa, que o seu lugar era o lar. A imagem da mulher trabalhadora era vista como incompatível com a sua natureza feminina, já que sua atividade primeira deveria ser a de dona de casa, esposa e mãe. Argumentava-se que a mulher só deveria trabalhar fora em caso de extrema necessidade, pois a presença feminina no lar era imprescindível para a sobrevivência da família e da moral tradicional.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o trabalho feminino tornou-se mais valorizado, por meio da divulgação dos feitos das mulheres britânicas e norte-americanas. Destacavam-se, também, os esforços, durante a guerra, das mulheres na Legião Brasileira de Assistência. Contudo, o avanço feminino no mercado de trabalho era compreendido, sobretudo, como uma ameaça ao domínio masculino. Nas décadas de 1950 e 1960, Cardoso (2009) aponta para uma ambiguidade existente em torno do trabalho feminino. Havia uma aceitação do trabalho das mulheres solteiras, mas o trabalho das mulheres casadas era visto como atividade secundária, em relação aos seus papéis tradicionais, que deveriam ser prioritários. Entretanto, para as mulheres das classes mais baixas, o trabalho fora de casa, em fábricas e no comércio, era uma realidade já há algum tempo, porém era visto pela sociedade como um tipo de fatalidade.

A educação pensada para a mulher, desde o seu início no período Colonial, sempre teve como foco o ensino das atividades domésticas. A leitura e a escrita ficavam em segundo plano, normalmente ministradas ao lado das disciplinas principais.

A partir do final do século XIX e início do século XX, as funções consideradas naturais do sexo feminino foram gradativamente sendo associadas ao papel de educadora.

De acordo com apontamentos de Louro (2010), o processo de feminização do Magistério acontece com a abertura das primeiras Escolas Normais, que passaram a receber mais mulheres do que homens. O fato de os homens abandonarem o magistério estava vinculado ao processo de urbanização e industrialização, que possibilitava outras oportunidades de trabalho. A princípio, a ligação entre a prática docente e as tradicionais atividades domésticas foi contestada pela sociedade, que considerava uma imprudência entregar às mulheres, seres cujo cérebro era considerado menos desenvolvido que o dos homens, a responsabilidade pela educação das crianças.

Entretanto, em uma sociedade burguesa em expansão, mecanismos de controle dos cidadãos eram necessários e a educação foi pensada como uma forma de manter a ordem social. Nesse sentido, a educação deveria preocupar-se em formar o caráter dos cidadãos, fazer com que agissem movidos pelo sentimento. Diante disso, Sforzi (1996) aponta para uma modificação na concepção do ensino, que passa a transmitir valores e moralidades. Para isso, quem melhor do que a mulher, um ser movido pela emoção e pelo sentimento, que, em casa, educa seus filhos para os bons hábitos e bons costumes? Assim, o magistério passa a ser compreendido como uma vocação feminina, como a missão social da mulher.

Porém, o exercício do magistério, assim como qualquer ocupação feminina fora do lar, era de difícil aceitação. Ainda que indispensável, o trabalho não poderia ameaçar a integridade da família, ele deveria ser exercido de modo a não afastar a mulher do lar e de sua atividade de dona de casa, esposa e mãe. Além disso, o trabalho deveria ser cercado de cuidados e restrições para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.

Nas décadas de 1950 e 1960, a mulher deveria comportar-se de acordo com normas da moral e dos bons costumes da época. A felicidade feminina dependia de tal comportamento, uma vez que a ela estava relacionada a realização de um bom casamento, a maternidade e os cuidados da casa, do marido e dos filhos. Para a mulher atingir tal grau de felicidade, ela deveria arrumar um bom partido, mas, para isso, as jovens casaduras deveriam ser consideradas moças de família, conquistando, assim, o respeito social, sobretudo, dos rapazes. Ao contrário das moças de família, existiam as chamadas levianas, aquelas que permitiam certas intimidades físicas com os moços antes do casamento. Essas mulheres poderiam até ser cortejadas, mas dificilmente alcançariam o casamento.

Com isso, foi possível perceber que existia uma contradição quanto à significação

do feminino durante o período. Assim, era dito às mulheres que elas deveriam ser donas de casa, esposas e mães, mas, ao mesmo tempo, começava-se a perceber que as mulheres poderiam ampliar essas prescrições. No entanto, a educação feminina predominante estava voltada e empenhada a torná-la uma respeitosa dona de casa, modelo ideal de mulher da época.

A instrução feminina era papel desempenhado não só por pais e educadores, mas também pelas mídias, sobretudo, a impressa. Nesse sentido, os manuais compreendidos como artefatos educativos garantiam, por meio de conselhos, dicas e regras, a repressão de comportamentos considerados desviantes e promíscuos. Eles tiveram um papel importante no processo de conformação do sistema hegemônico de gênero, que foi se instaurando no contexto de intensificação urbana e da industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que significavam as relações entre homem e mulher, atuando na configuração das identidades e dos papéis sociais atribuídos a cada um.

Foi possível perceber ao longo da pesquisa que essas conformações de feminino e de feminilidade, pensadas como formas de estabelecer um modelo de mulher ideal, pautado na figura da mulher empenhada nas atividades do lar, preocupada com o marido e dedicada a sua aparência, foram se constituindo, a princípio, como o desenvolvimento da civilidade na corte francesa, propagando-se pelo Brasil, especialmente, quando a elite agrária se muda para as cidades e uma nova burguesia ocupa os espaços, e chegando às décadas de 1950 e 1960, como responsáveis pela unidade familiar e doméstica.

Com base em tais desígnios, é possível afirmar que a pesquisa se pautou nos pressupostos de que os manuais de instrução femininos, como pedagogias culturais, cumpriram um importante papel na educação das mulheres, no que diz respeito à modelagem de suas sensibilidades e subjetividades, produzindo e reproduzindo maneiras de ser, de agir, de se comportar e de se embelezar, enfim, a padronização dos segmentos femininos constituídos pelas leitoras.

Cabe, contudo, salientar, que mesmo com os esforços dos manuais de instrução femininos em produzir um modelo de mulher ideal, veiculado ao papel de esposa, dona de casa e mãe, as mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes na esfera pública, em alguns casos em defesa de uma maior participação no mercado de trabalho, maior acesso a educação, em especial, ao ensino superior, além dos questionamentos em relação aos estereótipos das relações sociais entre homens e mulheres. O que colaborou para o

desenvolvimento das ideias feministas, uma vez que este engajamento político acendia conflitos com os papéis sociais já estabelecidos.

As premissas levantadas com a pesquisa pedem por uma compreensão mais ampla dos papéis atribuídos e desempenhados pelas mulheres, estendendo-os para além dos espaços domésticos de observação e das vivências femininas. Por meio destes e de outros manuais, convém investigar como a mulher deveria se comportar em espaços públicos, tomando como foco de análise a postura adequada, a disposição correta dos movimentos e das atitudes, indicada em cada ocasião. Ou seja, estudos sobre os aspectos da sociabilidade e dos papéis femininos exercidos em outros espaços da sociedade para além do lar.

Em relação ao modo como os manuais educavam as mulheres acerca dos conhecimentos que gravitavam em torno do universo da promoção da beleza e da moda, é possível, dentro desse aspecto, tomar como objetivo principal os ensinamentos que tematizam o fato de que homens e mulheres eram alvos de discursos e conselhos distintos sobre o assunto. Mostrando que as regras dizem que, enquanto as mulheres devem constituir uma aparência delicada, graciosa e comportada, por serem estes os atributos femininos, por outro lado, os homens convivem com normas que apresentam a ideia de beleza relacionada à força, racionalidade e iniciativa, igualmente apresentadas como próprios do universo masculino.

Por último, a pesquisa abre a possibilidade de uma investigação acerca do modo como se deu a utilização desses manuais, aqui chamados carinhosamente de manuais de instrução femininos, pelas Escolas Normais de Maringá, averiguando se fizeram parte do currículo das disciplinas e, se fizeram, quais foram elas, ou se foram utilizados pelas normalistas somente como materiais de consulta presentes nas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS (Manuais de Instrução Femininos)

BETÂNIA, Marta de. **Noções de economia doméstica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1957.

BONINI, Íside M. **Boas maneiras (em família)** – casa, higiene, beleza e personalidade. Tomo I. São Paulo: Edigraf, 1963.

GRECHI, Henrique; PENNA, Helena B. Rossi. **Economia doméstica e puericultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

HELENA, Gilda. **Aprenda a ser esposa e mãe**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1955.

PINHEIRO, Aracoeli Gonçalves. **Aparência pessoal: conselhos à minha filha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bruno Buccini Editor, 1965.

SANGIRARDI, Helena. **Coleção feminina** – v. 4: vida em sociedade e no lar. São Paulo: Samambaia, 1968.

_____. **Coleção feminina** – v. 5: beleza e saúde. São Paulo: Samambaia, 1968.

_____. **Coleção feminina** – v. 6: decoração e conselhos gerais. São Paulo: Samambaia, 1968.

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

ALENCAR, Francisco. **História da Sociedade Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALMEIDA, Guilherme. Diário de São Paulo, 12 de janeiro de 1949. In: D'ÁVILA, Carmen. **Boas maneiras**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958. Aba.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 45-77.

BALDUÍNO, Soraia Cristina. **Ser professora: mãe vocacional inspirada pela mãe celestial** - a concepção da maternidade santificada presente nas páginas da revista do professor

(1934-1965). Disponível em:

<www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0527.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2012.

BARROS, Natália. A cultura da beleza: práticas e representações de Embelezamento feminino nos anos 1920. **Historien – Revista de História**, Petrolina, n. 2, p. 136-175, jan./mar. 2010. Disponível em:

<<http://www.revistahistorien.com/08%20A%20Cultura%20da%20Beleza%20pr%C3%A1ticas%20e%20representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20embelezamento%20feminino%20nos%20anos%201920.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2012.

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homens-mulheres, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 607-639.

_____; URSINI, Leslye Bombonato. O Cruzeiro e as garotas. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n. 4, p. 243-260, 1995.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244 de 09/04/1942. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

CAMPOS, Daniela Queiroz. A Ousadia Comportada: uma questão de gênero na coluna Garotas da revista o cruzeiro (1950-1964). In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9.. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CARDOSO, Elisângela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista Vida Doméstica. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 2009.

CUNHA, Maria Tereza Santos. **Armadilhas da sedução**: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____; SANTOS, Maria Tereza. Preceitos para a saúde em manuais de civilidade (década de 1950). In: MORGA, Antônio Emilio (Org.). **História da saúde e da doença**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012. p. 99-121.

_____; SANTOS, Maria Tereza. **História, Educação e Civilidades**: a correspondência como saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducao/article/view/3742>>. Acesso em: 12 mar. 2010a.

_____. **Tenha modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal (1920-**

1960). Disponível em: <[www.MTS Cunha – faced.ufu.br](http://www.MTS-Cunha-faced.ufu.br)>. Acesso em: 23 abr. 2010b.

_____. **Os dizeres das regras**: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/.../488.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010c.

DELLA CASA, Giovanni. **Galateo ou dos costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Umberto. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EFÉSIOS 5: 22-24. In: **A Bíblia**. Tradução ecumênica. São Paulo: Paulinas, 2002.

FAUSTO, Boris. História das boas maneiras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2005. Mais!, p. 6.

_____. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GENCÉ, Condessa. **Tratado de civilidade e etiqueta**. Lisboa: Guimarães & Cia, 1912.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. O Breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEÓN, Luis de. **A Perfeita mulher casada**. São Paulo: Escala, [1583?].

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 443-481.

LOUÏS, Pierre. **Manual de civilidade destinado às meninas para uso nas escolas**. São Paulo: Ícone, Imaginário, 2005.

MACEDO José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

(Representando a História).

MARIA, Dora. **Aprenda as boas maneiras**: regras de etiqueta indispensáveis a todas as ocasiões. Rio de Janeiro: Edições de ouro, [1958?].

MELO, Geovana Ferreira. **Por trás dos muros escolares**: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. Das dores – Uberaba 1940/1966). 2002. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em: <www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2051> Acesso em: 29 jul. 2012.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000706917.pdf?...1> Acesso em: 26 mai. 2012.

MICHEL, Raquel de Barros Pinto; PEDRO, Joana Maria. Narrativas de leitoras da revista Capricho: memória e subjetividades (1950 a 1960). **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 33, p. 235-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid>. Acesso em: 16 mar. 2012.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. Imagem de beleza... questão de gênero. **Caderno Espaço Feminino**, Santa Catarina, UDESC, v. 17, n. 01, p. 296-316, jan./jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/CEF/PDF/v17n01/Oliveira.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 153-189.

PEREIRA, Daniela Scridelli. **Interiores e exteriores da etiqueta e da decoração**: gênero, posição social e histórias de vida. 2010. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000477105&fd=y>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **A arte de receber**: distinção e poder a boa mesa – 1900-1970. 2004. 259 f. Tese (Doutorado História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <www.poshistoria.ufpr.br/documentos/.../Mariaceciliabamorimpilla.pdf> Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. **Cadernos Pagu**, Campinas,

Unicamp, n. 30, p. 329-343, jan./jun. 2008.

PROST, Antoine. Fronteiras e Espaços do Privado. In: _____; VINCENT, Gérard. **História da Vida Privada**: da primeira Guerra aos nossos dias. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-153

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A Distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. In: **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 01/02, p. 139-152, jan./dez. 1995.

REVEL, Jaques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS Phillippe; CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada**: da renascença ao século das luzes. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue a doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom, ou, regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROTTERDAM, Erasmo de. **De Pueris (dos meninos) – A civilidade pueril**. São Paulo: Editora Escala, [1530?].

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongivani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALERNO, L. P.; CUNHA, M. T. S. Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 40, p. 127-139, abr./jun. 2011.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira. **A máscara da modernidade**: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945). Passo Fundo: UPF, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, v. I: Séculos XVI-XVIII. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 131-145.

SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 31, p. 439-469, jul./dez., 2008.

SCHARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom, ou, regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 7-32.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

